



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DJALMA DE SOUZA DA SILVA FILHO

**IMPERIALISMO MONETÁRIO E DESDOLARIZAÇÃO: A BUSCA DO BRICS POR
MAIOR AUTONOMIA MONETÁRIA**

João Pessoa

2026

DJALMA DE SOUZA DA SILVA FILHO

**IMPERIALISMO MONETÁRIA E DESDOLARIZAÇÃO: A BUSCA DO BRICS POR
MAIOR AUTONOMIA MONETÁRIA**

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito final para a obtenção do título de mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Professor Doutor Lucas Milanez de Lima Almeida

João Pessoa

2026

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586i Silva Filho, Djalma de Souza da.

Imperialismo monetário e desdolarização [manuscrito] : a busca do BRICS.. / Djalma de Souza da Silva Filho. - 2026. 119 f.

Digitado.

Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2026.

"Orientação : Prof. Dr. Lucas Milanez de Lima Almeida, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - PPGRU UEPB".

1. Imperialismo do dólar. 2. Desdolarização. 3. BRICS. 4. Moeda e desenvolvimento. 5. Teoria Marxista. I. Título

21. ed. CDD 332.4

DJALMA DE SOUZA DA SILVA FILHO

IMPERIALISMO MONETÁRIO E DESDOLARIZAÇÃO: A BUSCA DO BRICS
POR MAIOR AUTONOMIA MONETÁRIA

Dissertação apresentada à
Coordenação do Curso de
Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais da
Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção
do título de Mestre em Relações
Internacionais

Aprovada em: 22/05/2026.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Paulo Antonio de Freitas Balanco** (***.377.938-**), em **15/06/2026 15:18:10** com chave **90fb8bd268e611f1a8ce827ba8dd7853**.
- **Alexandre Cesar Cunha Leite** (***.632.006-**), em **17/06/2026 10:42:49** com chave **6e7910ee6a5211f19f266614ecc21d71**.
- **Lucas Milanez de Lima Almeida** (***.701.674-**), em **17/06/2026 15:18:53** com chave **fef3edd06a7811f1a189aeb1af89e6dd**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QrCode ao lado ou acesse https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Folha de Aprovação do Projeto Final

Data da Emissão: 17/06/2026

Código de Autenticação: 447acb



Agradecimentos

Como forma de agradecimento pessoal a pesquisa desenvolvida e os estudos que realizei durante todo o mestrado, direciono meus melhores agradecimentos aos meus pais, Djalma de Souza e Valdirene Araújo, por terem me presenteado com as melhores oportunidades e incentivos à educação e a minha trajetória acadêmica. Meus maiores incentivadores e torcedores pelas minhas conquistas, mesmo em situações que desacreditei do meu potencial, e os que sempre me apoiaram nos diversos momentos que não encontrava mais condições ou forças pessoais para continuar.

Agradeço também a minha irmã, Vitória D'avyla, que juntamente com meus pais contribui para a formação do meu caráter e da pessoa que me tornei. A mesma que me ajudou durante os meses que precisei me ausentar das atividades acadêmicas devido aos problemas de saúde que passei durante esta jornada, e que esteve presente para escutar meus desabafos semanais nestes dois anos de estudos. E enfatizo novamente aqui meus maiores agradecimentos pessoais a minha família que sempre esteve junto comigo e me fez me sentir em casa mesmo com quilômetros de distância da minha terra. Agradeço aos meus avós, tios e primos por acreditarem em mim e por tornarem possível que eu me tornasse o primeiro membro da nossa família a conquistar o grau de mestre.

Direciono meus agradecimentos também ao meu orientador Dr. Lucas Milanez que tornou esta pesquisa viável de ser concretizada. Agradeço pelas tardes e noites de orientação que me ajudaram não somente a desenvolver esta pesquisa, mas na minha formação como pesquisador, estudante, e um ser crítico sobre o mundo que nos rodeia. Deixo meus agradecimentos também a todo o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba que me proporcionaram uma visão crítica, analítica e humanizada sobre os diversos problemas que nos aflige, sempre na busca por uma justiça social e combate ao uso do poder coercitivo por aqueles que a cometem. De forma semelhante, agradeço também aos meus colegas e camaradas do grupo de estudos marxistas Nelson Rosas, do qual tenho muito orgulho de fazer parte e que me ajudou significativamente na construção crítica e teórica da minha pesquisa.

Direciono também meus agradecimentos pessoais ao meu namorado e companheiro de vida, Taciano Prudêncio, que esteve ao meu lado nos dias mais fáceis e difíceis do mestrado. Obrigado pelo companheirismo, pelo amor e pela paciência aos meus desabafos diários sobre a pesquisa, a sua presença foi muito importante para que eu pudesse seguir com os meus sonhos e objetivos pessoais. Aqui agradeço também ao meu cachorro, Theo, o maior

companheiro que já tive e que, mesmo sem saber, me ajudou nos momentos mais difíceis e nunca me deixou só.

E finalizado meus agradecimentos direcionando um grandíssimo e caloroso obrigado aos meus amigos que tornaram toda essa trajetória mais leve e divertida. Agradeço a Lúcio, Nayra, Eduarda, Sara, Rodrigo, Geovanna, Henrique, Nathalia, Luísa e Vitória. A todos vocês que mencionei aqui, amo vocês e sempre estarão comigo em meu coração.

Resumo

Esta dissertação analisa o debate em torno da hegemonia monetária do dólar no contexto do imperialismo estadunidense enquanto expressão dominante do capital na estrutura monetária internacional, com especial destaque para a resposta do BRICS, que propõe a criação de políticas de desdolarização para as transações econômicas e comerciais intrabloco. A pesquisa parte do reconhecimento de que a hegemonia do dólar no sistema financeiro internacional limita a soberania monetária dos países periféricos, reforçando relações desiguais no capitalismo global. Diante disso, investiga-se como o BRICS, através da desdolarização pretendida para transações comerciais intrabloco, pode representar uma alternativa concreta à dependência do dólar e contribuir para o desenvolvimento autônomo do Sul Global. Assim, a pesquisa parte da seguinte pergunta: de que forma o BRICS pode reduzir a dependência do dólar e promover alternativas monetárias que contribuam para a autonomia econômica do Sul Global? O enquadramento teórico baseia-se na perspectiva teórica marxista acerca do sistema capitalista e na sua concepção do dinheiro, permitindo uma compreensão crítica das dinâmicas monetárias globais e dos caminhos possíveis para o desenvolvimento das economias periféricas. Adotando um enfoque predominantemente qualitativo, centrado em uma análise exploratória qualitativa sobre os BRICS, a pesquisa identificou o estímulo e a diversificação de moedas locais no comércio e transações intrabloco como o principal elemento indutor do processo de independência em relação ao dólar como uma alternativa monetária a curto prazo de maior viabilidade política e econômica.

Palavras-chave: Imperialismo do dólar; Desdolarização; BRICS; Moeda e desenvolvimento; Teoria Marxista

Abstract

This dissertation examines the debate surrounding the dollar's monetary hegemony within the context of American imperialism as the dominant expression of capital in the international monetary structure, with particular emphasis on the BRICS response, which proposes the creation of de-dollarization policies for intra-bloc economic and commercial transactions. The research stems from the recognition that the dollar's hegemony in the international financial system limits the monetary sovereignty of peripheral countries, reinforcing unequal relations within global capitalism. Consequently, it investigates how BRICS, through its intended de-dollarization of intra-bloc trade transactions, may represent a concrete alternative to dollar dependency and contribute to the autonomous development of the Global South. Thus, the research is guided by the following question: in what ways can BRICS reduce dependence on the dollar and promote monetary alternatives that contribute to the economic autonomy of the Global South? The theoretical framework is based on the Marxist theoretical perspective on the capitalist system and its conception of money, enabling a critical understanding of global monetary dynamics and possible pathways for the development of peripheral economies. Adopting a predominantly qualitative approach, focused on an exploratory qualitative analysis of BRICS, the research identified the stimulation and diversification of local currencies in intra-bloc trade and transactions as the primary driver of the process of independence from the dollar, representing a short-term monetary alternative with greater political and economic feasibility.

Keywords: Dollar imperialism; De-dollarization; BRICS; Currency and development; Marxist theory

Lista de Ilustrações

Quadro 1 - Comparativo da política externa e interesse nacional dos países membros do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul)	86
Gráfico 1: Crescimento histórico do volume de exportação no comércio intrabloco do BRICS entre os anos de 2010 e 2024 em milhões de dólares	100
Quadro 2: Saldo da balança comercial dos países membros do BRICS em relação ao comércio intrabloco realizado entre os anos de 2010 a 2024	102

Lista de Siglas

BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
NDB	Novo Banco do Desenvolvimento
FMI	Fundo Monetário Internacional
OMC	Organização Mundial do Comércio
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade
ALBA	Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América
SUCRE	Sistema Unitário de Compensação Regional
PIB	Produto Interno Bruto
SWIFT	<i>Society for Worldwide Interbank Financial</i>
CIPS	<i>Cross-Border Interbank Payment System</i>
UE	União Europeia
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
ONU	Organização das Nações Unidas
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
ICM	Mecanismo de Cooperação Interbancária
BCBPI	Iniciativa de Pagamentos Transfronteiriço
GCC	Conselho de Cooperação do Golfo
OECD	<i>Organization for Economic Co-operation and Development</i>

Sumário

1 - INTRODUÇÃO	9
2 - REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 Soberania Monetária	15
2.2 Moeda e Poder	18
2.3 Imperialismo	19
2.4 A Teoria Marxista	23
3 - HEGEMONIA DO DÓLAR: O IMPERIALISMO MONETÁRIO EM CURSO	28
3.1 As implicações da configuração da atual geografia do dinheiro para o Sul Global	33
3.2 Imperialismo monetário e a perpetuação das estruturas de poder no sistema monetário internacional durante a hegemonia do dólar (1944 - 2025).....	42
3.3 Desdolarização dos BRICS: perspectivas de transformação financeira e monetária global a partir do Sul	49
4 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO AUTÔNOMO NA PERIFERIA DO SISTEMA INTERNACIONAL	56
4.1 Autonomia monetária do BRICS como etapa e reflexo do desenvolvimento	60
4.2 Geopolítica da desdolarização	64
4.3 A desdolarização como proposta de reordenamento estrutural do sistema econômico-monetário	70
5 - DINÂMICA INTERNA DO BRICS E OS PROJETOS DE DESDOLARIZAÇÃO	77
5.1 Natureza e dinâmica interna do bloco	80
5.2 Internacionalização do renminbi: a influência da política externa chinesa no processo de desdolarização do BRICS	88
5.3 BRICS: desdolarização em curso e projeto futuro	94
6- CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	110
APÊNDICE	119

1- INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, principalmente a partir do início dos anos 2000, o cenário da economia internacional testemunhou mudanças significativas, em especial a mobilização institucional de países do sul global em busca de maior autonomia em relação ao centro do capitalismo mundial (Stuenkel, 2024). Esse movimento é reflexo da ascensão de novas potências regionais em nível econômico, militar e político, que passaram a contestar a ordem vigente e esta relação dominante (Stuenkel, 2024). Nesse contexto, dentre outras dimensões, tal enfrentamento se dá sobre a supremacia do dólar como equivalente universal, produto das dinâmicas desiguais de poder no sistema internacional capitalista desde o pós Segunda Guerra Mundial, período a partir do qual os Estados Unidos exerce o controle sobre o padrão monetário internacional e limitou a autonomia econômica e monetária dos países da periferia (Arrighi, 1996).

Diante desse cenário, um bloco econômico formado por países emergentes que apresentavam rápido crescimento e potenciais econômicos se formalizou oficialmente em 2009 durante a primeira cúpula oficial do grupo realizada na cidade de Ecaterimburgo na Rússia, um acontecimento importante para a sua formalização vertical e formal (Stuenkel, 2024). Assim, o BRICS foi constituído formalmente como uma forma de ratificar a presença de uma entidade coletiva capaz de auxiliar no desenvolvimento dos países que compõem o grupo dentro da estrutura internacional dominante. Essa estrutura é marcada pelas contradições do capitalismo, cuja maior expressão é a centralização e a concentração do capital nos países centrais (Stuenkel, 2024).

Sendo assim, o BRICS é um grupo formado inicialmente por Brasil, Rússia, Índia e China, e, posteriormente, em 2011, houve a entrada da África do Sul. O grupo é instituído formalmente com o objetivo de promover o desenvolvimento mútuo dos países integrantes por meio da cooperação multilateral, além de se inserir nesta dinâmica de contestação da estrutura internacional existente (Oppermann; Menger; Muller, 2015). A partir do ano de 2024 ocorreu a integração de novos membros oficiais no bloco, constituindo o BRICS+ com a participação de Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes como membros oficiais do grupo. Durante esse processo de expansão do BRICS, demais Estados também passaram a fazer parte do bloco como países parceiros, quais sejam: Indonésia, Belarus, Bolívia, Cuba, Cazaquistão, Malásia, Nigéria, Tailândia, Uganda e Uzbequistão (BRICS Brasil, 2025)

Assim sendo, o BRICS+ representa a ampliação do grupo com o objetivo de aumentar a sua influência geopolítica e econômica dentro do Sistema Internacional, ratificando o

fortalecimento institucional do Sul Global por meio da representação do bloco. Entretanto, a presente pesquisa foca majoritariamente, por motivos de simplificação do objeto da pesquisa, no grupo inicial formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul como foco da análise. Ao longo da pesquisa, o BRICS+ também será levado em consideração na análise proposta devido ao papel que possuem na dinâmica da economia internacional e intrabloco. Entretanto o recorte principal limitará aos países membros fundadores devido ao maior grau de integração construído desde o ano do seu estabelecimento.

Ademais, com a institucionalização do Novo Banco do Desenvolvimento (NBD), banco oficial do bloco econômico, se consolidou, em 2014, o objetivo de oferecer novos mecanismos alternativos de investimento, financiamento e projetos de desenvolvimento econômico com base na perspectiva de cooperação Sul-Sul (New Development Bank, 2025).

O NBD busca, dentre outros objetivos, legitimar a perspectiva de soberania monetária para os países do bloco, como um esforço político para reduzir a vulnerabilidade dos países membros em relação às flutuações do dólar, moeda dominante, e às diretrizes unilaterais monetárias estabelecidas pela hegemonia dos Estados Unidos e seu capital monetário (Batista Junior, 2024). Assim sendo, o BRICS busca materializar um meio alternativo que promova maior autonomia política, monetária e econômica por meio de políticas e canais, como o estímulo ao uso de moedas locais e à formação de uma possível moeda comum intrabloco, capazes de promover este processo de desdolarização das transações entre suas economias (Batista Junior, 2024).

Esse cenário de soberania monetária como contestação política à dolarização do sistema financeiro internacional, e à relação dominante deste como forma do capital, constitui um elemento chave para pensar as possibilidades de desenvolvimento econômico para os países considerados emergentes, como os representantes do BRICS, além de outros países do Sul Global (Pennaforte; Camargo; De Camargo Filho, 2022).

Embora haja a ausência da menção formal da iniciativa institucional para a instauração de uma moeda comum a ser utilizada somente para as transações comerciais e transferências financeiras intrabloco, esta ideia se faz presente nos discursos das representações políticas de seus países membros (Jammoul, 2024). Assim, registros oficiais nas declarações e relatórios anuais da instituição evitam mencionar a possibilidade da construção de uma moeda intrabloco, mas o projeto permanece nas pautas de discussões das reuniões internas e nas declarações de seus representantes políticos, como presidentes e ministros (Jammoul, 2024).

Em declarações oficiais do presidente do Brasil, em 2023 e 2024, Luís Inácio Lula da Silva e representantes russos como o Ministro das Relações Exteriores, Sergey Lavrov e o

presidente Putin, confirmam a intenção de formalizar e materializar o projeto de uma moeda comum intrabloco (Jammoul, 2024). A presente pesquisa considera que, devido às tensões geopolíticas entre o bloco e a figura dos Estados Unidos, a menção em ofícios e relatórios oficiais do BRICS é evitada para não estimular tensões geopolíticas delicadas com os Estados Unidos.

Durante as cúpulas do BRICS de 2023, em Joanesburgo, e a Cúpula de 2024, em Kazan, o debate sobre caminhos para a desdolarização estiveram presentes, com menções formais nas declarações finais dos encontros sobre o fortalecimento do uso das moedas locais e mecanismos de cooperação interbancária (BRICS, 2024). Apesar da ausência nestas declarações, de menções sobre a possibilidade de uma moeda comum, o então presidente da Rússia, Vladimir Putin, apresentou durante a Cúpula do bloco em seu país, a representação simbólica de uma cédula que materializa o projeto de uma moeda intrabloco (Carta Capital, 2024). Ratificando, assim, a relevância do objetivo de estudo desta pesquisa.

Outrossim, com o propósito de implementar políticas de desdolarização a curto prazo, o incentivo ao uso das moedas locais no comércio intrabloco consiste na estratégia antecedente e de maior facilidade. Projeto este que foi defendido e aprovado na declaração de líderes do BRICS de 2025 realizada na cidade do Rio de Janeiro, materializando, assim, a intenção do bloco em ampliar a presença de moedas locais nestas transações (Ministério das Relações Exteriores, 2025).

A Declaração do Rio de Janeiro, resultante do encontro do BRICS realizado em 2025, reafirma o compromisso do bloco com um projeto de desenvolvimento autônomo para o Sul Global e com a promoção da desdolarização das economias dos países membros. Nesse contexto, o fortalecimento do NBD, a ampliação do financiamento em moedas locais e os mecanismos financeiros próprios do bloco expressam uma estratégia de contestação à ordem monetária internacional vigente, marcada pela hierarquização das moedas e pela hegemonia do dólar, com potencial para induzir reformas no Sistema Monetário Internacional.

Considerando os objetivos de fortalecimento da soberania monetária e financeira no âmbito dos BRICS (Acioly, 2019), as iniciativas de desdolarização nas transações intrabloco inserem-se em dinâmicas mais amplas de reconfiguração da hierarquia monetária internacional, ao mesmo tempo em que expressam tentativas de contestação das estruturas de poder que sustentam a centralidade do dólar no sistema capitalista global. Nesse sentido, a pesquisa considera que a moeda — e neste caso a desdolarização do comércio intrabloco do BRICS — representa uma etapa e, ao mesmo tempo, uma consequência do desenvolvimento econômico, uma vez que quanto maior for a capacidade produtiva diversificada de um país, a

tendência é a valorização cambial de sua moeda. Por outro lado, a moeda também possui a capacidade de influenciar investimentos, determinar a autonomia da política econômica do país e dinamizar o fluxo econômico interno, portanto, a moeda também tem a competência para viabilizar o desenvolvimento.

Esta pesquisa possui relevância no campo da economia política internacional, na medida em que o projeto de desdolarização do bloco tem como objetivo estabelecer a autonomia econômica e monetária dos países membros e promover o desenvolvimento econômico. A contribuição acadêmica da pesquisa insere-se no debate contemporâneo sobre desenvolvimento, dolarização e formulação de políticas nacionais para o desenvolvimento de países da periferia (Fiori, 2012). A pesquisa se justifica também pela urgência de se discutir projetos de soberania monetária em um mundo multipolar em formação e o baixo volume de produção acadêmica sobre o projeto de uma moeda comum do BRICS e perspectivas de desdolarização pela periferia mundial.

A partir do rompimento do acordo de *Bretton Woods*, feito de forma unilateral pelos Estados Unidos em 1971, o sistema monetário internacional tem sido marcado pela hegemonia do dólar estadunidense, que, além de assegurar o domínio financeiro dos Estados Unidos, impõe vulnerabilidades às economias periféricas (Arrighi, 1996). Diante desse cenário, o BRICS surge como um ator estratégico na contestação dessa ordem, buscando alternativas que reduzam a dependência do dólar e fortaleçam a autonomia econômica do Sul Global. Assim sendo, este trabalho parte da seguinte pergunta de pesquisa: Como o BRICS pode promover alternativas monetárias que reduzam a dependência do dólar de suas economias?

Como hipótese central, argumenta-se que a adoção de políticas de desdolarização pretendidas pelo BRICS, como o estímulo a moedas locais e implementação de uma moeda comum intrabloco, tem o potencial de reduzir a dependência do dólar de seus países membros. Nesse aspecto, o projeto de desdolarização do BRICS se refere ao estímulo de moedas locais no comércio intrabloco e, também, à proposta da criação de uma moeda comum. Diferente da união monetária da zona do euro entre os países vinculados à União Europeia, o BRICS não objetiva ter uma moeda única que substitua as respectivas moedas nacionais dos seus países membros (Jammoul, 2024). A proposta de uma moeda comum tem o objetivo de que este ativo monetário seja usado somente, a princípio, para as transações comerciais intrabloco, coexistindo com as moedas nacionais de cada país vinculado ao grupo.

Para testar essa proposição, o estudo tem como objetivo geral analisar a desdolarização do BRICS como um mecanismo de contestação ao imperialismo do dólar e

propulsor de um possível caminho para o desenvolvimento. Por sua vez, os objetivos específicos buscam: 1) examinar a hegemonia do dólar como expressão das relações de poder e dominação no capitalismo contemporâneo, evidenciando seus mecanismos de coerção e reprodução da dependência na periferia do sistema internacional 2) analisar a desdolarização enquanto um mecanismo indutor do processo de desenvolvimento autônomo para as economias do bloco; e 3) investigar o projeto de desdolarização do BRICS em sua dupla dimensão: uma ferramenta geopolítica de contestação ao imperialismo do dólar e um vetor para o desenvolvimento endógeno das economias do bloco.

Assim sendo, esta pesquisa tem como foco principal a análise da proposta de desdolarização do BRICS dentro da atual dinâmica monetária, sustentada no ciclo de dominação e exploração imperialista do dólar, como um meio alternativo para o desenvolvimento econômico da periferia mundial, com foco nos países vinculados ao bloco.

Outrossim, esta pesquisa se caracteriza como bibliográfica e explicativa com aporte metodológico qualitativo, buscando compreender os possíveis caminhos que possibilitem a redução da dependência do dólar entre os países do BRICS. A pesquisa também representa uma análise qualitativa exploratória, considerando o BRICS como um ator coletivo e unidade de análise, além de utilizar uma perspectiva crítica marxista aplicada a este cenário da economia internacional e o processo de dolarização.

Ademais, para compreender esta problemática, o marco teórico desta pesquisa terá como base a abordagem marxista, uma vez que apresenta uma abordagem reflexiva sobre a formação econômico-social da economia internacional, compreendendo os imperativos categóricos inerentes ao capitalismo, e as possibilidades de mudança (Afanassiev, 1961). Destarte, este aporte analítico será necessário para compreender a formação do sistema monetário dolarizado e as dinâmicas geopolíticas para a desdolarização.

A pesquisa encontra-se dividida em quatro capítulos centrais, abordando o objeto da pesquisa em diferentes etapas. Nessa divisão, o primeiro capítulo busca apresentar os principais conceitos teóricos que sustentam a construção argumentativa da pesquisa, abordando seus significados, importância e a sua devida aplicação teórica no desenvolvimento deste estudo. Na segunda parte consta a descrição geral do objeto de pesquisa, com foco em desenvolver o primeiro objetivo específico do trabalho, centralizando o debate na dolarização da estrutura econômica mundial e suas implicações para a periferia. Em seguida, o próximo capítulo aborda o segundo objetivo específico, focando na desdolarização como um caminho alternativo para o desenvolvimento periférico. E o quarto capítulo desenvolve o último objetivo específico, com a finalidade de analisar o projeto da desdolarização do bloco como

um instrumento de contestação ao imperialismo monetário e um caminho para pensar um desenvolvimento autônomo de suas economias.

2 - REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção tem o objetivo de apresentar os principais conceitos utilizados no desenvolvimento da pesquisa e sua aplicação nas contribuições abordadas na análise realizada. Assim sendo, serão apontados conceitos como soberania monetária e a sua relação com o objetivo da pesquisa, a relação entre moeda e poder no contexto da hegemonia do dólar, assim como a ideia de imperialismo e suas ramificações — como imperialismo monetário e imperialismo do dólar — no intuito de apresentar os pressupostos teóricos que sustentam a pesquisa. Outrossim, também é apresentada nesta seção a parte da teoria marxista que corresponde a sua concepção sobre o dinheiro.

2.1 Soberania Monetária

A presente pesquisa utiliza o conceito de soberania monetária elaborado por Laplane (2016), compreendendo este conceito como um grau de autonomia institucional para a tomada de decisão e implementação de políticas ligadas ao mercado monetário, como políticas cambiais, fiscais e monetárias do país.

A soberania monetária, segundo Laplane (2016), possui duas principais dimensões. A primeira se refere ao aspecto jurídico do conceito, compreendendo a capacidade do Estado nacional em emitir e realizar a gestão da sua própria moeda por meio de leis e instituições nacionais responsáveis por esta ação. Enquanto a segunda se refere à perspectiva econômica, abrangendo a uma série de arranjos institucionais internos que garantem a estabilidade e função da moeda em seu território, que por meio de diferentes mecanismos econômicos podem garantir a convenção do seu uso (Laplane, 2016).

Este conceito da soberania monetária originalmente foi associado com o foco maior na capacidade do Estado em emitir sua própria moeda. Assim, devido à complexidade das relações econômicas no sistema interestatal capitalista, a ideia de soberania monetária se fundamenta como uma forma de entender as relações entre o Estado e sua capacidade de emitir dinheiro, abrangendo questões políticas, sociais e econômicas neste processo (Laplane, 2016). Esse tipo de soberania é o resultado direto de elementos externos, como a posição da moeda dentro da hierarquia do sistema monetário internacional, e elementos internos referentes à gestão interna da moeda (Laplane, 2016).

A soberania monetária abordada a partir da conjuntura do sistema monetário e financeiro internacional, considerando o seu surgimento desde a configuração inicial do

sistema interestatal capitalista e ainda em curso durante o século XXI, possui efeitos sobre a periferia do sistema internacional (Laplane, 2016). Nesse sentido, a posição que uma moeda ocupa na hierarquia do sistema monetário internacional, caracterizado por uma estrutura verticalizada, somada às relações geopolíticas entre os países emissores das moedas localizadas no topo dessa estrutura, bem como a fatores internos, pode resultar em uma perda total ou parcial da soberania monetária dos países da periferia (Laplane, 2016).

Destarte, a presente pesquisa utiliza o conceito de soberania monetária para refletir sobre o grau de autonomia monetária da periferia em relação à posição que o dólar estadunidense exerce dentro do Sistema Monetário Internacional. Adotando a perspectiva econômica apresentada por Laplane (2016), o segundo capítulo da pesquisa busca compreender como os arranjos econômicos e geopolíticos do sistema internacional proporcionam esse grau de autonomia e gestão das moedas dentro dessa relação desigual do sistema monetário, e como essa soberania é composta a partir do contato e da relação com as demais moedas desse sistema.

Este contato, por sua vez, determina o grau de autonomia de uma moeda e a dependência da sua economia nacional em relação à moeda chave da economia internacional (Laplane, 2016), nesse caso considera-se o dólar como este ativo monetário universal para esta dinâmica. Assim sendo, a geopolítica e as relações de poder que caracterizam a estrutura do sistema capitalista contemporâneo desempenham um papel fundamental na configuração da soberania monetária. Isso porque essas dinâmicas influenciam diretamente o aumento do grau de autonomia e autoridade da moeda associada ao país com maior peso político, militar e econômico no sistema-mundo, ao mesmo tempo que tendem a reduzir a soberania monetária dos países subordinados a essa influência. É nessa relação que a pesquisa trabalha com o conceito de soberania monetária exposto por Laplane.

Dentro deste campo de estudo, a pesquisa utiliza também do aporte conceitual de Benjamin Cohen (2014) a partir de alguns conceitos desenvolvidos em sua obra *A Geografia do Dinheiro*, dentre outras obras do autor utilizadas na pesquisa, partindo da compreensão de que o sistema monetário internacional é estruturado de forma hierárquica. Nesse sentido, Cohen argumenta que as moedas se organizam verticalmente dentro desse sistema, refletindo relações assimétricas de poder e distintos graus de soberania e autonomia monetária entre os Estados emissores (Cohen, 2014). O uso do conceito de geografia nesse contexto não se refere a uma dimensão territorial estrita, mas à distribuição espacial e funcional das moedas, considerando o alcance de sua circulação, aceitação e uso nas diferentes escalas do sistema internacional.

Assim, o conceito de espaço geográfico do dinheiro utilizado pela pesquisa diz respeito à posição que as moedas ocupam nessa hierarquia, bem como às relações de poder que se manifestam por meio de sua capacidade de operar para além das fronteiras nacionais (Cohen, 2014). Desse modo, a hierarquia monetária se traduz em uma geografia do dinheiro na medida em que diferentes moedas exercem poder em espaços distintos, do âmbito doméstico ao global, configurando uma distribuição desigual de poder monetário no sistema internacional.

Dentro desta pirâmide monetária, encontram-se no topo as moedas-chave da economia internacional, que no processo de interação com as demais moedas possui um papel geopolítico importante nesta relação de poder, como o dólar. Mais abaixo nesta pirâmide encontram-se as moedas com baixa influência geopolítica e de uso limitado, como as moedas da periferia mundial (Cohen, 2014).

De forma complementar, dentro deste espaço geográfico do dinheiro, algumas moedas podem exercer um domínio autoritário sobre as demais. Este conceito diz respeito ao grau de influência de uma moeda sobre este espaço geográfico e sua capacidade em limitar o uso e autonomia da periferia (Cohen, 2014). Portanto, o domínio autoritário de uma moeda tem a capacidade de corroer a autonomia e a soberania monetária de algumas moedas por meio do processo de expansão desta moeda estrangeira dominante.

A pesquisa utiliza o conceito de geografia do dinheiro para se referir à composição e à dinâmica geopolítica do sistema monetário internacional, no que diz respeito ao exercício da soberania monetária pelos países. Analisando, portanto, o resultado desse processo, ou seja, a formação de uma hierarquia desigual entre moedas e o grau de poder exercido pelos países com maior autonomia e posição dentro dessa escala.

Nesse sentido, a pesquisa considera que a geografia do dinheiro em curso desde o fim da Segunda Guerra Mundial proporciona uma posição privilegiada para os Estados Unidos e, conseqüentemente, para o exercício do dólar. Apresentando, assim, uma dinâmica desigual que configura a relação de poder e dominação que um país pode exercer em relação aos demais representantes da periferia mundial.

Nesse contexto apresentado, a dinâmica geopolítica do sistema monetário internacional é utilizada para analisar como a lógica contraditória do capital se manifesta desigualmente neste espaço internacional, compreendendo que as leis do capitalismo são mediadas historicamente por instituições, Estados e relações de poder no sistema interestatal. Assim, a hierarquia monetária não é um efeito único de mecanismos essencialmente econômicos e espontâneos, mas também da correlação entre acumulação capitalista,

capacidade estatal e exercício de poder pelos Estados centrais. O lugar privilegiado ocupado pelo dólar no sistema monetário internacional necessita ser compreendido, portanto, a partir de uma análise das relações geopolíticas que sustentam a sua aceitação internacional, além da própria hegemonia estadunidense, a arquitetura institucional fundada em Bretton Woods e a capacidade dos Estados Unidos em instituir regras e condicionalidades ao sistema.

Destarte, a abordagem geopolítica desta pesquisa compreende que uma moeda utilizada no campo internacional depende não apenas da produção de valor em sua economia, mas da relação de poder que garante a sua circulação, liquidez e demais funções exercidas pelo moeda perante a teoria marxista. A geopolítica, portanto, é aqui compreendida como uma expressão histórica das relações de dominação e dependência entre centro e periferia no capitalismo mundial. Assim, a geografia do dinheiro nesse sentido é aqui analisada como um resultado da relação entre moeda, Estado e sistema interestatal, analisando como a perda da soberania monetária na periferia do sistema representa uma condição estrutural da reprodução desigual do capital em escala mundial.

2.2 Moeda e Poder

A pesquisa também utiliza das contribuições de José Luís Fiori em sua obra *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações* (2012), e demais obras relevantes do autor dentro desta temática, resgatando a ideia de como os Estados se entrelaçam com o sistema monetário durante o seu processo de desenvolvimento e nas disputas geopolíticas pelo poder (Fiori, 2012). Nesse aspecto, Fiori argumenta como a capacidade de emitir, gerir e sustentar as funções de uma moeda por um Estado, ou seja, a sua soberania monetária, está estritamente ligada com o poder geopolítico do seu emissor (Fiori, 2012).

A hierarquia do sistema monetário, portanto, reproduz desigualdades estruturais e limita a autonomia da periferia mundial (Fiori, 2012). Haja vista que durante o processo de desenvolvimento econômico um país necessita preservar sua autonomia institucional no campo monetário, países que perdem esta autonomia ficam presos a uma relação de dependência e vulnerabilidade (Fiori, 2012). Assim sendo, a pesquisa utiliza deste aporte teórico compreendendo a necessidade do processo de desdolarização do BRICS como um meio necessário para a afirmação de um processo de desenvolvimento autônomo do sul global.

A obra organizada por Maria da Conceição Tavares e Luís Fiori (1998) também se apresenta como um aporte teórico importante para a pesquisa, na medida em que pontuam a

relação entre poder e dinheiro no sistema interestatal capitalista (Tavares; Fiori, 1998). Nessa conjuntura, historicamente, o dólar tendeu a se manter como o principal ativo e moeda chave da economia internacional devido ao seu poder coercitivo (Tavares; Fiori, 1998). O poder coercitivo da moeda, nesse contexto, diz respeito ao uso do poder geopolítico do país emissor, os Estados Unidos, para coagir países e demais entidades a adotarem as orientações, interesses e perspectivas do país no sistema monetário internacional.

Os autores mostram como a hegemonia estadunidense se expressa como um projeto político para ratificar uma presença unipolar do país no contexto do pós-guerra fria, e como o dólar e a dolarização das transações internacionais — iniciadas a partir da diplomacia do dólar forte — representam um pequeno fragmento do poder geopolítico dos Estados Unidos (Tavares; Fiori, 1998). Nesse sentido, apresentam como a coligação entre moeda e poder é a força motriz da globalização em curso e como a formatação destas relações de poder estruturam um sistema imperialista gerido pelos Estados Unidos.

Assim, a moeda passa a assumir, então, o papel de instrumento de poder global, expressando o grau de autonomia política e de soberania monetária dos Estados no interior da estrutura do sistema monetário internacional. A articulação entre moeda, poder e geopolítica permite, portanto, uma compreensão mais profunda do papel desempenhado pelo dólar na geopolítica mundial, uma vez que este não representa apenas um fenômeno econômico, mas, sobretudo, uma instituição política. A ordem monetária internacional se mostra, desse modo, interconectada à estrutura de poder global liderada pelos Estados Unidos, na qual a dolarização do sistema reflete escolhas geopolíticas fundamentais para a consolidação da hegemonia estadunidense.

A pesquisa, portanto, recorre a esse aporte teórico para compreender a relação direta entre moeda, poder e Estado na formação e dinâmica do capitalismo contemporâneo. Essa correlação revela-se imprescindível para entender os conflitos geopolíticos de natureza econômica e monetária. Nessa conjuntura, a geopolítica desempenha um papel central ao permitir analisar tanto o sistema de poder estabelecido pelos Estados Unidos através do uso do dólar como instrumento político e econômico, quanto a necessidade de refletir sobre novos modelos e dinâmicas monetárias, como o projeto de desdolarização proposto pelo BRICS.

2.3 Imperialismo

A presente pesquisa também utiliza o termo imperialismo a partir da abordagem marxista, conectando a ideia da relação de poder e troca entre os países. Segundo Leo Panitch,

o fenômeno do imperialismo está relacionado com a teoria marxista do Estado, visto que, dentro do contexto do sistema interestatal capitalista, é o Estado que representa a instituição que organiza a dominação de classes e demais arranjos institucionais globais do capitalismo (Panitch apud Bugiato, 2023). Esta estrutura formada, ao mesmo tempo, reflete e promove um desenvolvimento desigual.

Segundo o autor, a fase do imperialismo estadunidense se inicia a partir do final da Segunda Guerra Mundial, no qual o país se tornou capaz de coordenar as estruturas do capitalismo global de forma dominante e coercitiva (Panitch apud Bugiato, 2023). Nesse sentido, o conceito de imperialismo utilizado pela pesquisa diz respeito às relações de poder assimétricas construídas no sistema interestatal capitalista, uma assimetria particular que promove dominação e dependência (Panitch apud Bugiato, 2023). Assim, o caráter imperialista de um país não se define apenas pela coerção direta, mas pela capacidade de estruturar o funcionamento do sistema internacional de forma favorável à reprodução de seu capital, subordinando os demais Estados por meio de mecanismos monetários, financeiros e institucionais.

O imperialismo, portanto, se manifesta como uma expressão histórica de exercício de dominação no capitalismo, cuja origem se fundamenta na necessidade constante de expansão e reprodução do capital em escala global. Assim sendo, o imperialismo representa um padrão estrutural de poder que coordena a reprodução de relações de dominação e dependência entre os Estados. Um dos principais instrumentos para a sua institucionalização são mecanismos monetários e financeiros, como a representação de uma moeda dominante, e mecanismos coercitivos indiretos como sanções econômicas, bloqueios e regimes monetários que constroem os demais Estados do sistema. Nesse contexto, o desenvolvimento desigual e aprofundamento da relação centro-periferia, assim como a formação de uma dependência estrutural representam efeitos diretos da existência histórica do imperialismo no sistema interestatal.

Seguindo esta linha de pensamento, o imperialismo monetário representa um fragmento de poder dentro do próprio complexo sistema imperialista. O uso deste instrumento imperialista sobre a periferia inibe os países afetados e a sua capacidade de agir de forma independente na gestão interna de sua moeda e mecanismos de estabilização, e potencializa a exploração monetária pela moeda que representa o Estado imperialista que emite o padrão monetário internacional (Lunkes, 2018). Portanto, o imperialismo monetário se refere à dominação e influência econômica e financeira de um país sobre o sistema interestatal

capitalista, utilizando, para este meio, a moeda como uma ferramenta de poder coercitivo (Lunkes, 2018).

O conceito de imperialismo monetário, portanto, refere-se a uma forma de dominação exercida por um Estado por meio da utilização da sua moeda, instaurando uma estrutura de poder que coage as demais economias do sistema a seguir decisões políticas e econômicas implantadas pelo Estado emissor da moeda dominante. Dessa forma, o imperialismo monetário expressa uma relação de poder estrutural, no qual um Estado possui a capacidade para impor disciplinas macroeconômicas por meio de instituições financeiras internacionais, em uma posição de privilégio que condiciona o fluxo da economia e do comércio global.

O poder coercitivo do dólar se manifesta, dentre outros elementos, a partir da imposição de ajuste nas políticas econômicas e monetárias na periferia para garantir o seu contínuo acesso aos dólares, relação com as políticas nas taxas de juros dos Estados Unidos que elevam o custo e aumento da dívida externa em países endividados em dólar, na imposição de disciplina econômica sem a utilização da força direta, além do bloqueio de acesso ao sistema financeiro internacional e congelamento de reservas. Nesse sentido, a pesquisa utiliza a ideia de imperialismo monetário aplicado às relações de poder que os Estados Unidos, intermediado pelo uso do dólar como ferramenta de poder, exerce sobre os demais países e suas respectivas moedas.

A partir da ideia do imperialismo monetário surge também, dentro deste contexto de assimetria de poder e dominação no sistema interestatal capitalista, o conceito de imperialismo do dólar utilizado por Einzig (Einzig apud Lunkes, 2018). Este tipo mais específico de imperialismo se refere às grandes vantagens macroeconômicas e monetárias que os Estados Unidos possuem a partir da sobrevalorização do dólar, moeda chave utilizada como meio de circulação universal para as transações comerciais e financeiras do sistema interestatal (Einzig apud Lunkes, 2018). Nesse processo, devido à posição privilegiada que os Estados Unidos se encontram nesta relação desigual de poder, o país passou a expandir a oferta de dólares no mundo e os demais países tiveram que assumir o papel de corrigir este desequilíbrio no balanço de pagamentos estadunidenses.

Destarte, o imperialismo do dólar se expressou, inicialmente, a partir desta relação quase obrigatória de que os demais países do sistema necessitam assumir os déficits econômicos (Einzig apud Lunkes, 2018). A presente pesquisa considera que esta relação imperialista do dólar permanece em curso na medida que as relações de poder foram fortalecidas, e a dependência monetária dos países afetados aumentou.

Assim sendo, a categorização do dólar como moeda mundial — padrão monetário internacional no século XXI — se configura como um instrumento de poder e dominação global, controlado unilateralmente pelos Estados Unidos. Dessa relação surge o conceito de imperialismo do dólar, que inicialmente foi apresentado por Michael Hudson (2003) a partir da terminologia de super imperialismo ao analisar o processo de dominação global exercido pelos Estados Unidos no contexto do pós-segunda guerra mundial, o qual não ocorreu por meio da aplicação de força militar mas precisamente a partir do seu sistema financeiro e monetário.

De modo semelhante, é possível relacionar esta definição de Michel Hudson ao imperialismo monetário em curso implementado pelos Estados Unidos, cujo dólar se manifesta como o principal instrumento de poder dessa relação imperialista. O imperialismo do dólar se fundamenta, portanto, na medida em que o sistema interestatal é coagido a subsidiar a expansão econômica e financeira dos Estados Unidos, convertendo a dívida estadunidense em base de reservas monetárias globais, possibilitando um posicionamento privilegiado para os Estados Unidos a partir da sua governança financeira no sistema (Hudson, 2003).

Uma vez que o Sistema Monetário Internacional é assimétrico e intensamente desigual, a dinâmica deste arranjo origina a estrutura do imperialismo no campo monetário (Safronova, 2024). Em outras palavras, não se trata apenas de classificar esse arranjo como imperialista, mas de reconhecer que a própria dinâmica monetária internacional reproduz continuamente relações de dominação econômica, convertendo o imperialismo em uma estrutura permanente das relações monetárias e financeiras globais.

A construção da ideia de imperialismo nas relações econômicas do capitalismo é uma categoria de análise importante da teoria marxista, correlacionando este debate com a expansão e reprodução do modo de produção capitalista de forma globalizada dentro da estrutura de exploração e dominação (Spellmann, 2020). Nesse contexto, uma condição fundamental que ratifica o imperialismo contemporâneo do século XXI é o ressurgimento de disputas interestatais dentro do campo capitalista, como a disputa hegemônica entre Estados Unidos e China (Spellmann, 2020).

Dessa forma, a presente pesquisa utiliza o conceito de imperialismo com base na perspectiva marxista com o objetivo de analisar criticamente as relações de poder construídas pelos Estados Unidos a partir do uso do dólar como ferramenta coercitiva de poder, compreendendo a desdolarização do BRICS dentro deste contexto de disputa hegemônica capitalista.

2.4 A teoria marxista

Outro importante elemento utilizado como base teórica da pesquisa parte de um pressuposto marxista, que reconhece o capital dentro da sua natureza contraditória, ou seja, é marcado por conflitos internos que se manifestam tanto nas relações sociais quanto nos processos econômicos. Essa abordagem compreende o sujeito coletivo também como um espaço de tensões e transformações. Assim, a análise marxista observa o capital em constante movimento e transformação, buscando entender como essas dinâmicas contraditórias influenciam e explicam o desenvolvimento histórico (Afanassiev, 1961, p. 95-96).

Nesse sentido, a teoria marxista e a dialética que a norteia, ao abordar a concepção ontológica do dinheiro, isto é, a sua essência, origem e papel nas relações sociais, bem como suas funções ao longo da história da economia mundial, constituem a base teórica fundamental desta pesquisa. Essa escolha justifica-se pelo caráter crítico da teoria marxista em relação à economia política tradicional e pela sua abordagem indeterminista, que não aceita o *status quo* como algo fixo ou natural, mas sim como resultado de processos históricos e sociais em constante transformação (Afanassiev, 1961).

Nessa perspectiva teórica, as instituições que legitimam a estruturação do capitalismo como um sistema mundial, refletem as relações econômicas, em especial as que hierarquizam o sistema em si, e influenciam outras categorias sociais e o desenvolvimento do sujeito coletivo (Afanassiev, 1961, p. 252-256).

Considerando que o conjunto de ideias predominantes na ordem internacional, muitas vezes legitimadas por organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC), atua como instrumento político de reprodução da hegemonia, essas ideias reforçam e validam a base econômica que sustenta as disputas imperialistas. Nesse contexto, a atual hegemonia do dólar na economia mundial não é apenas uma questão técnica ou neutra, mas resultado direto dessa lógica imposta pelos atores dominantes na estrutura internacional, que moldam as regras do sistema em benefício próprio.

A pesquisa considera que o ideal de progresso e o desenvolvimento internacional proposto inicialmente pelo acordo de Bretton Woods, estabelecendo o padrão-dólar nas transações internacionais, expressou a mutação do capital e o respectivo avanço das estruturas capitalistas de forma unilateral pela burguesia, liderada pelos Estados Unidos e seguida pelas demais economias centrais. Destarte, esta pesquisa utiliza a teoria marxista e a compreensão do seu método dialético como forma de compreender as correlações antagônicas do capital

promovidas de forma unilateral por esta burguesia mundial dominante, aplicando a perspectiva teórica do dinheiro de Karl Marx como forma de analisar a correlação entre moeda e poder no sistema interestatal capitalista, propondo uma alternativa ao atual cenário monetário.

Haja vista que há uma teoria monetária marxista, a pesquisa aplica a perspectiva analítica de Marx sobre o dinheiro integrado à crítica à economia política, categorizando o dinheiro como uma forma social produzida por meio das relações mercantis de distribuição do produto do trabalho humano, dentre as quais, aquelas que compõem o modo de produção capitalistas. Esta abordagem aponta essencialmente uma unidade dialética que constitui o dinheiro, se comportando como um agente de valorização do próprio capital (Marx, 1867).

Nesse aspecto, o dinheiro constitui a representação concreta do desenvolvimento das relações sociais entre os agentes econômicos de uma sociedade, a troca de mercadorias. Representa, assim, um conceito estruturante para entender a dinâmica dos fenômenos econômicos, que aliena o valor social das mercadorias e representa outras funções sociais e econômicas (Marx, 1867).

A moeda representa, nessa perspectiva, um instrumento técnico e concreto do dinheiro utilizado somente para a relação de compra e venda das mercadorias a partir do seu valor nominal. Apesar de que o dinheiro pode ser expresso por meio da moeda para viabilizar as trocas comerciais, não são todas as moedas que podem exercer plenamente o valor de uso, econômico e as devidas funções do dinheiro. Nesse contexto, o dinheiro não expressa somente uma representação física ou nominal, representa, nos âmbitos das ideias e da realidade material, o valor e, conseqüentemente, o trabalho (Marx, 1867).

A pesquisa utiliza a abordagem crítica marxista pois esta fornece instrumentais analíticos importantes para compreender a formação e dinâmica do Sistema Monetário Internacional, inserindo o debate sobre imperialismo e dominação como elementos estruturantes para entender o capitalismo contemporâneo e as Relações Internacionais. Nessa conjuntura, a moeda e o dinheiro possuem um papel importante no processo de expansão do próprio sistema capitalista a nível mundial, analisando estes elementos como uma forma de valor e instrumentos que fazem parte de um complexo arranjo de poder construído historicamente.

A partir desta abordagem e compreensão histórica do caráter antagônico do capital, a pesquisa compreende que seja possível abordar novas possibilidades para o sistema monetário conforme o projeto de desdolarização pretendido pelo BRICS.

Esta pesquisa, portanto, centraliza a abordagem teórica na ontologia e na aplicação da ideia do dinheiro em Marx, com base na abordagem apresentada no livro I e II do Capital, como forma de validar a possível utilização e eficácia de políticas de desdolarização objetivadas pelo BRICS, bloco econômico formado por países de economias periféricas que contestam a atual estrutura monetária dominante do dólar.

No livro I do Capital (Marx, 1867), Marx desenvolve a teoria do valor aplicado à concepção do dinheiro em sua ontologia. Por conseguinte, o valor de uma mercadoria é dado, teoricamente, pela quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-lo, e o dinheiro nessa relação representa a forma concreta da materialização deste trabalho, ou seja, um equivalente comum universal que expressa este valor das mercadorias.

Assim, na teoria do valor de Marx, o dinheiro deve ser compreendido a partir de uma relação dialética entre as suas diferentes funções históricas. Num primeiro momento, o dinheiro surge como equivalente geral, responsável por expressar o valor social das mercadorias no âmbito da circulação. No entanto, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, o dinheiro ultrapassa essa função inicial, passando a integrar o processo de valorização do capital. Nesse sentido, deixa de ser apenas mediador das trocas para assumir novas formas funcionais articuladas à acumulação e expansão do próprio capital (Marx, 1867). Essa transformação, por sua vez, é fundamental para compreender o papel contemporâneo das moedas no sistema internacional, uma vez que o dinheiro, enquanto forma do capital, passa a refletir relações de poder e hierarquias entre Estados e economias.

A teoria marxista demonstra que o dinheiro não necessita ser lastreado em ouro necessariamente. O ponto central da sua concepção está no seu uso socialmente aplicado. É uma vez que o dinheiro surge como um produto direto para expressar o valor das mercadorias, partindo de uma concepção social para uma dimensão econômica e mercantil, a gênese da sua existência é a mercadoria, a qual também é dependente do dinheiro para que haja sua circulação na sociedade (Marx, 1867).

Nesse processo, o dinheiro adquire algumas importantes dimensões econômicas durante a sua aplicação pelo sujeito coletivo. A primeira delas, como já explicado, é a função dinheiro como medida de valor, a tradução das mercadorias em um valor comum que expressa seus respectivos valores sociais por meio da aplicação do trabalho (Marx, 1867).

Em segundo, o dinheiro pode ser representado pela função de padrão de preços de uma economia, representando quantitativamente o valor social da mercadoria alienada ao dinheiro. Materializando, assim, o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma determinada mercadoria.

Posteriormente, é apresentada também a função do dinheiro como um símbolo do valor para que seja aceito socialmente, ou seja, a representação simbólica do dinheiro para sua utilização como meio de troca. Nesse formato representativo, a ideia do dinheiro se materializa fisicamente como moeda metálica ou papel-moeda, no qual estas moedas representam o dinheiro de forma simbólica e com valor social, reconhecidas e legitimadas socialmente, para que as mercadorias sejam negociadas e trocadas.

Outrossim, a função de meio de entesouramento do dinheiro refere-se a sua função no qual o dinheiro deixa de circular para representar a ideia abstrata de riqueza acumulada (Marx, 1867). Dessa forma, é apresentada também uma das funcionalidades ontológicas deste fenômeno econômico e social, a sua utilização como reserva de valor voltada a aplicações futuras. Essa função ratifica a dinâmica contraditória do dinheiro para Marx, que une o movimento, estagnação, circulação e retenção.

Em quinto, de forma complementar, é apresentada a função do dinheiro como meio de pagamento para liquidação de dívidas e contratos mercantis e econômicos estabelecidos entre os sujeitos sociais (Marx, 1867). Nesse processo, há dinâmicas próprias associadas ao capital como crédito que possui implicações teóricas específicas na estrutura capitalista.

Por fim, o dinheiro também pode assumir o formato e a função de um instrumento mundial, ou seja, sua utilização e aplicação nas transações monetárias internacionais (Marx, 1867). Nesse formato, o dinheiro é utilizado para pagamento de dívidas internacionais, equilibrar balanços de pagamento, mediar as relações comerciais entre os Estados e servir como meio de reserva global. Haja vista que o dólar se apresenta nesse cenário como moeda e dinheiro mundial, gerenciado de forma unilateral pelos Estados Unidos, a presente pesquisa considera que esta função está aplicada sob a forma de um imperialismo do dólar que necessita ser analisado criticamente por meio da economia política internacional.

Vistas as funções do dinheiro na circulação simples de mercadorias, vejamos como o dinheiro circula como forma do capital. Nesse sentido, este capital é expresso a partir de importantes formas: o capital monetário (D), o capital mercadoria (M) e o capital produtivo (P) (Marx, 1885). Ambas as formas do capital estão correlacionadas e explicam o *modus operandi* e a gênese do capital em seu processo de reprodução.

Nesse aspecto, o capital monetário expressa o valor a ser investido durante este ciclo para que haja produção de riqueza e acumulação (Marx, 1885). A sua função principal é adquirir meios de produção e força de trabalho para transformar este dinheiro em capital produtivo para acumulação.

Após este processo, o capital se expressa na forma de capital mercadoria, uma vez que a mercadoria produzida contém tanto o valor investido na produção, capital inicial, quanto a mais-valia criada no processo de produção e que assumirá a forma de lucro (Marx, 1885).

Nesse cenário de mutação, a própria mercadoria também adquire uma dupla função, sendo vendida para que haja a substituição da forma enquanto mercadoria em si pela forma dinheiro. Este processo de troca configura a mercadoria produzida em dinheiro não em seu valor social aplicado, mas em sua forma de valor mercantil específica (Max, 1885).

Nesse cenário desenhado, Marx (1885) ratifica que somente a partir deste ciclo de acumulação, mutação e exploração é que o dinheiro e a mercadoria se caracterizam efetivamente como capital.

De forma semelhante, ocorre o processo da transformação do dinheiro em capital, a partir da sua aplicação inicial para se transformar em capital produtivo. Essa transição revela uma distinção importante, enquanto o dinheiro em sua forma simples mediava as trocas comerciais entre os agentes econômicos, como capital assume uma forma distinta. Essa nova configuração representa também o dinheiro como valor em valorização, processo de expansão (Marx, 1885).

Por conseguinte, por meio deste processo de transformação do dinheiro e da mercadoria em capital e seus respectivos ciclos de reinvestimento e mutação contínua, a acumulação simboliza o elemento estruturante do processo de produção capitalista (Max, 2017). O capital, portanto, necessita estar em movimento constante para que seja possível a sua expansão, necessitando a transformação de sua natureza, enquanto dinheiro e mercadoria, com a finalidade de promover o processo cíclico do capital.

Neste aspecto, o capital monetário se expressa como o primeiro motor da economia para tornar possível o processo de conversão e acumulação, evidenciando o dinheiro como um produto destas condições socialmente aplicadas.

Devido a este caráter cíclico do capital, esta pesquisa busca centralizar o debate sobre o processo da dolarização da economia internacional, como expressão última do dinheiro mundial, e sua possível desdolarização como uma contestação dentro do regime de exploração e dominação da classe dominante, a partir dos conceitos de capital monetário e capital mercadoria. Uma vez que a correlação destas duas dimensões do capital corresponde, por meio do ato de transmutação, ao processo de produção capitalista e à aplicação do dinheiro no sujeito coletivo internacional, a natureza desta dinâmica se mostra fundamental para compreender a atual dinâmica do sistema monetário internacional.

3 - HEGEMONIA DO DÓLAR: O IMPERIALISMO MONETÁRIO EM CURSO

A atual configuração de poder na arquitetura do Sistema Financeiro Internacional, fundamentada na hegemonia política e monetária do dólar, respalda a relação assimétrica entre os países das economias centrais e os representantes da periferia mundial. Esta supremacia do dólar, principal moeda para transações internacionais e moeda chave para o capitalismo contemporâneo, há décadas proporciona a subordinação monetária e econômica dos países do eixo sul por meio da dependência, vulnerabilidade e perda de autonomia (Cohen, 2014). Entretanto, é importante salientar que esta relação de poder no sistema monetário representa apenas um pequeno fragmento da estrutura de poder do sistema capitalista conduzido pelos Estados Unidos, que, correlacionado a outros elementos, fortalecem este sistema de dominância. Nesse contexto, o dólar representa também um fragmento dentro do complexo sistema de dominação estadunidense (Voigtel, 2025)

Nessa perspectiva, destaca-se o processo de hierarquização das moedas no sistema monetário, no qual a sua colocação está estritamente ligada com a sua influência geopolítica dos Estados Unidos e seu uso coercitivo do dólar sobre a economia internacional, ou seja, retroalimentando esta relação entre centro e periferia a partir do prisma monetário (Cohen, 2014). Essa relação coercitiva no campo monetário ocorreu a partir da dolarização da economia mundial e seus efeitos sobre a periferia, no qual o dólar estadunidense passou a ser utilizado pelo seu país emissor como uma ferramenta de poder para expandir e manter a sua hegemonia monetária, parte do complexo sistema hegemônico e imperialista do país.

Neste contexto, encontram-se países como El Salvador, Equador e Panamá que dolarizaram suas economias devido à baixa projeção e perda de algumas funções do dinheiro de suas moedas locais, e países como a Argentina e Venezuela que passaram a adotar informalmente o dólar como um mecanismo de estabilidade monetária. Em ambos os casos, há uma redução da autonomia monetária e aumento da dependência destes países periféricos (Madrid, 2014).

Dentre os principais resultados econômicos deste processo destaca-se a dolarização das economias nacionais devido seu papel geopolítico do dólar para o sistema monetário, proporcionando em contrapartida um regime de dependência econômica e monetária nos países periféricos (Laplane, 2016).

Na medida em que o dólar se tornou a moeda padrão para as operações comerciais e turísticas, em função do dinheiro mundial, as moedas nacionais de países periféricos passaram

a ser colocadas em segundo patamar, e em alguns casos substituídas por esta moeda estrangeira conforme anteriormente explicitado (Cohen, 2014).

Esta relação de dominação do dólar tendeu a se manter como padrão aceitável devido ao poder coercitivo e ideológico junto aos países parceiros dos Estados Unidos, abrangendo a estrutura formal de regras e normas, e ao poder deste capital junto ao mercado e demais entidades bancárias e financeiras (Tavares; Fiori, 1998). Em outras palavras, devido à capacidade geopolítica dos Estados Unidos de impor o dólar como ferramenta de poder — por meio de sanções econômicas, influência em organismos internacionais e da construção de um consenso que legitima o dólar como o único ativo capaz de oferecer liquidez, segurança e estabilidade — a moeda estadunidense se mantém como o padrão dominante apesar dos seus efeitos negativos na autonomia e na dependência da periferia mundial.

Durante o processo histórico da formação do sistema monetário guiado no dólar como moeda chave da economia mundial, o dólar se apresentou como a única moeda capaz de garantir a liquidez necessária do mercado durante a crise de 1970 (Tavares; Fiori, 1998). Neste processo de mudança estrutural do capitalismo, desde a década de 1980, o sistema bancário internacional passou a ser administrado a partir das orientações e interesses do *Federal Reserve*, banco central dos Estados Unidos. Uma vez equilibrado o sistema como resposta à crise econômica da década anterior, instalou-se institucionalmente a submissão das políticas monetárias da periferia mundial aos interesses do *Federal Reserve* (Tavares; Fiori, 1998). Adotando, assim, um sistema monetário compensatório no qual a periferia necessita absorver os custos dos déficits no balanço de pagamentos dos Estados Unidos, além de adotar políticas fiscais e monetárias restritivas.

Nessa conjuntura, a política do dólar forte surge como uma ferramenta geopolítica de reafirmação da hegemonia estadunidense (Tavares; Fiori, 1998). Por conseguinte, a hegemonia dos Estados Unidos é introduzida a partir de um projeto político interno com o objetivo de se consagrar como uma potência unipolar, configurando a política do dólar forte como uma pequena representação desta política de expansão de poder geopolítico do país (Tavares; Fiori, 1998). Configurando-se, assim, dentro do sistema imperialista construído pelo país para consagração da sua presença como hegemom do Sistema Internacional, no qual o dólar representa uma fração do complexo imperialista estruturado historicamente. Portanto, devido a esta proposição supracitada a pesquisa utiliza do conceito de imperialismo para compreender a dolarização da economia mundial como parte de um projeto de expansão e manutenção de poder dos Estados Unidos.

Historicamente na dinâmica interestatal capitalista, a convergência entre moeda e poder foi um fenômeno comum entre as potências mundiais como uma estratégia política de consagração de suas hegemônias na economia e no comércio internacional (Gaiotto, 2017). E no contexto histórico da dolarização da economia mundial, o dólar representa um fragmento da ideia liberal capitalista de que este é único projeto de mundo possível e que não pode ser contestado (Tavares; Fiori, 1998).

Dentro desta dinâmica desigual, a soberania monetária da periferia representa um aspecto importante neste debate, uma vez que representa a autonomia econômica e política das instituições nacionais em emitirem, administrarem e regularem suas respectivas políticas monetárias sem interferências externas (Gimene; Modenesi; Conceição, 2022). Dessa forma, a soberania monetária respalda uma parte da soberania nacional de um Estado, uma vez que fortifica a sua autonomia política.

Segundo a pesquisadora Raquel Kritsch (2000), a soberania é um conceito construído historicamente e que sofreu alterações ao longo da história para responder às necessidades políticas e sociais dos sujeitos coletivos (Kritsch, 2000). De forma paralela, o conceito de soberania monetária ressurge com o objetivo de acentuar a sua importância dentro de um sistema monetário que restringe a autonomia política desejada, principalmente da periferia mundial (Gimene; Modenesi; Conceição, 2022).

De modo consequente, a soberania monetária destes países periféricos se encontra como um elemento fulcral para pensar os novos caminhos para o desenvolvimento do sul global, uma vez que busca romper com este paradigma da subalternidade monetária e econômica imposta pelas forças que moldam o atual Sistema Monetário Internacional (Laplane, 2016).

Haja vista que o processo de dolarização reforça a dependência e diminuição da autonomia econômica e institucional dos países da periferia — devido a relação de poder exercida pela coerção e poder ideológico do dólar — o conceito de soberania monetária se torna um elemento importante para pensar o ponto de partida da estruturação de uma política que vise o desenvolvimento autônomo e relações monetárias e econômicas mais equitativas. Nesse sentido, a terminologia do poder ideológico do dólar faz referência a sua capacidade de converter as relações assimétricas de poder e dominação monetária do sistema interestatal capitalista, em imperativos econômicos técnicos e consensos que reforçam a naturalização da dependência monetária, despolitizando, assim, o debate e reflexão sobre a diminuição de soberania para os países periféricos e demais resultados desta relação desigual.

Nessa configuração contestatória a estrutura de poder construída historicamente, o processo de integração econômica promovido por um grupo de países representantes desta periferia mundial, o BRICS, tem representado uma nova perspectiva econômica que contrasta com a visão verticalizada e de concentração de poder da economia internacional nos países centro do capitalismo mundial (Oppermann, 2015).

Haja vista que defendem enfaticamente a democratização no Sistema Monetário e Financeiro Internacional a partir de um prisma político cooperativo e horizontal por meio de caminhos e ferramentas alternativas que promovam a desdolarização, o BRICS legitima uma potencial mudança desta concentração de poder da moeda (Acioly, 2019). Ainda assim, é importante mencionar também que a pesquisa considera que a desdolarização do BRICS não se apresenta como uma revolução capaz de alterar a estrutura da dinâmica econômica internacional, pois ainda se enquadra como uma mudança dentro da estrutura de poder do capitalismo contemporâneo.

Ademais, a China representa um importante elemento neste projeto de desdolarização da economia mundial pois até o momento do presente trabalho, segunda década do século XXI, a substituição do dólar como moeda chave da economia internacional tem o potencial de impulsionar o processo de transição hegemônica do eixo de poder dos Estados Unidos para a China (Gurcan, 2023). Conforme apresentado por Migowski (2021), esta transição hegemônica se caracteriza pela alteração na estrutura do poder global, mas não necessariamente pela substituição de uma relação de poder para outra, uma vez que os Estados que coordenam este processo possuem premissas e projetos divergentes que refletem na estrutura de poder que poderão exercer. E apesar desta conjuntura de conflito e transição hegemônica (Costa; Corrêa, 2025), a desdolarização pelo BRICS não representa uma revolução sistêmica da base da economia mundial, mas uma mudança na relação de poder dentro do sistema interestatal capitalista.

Nessa conjuntura, é importante ressaltar que, historicamente, durante a estruturação do sistema interestatal dolarizado, os Estados Unidos definiram e redefiniram as estratégias políticas e econômicas para a manutenção do seu papel hegemônico (Tavares; Fiori, 1998). Correlacionando, durante este processo, moeda e poder como uma ferramenta geopolítica importante que reflete as relações imperialistas e de dependência como um resultado deste projeto (Tavares; Fiori, 1998)

Por conseguinte, o atual sistema interestatal capitalista se caracteriza pelo seu caráter imperialista liderado pelos Estados Unidos na medida em que é marcado pelo uso coercitivo do dólar, domínio do comércio e investimentos, projeção geopolítica de armas e envolvimento

em diversos conflitos internacionais. Além disso, destaca-se a propagação das ideias do liberalismo capitalista como a única visão de mundo possível, consagrando a narrativa do uso e presença incontestável do dólar (Tavares; Fiori, 1998). Nesse sentido, a conceituação teórica do uso coercitivo do dólar se fundamenta na sua aplicação como uma ferramenta de poder exercido pelo seu país emissor, expressando a sua capacidade em impor comportamentos econômicos e limitar o exercício da soberania monetária na periferia. Tornando possível também a utilização da moeda como um mecanismo de poder capaz de bloquear o acesso de demais países ao fluxo do comércio internacional e controlar a dinâmica produtiva mundial.

Seguindo essa linha de raciocínio, o dólar representa uma relação de poder e dominação. Se caracterizando também como um instrumento econômico de poder que não expressa somente a supremacia estadunidense, mas também reveste as relações sociais capitalistas intrínsecas neste processo.

Portanto, este primeiro capítulo tem como objetivo compreender a estrutura do processo de exploração e dominação do imperialismo monetário do dólar e seus efeitos sobre a periferia mundial. Fundamentada na teoria do valor e na ontologia do dinheiro da obra do *Capital* (Marx, 1867), a pesquisa busca compreender a hegemonia do dólar como um fenômeno imperialista e examinar o projeto da desdolarização pretendido pelo BRICS como instrumento de contestação por uma ordem econômica e política mais horizontal e equitativa.

A presente pesquisa pressupõe que a hegemonia do dólar como uma relação imperialista devido ao seu caráter político e econômico que representa para o sistema internacional, embasada numa relação de dominação (Tavares; Fiori, 1998). Outrossim, o uso coercitivo e geopolítico da moeda como uma ferramenta de reafirmação desta macroestrutura de poder político dos Estados Unidos, reforça o complexo projeto imperialista do país.

A hegemonia monetária exercida pelos Estados Unidos é um resultado da sua trajetória histórica de expansão e manutenção da sua projeção de força econômica, consolidada a partir da convergência entre interesse privado e os supostos princípios do Destino Manifesto do país. Nesse processo o sistema de Bretton Woods formalizou institucionalmente a consolidação do dólar como moeda de reserva de valor mundial e padrão para as transações internacionais, realocando o país para o epicentro das decisões econômicas globais (Pereira, 2024). As instituições financeiras internacionais neste contexto, como o FMI, o Banco Mundial e o *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT) — instituição econômica precursora da OMC — possibilitou a institucionalização formal desta hegemonia estadunidense no campo monetário, financeiro e econômico que serviu como internacionalizar os interesses nacionais expansionistas do país (Pereira, 2018).

Nesse processo, a hegemonia estadunidense foi construída historicamente a partir da centralização de dois principais eixos interdependentes, a segurança nacional e o campo econômico, os quais moldaram a política externa do país para exprimir um novo projeto de consolidação e expansão da sua hegemonia (Pereira, 2024). Durante a quebra do acordo de Bretton Woods realizado de forma unilateral pelos Estados Unidos — a representação do fim do sistema de lastreamento da moeda em ouro — inaugurou um novo período de poder global estadunidense fundamentado na transnacionalização do capital e na dinâmica de dominação das demais economias e mercados ao controle dos Estados Unidos. Consolidando, assim, uma hegemonia marcada pelo forte controle no sistema monetário internacional com a presença do dólar como principal mecanismo de força desta estrutura.

Assim, a primeira seção deste capítulo busca entender a atual configuração da geografia do dinheiro (Cohen, 2014) e suas implicações para o eixo do Sul Global, apresentando a dinâmica histórica que moldou o atual sistema monetário verticalizado, de forte concentração de poder e com sistema compensatório. A segunda seção busca investigar a hegemonia do dólar estadunidense na perpetuação das dinâmicas de poder e dominação no sistema monetário e financeiro à luz da perspectiva marxista (Marx, 1867), conectando com a figura política do BRICS e o novo projeto para uma integração do eixo sul a partir da desdolarização. E a última seção buscou explorar as possíveis mudanças no sistema monetário e econômico a partir da introdução deste potencial político do bloco.

3.1 As implicações da atual geografia do dinheiro para o Sul Global

O sistema monetário vigente privilegia o crescimento e a preponderância geopolítica dos países vinculados ao centro do capitalismo mundial, absorvendo os benefícios e resultados positivos das dinâmicas desiguais numa relação embasada no sistema coercitivo do dólar estadunidense reforçada pelo privilégio exorbitante da moeda. Permitindo, assim, que os Estados Unidos consiga operar no mercado financeiro e monetário mesmo com déficits crônicos em sua balança de pagamentos sem enfrentar as restrições econômicas como os demais países, como o aumento forçado da taxa de juros e desvalorização cambial. Em outras palavras, o sistema compensatório do privilégio exorbitante do dólar possibilita com que os Estados Unidos sejam, concomitantemente, o maior emissor monetário e devedor deficitário na medida em que os demais Estados aceitam o dólar como moeda de reserva e reinvestem em ativos do tesouro estadunidense (Tavares; Fiori, 1998).

Benjamin Cohen (2014) argumenta que o dinheiro dentro do sistema interestatal capitalista espelha um segundo mapa geopolítico que ultrapassa as fronteiras nacionais, um fragmento de poder que faz parte da complexa relação do sistema capitalista (Cohen, 2014). Nessa estrutura, a moeda representa um instrumento de poder no qual o grau de dominação dentro da hierarquia das moedas diz respeito ao seu uso coercitivo — utilização da moeda como ferramenta de poder com o objetivo de controlar o fluxo da economia internacional a partir dos seus interesses nacionais, no caso do dólar esta estratégia foi implementada a partir da política do dólar forte — e nível de aceitação pelo sujeito coletivo (Cohen, 2014). Assim sendo, a atual geografia do dinheiro representa a dominação do dólar como moeda chave da economia internacional, juntamente com a estrutura financeira e sistema de regras deste poder.

Garantindo, portanto, aos Estados Unidos uma posição privilegiada no espaço geográfico do dinheiro, uma vez que esse espaço corresponde a um campo de poder assimétrico estruturado pela circulação hierárquica das moedas (Cohen, 2014). Ademais, por deter o controle da atual moeda-chave da economia internacional, o país possui a capacidade de influenciar a liquidez internacional e as taxas de câmbio das moedas de menor expressão (Villarreal, 1984).

Segundo a perspectiva de Susan Strange (1988), uma das mais importantes capacidades de poder para um Estado no capitalismo contemporâneo é o campo financeiro e econômico — assim como o próprio Sistema Monetário Internacional — os quais representam os alicerces do poder estrutural de um Estado, uma vez que o permite controlar o fluxo econômico mundial além influenciar a adoção de políticas de desenvolvimento econômico na periferia. Por conseguinte, o poder, nesse contexto, não se refere apenas às capacidades isoladas de um Estado, mas sobretudo à posição que ele ocupa na economia internacional, a qual lhe permite influenciar os padrões e as regras que organizam esse campo, sendo o controle sobre a moeda padrão um dos elementos centrais dessa dinâmica. Assim sendo, um poder hegemônico de um país dentro de uma dinâmica interestatal capitalista necessita ter também o domínio monetário para usufruir da relação de poder enquanto hegemón (Strange, 1988). O dólar, portanto, representa este domínio monetário como parte da hegemonia dos Estados Unidos devido ao imperialismo categórico e ao caráter de expansão e manutenção do próprio capitalismo.

Nesse contexto, a periferia global se encontra dependente desta estrutura econômica que a torna vulnerável às volatilidades cambiais do dólar, ativo monetário controlado pelas

decisões políticas do *Federal Reserve*¹ e que atendem apenas aos seus objetivos nacionais (Cohen, 2014).

Após o fim do sistema de Bretton Woods², houve uma nova construção dessa sistemática internacional a partir de um novo viés, cuja força motriz da sua regulação desconsiderou novamente os objetivos desenvolvimentistas e internos da periferia mundial, projetando, portanto, pacotes macroeconômicos e monetários que estimulam a concentração da riqueza no centro do capitalismo (Villarreal, 1984). Ratificando, assim, a estrutura de dominação e exploração legitimada por regimes e instituições internacionais. Durante este processo, é evidenciado a centralização e forte participação do capital financeiro em detrimento do setor produtivo, realocando a economia de bem-estar e preocupações de desenvolvimento socioeconômico ao segundo plano (Villarreal, 1984).

Diante desse cenário, a aliança política promovida pelo BRICS busca reivindicar os anseios do Sul Global que foram ignorados durante décadas, representando um caminho possível para o desenvolvimento dos seus países membros e associados, fortalecendo o multilateralismo institucional (Stuenkel, 2024). Além disso, busca fortalecer a soberania monetária de seus países na medida em que projetam instaurar um processo de desdolarização do comércio regional e o fortalecimento mútuo de suas economias, rompendo com esta lógica de dependência.

No que se refere à soberania monetária, conceito utilizado por Laplane (2016) para afirmar a legitimidade do Estado no controle de sua moeda e das instituições monetárias e financeiras que regulam esse mercado, o autor sustenta que o atual dimensionamento geográfico do dinheiro debilita o exercício dessa soberania nos países do eixo sul, e, por vezes, de subordinação.

Esta configuração da arquitetura financeira internacional reflete na interferência indireta e limites para a formulação de políticas cambiais, fiscais e monetárias da periferia devido ao caráter compensatório do sistema monetário embasado no dólar, e a centralidade do *Federal Reserve* como a entidade central desta relação (Gimene; Modenesi; Conceição, 2022). Essa intensa interdependência dos mercados monetários dentro da estrutura da globalização não seria um elemento problemático se o país emissor, e responsável pela moeda padrão, não fosse ao mesmo tempo devedor líquido e deficitário em conta corrente (Tavares; Fiori, 1998). Potencializando, portanto, possíveis crises cíclicas devido a este caráter

¹ O *Federal Reserve* é o banco central estadunidense, órgão institucional responsável pela estabilização financeira e econômica do dólar e da economia dos Estados Unidos.

² A Conferência de Bretton Woods ocorreu em 1944 durante o pós Segunda Guerra, e estabeleceu as bases para o atual Sistema Monetário Internacional com um regime cambial fixo e o lastreamento do dólar em ouro.

contraditório, que vale ressaltar permanece inalterado devido ao uso coercitivo e imperialista do dólar.

Haja vista que as políticas macroeconômicas e decisões institucionais de um banco central estrangeiro, como o *Federal Reserve*, são encaradas como políticas de referência para outros países que não possuem uma moeda tão forte quanto o dólar (Cohen, 2014), há uma clara limitação das soberanias monetárias de países com menor projeção econômica. Assim sendo, a hegemonia do dólar no sistema monetário internacional não representa um simples arranjo técnico-econômico, mas sim a materialização concreta das relações desiguais de poder inerentes ao capitalismo global (Fiori, 2007).

De acordo com Amim (2013), a moeda pode se comportar como um instrumento de dominação financeira que ratifica a dinâmica da extração de valor dos países periféricos para os países do centro do sistema. Por conseguinte, a aparente neutralidade das políticas cambiais da moeda âncora do sistema, o dólar estadunidense, oculta um mecanismo estruturante de subordinação e imperialismo, uma vez que os países periféricos são passivamente obrigados a acumular reservas em dólares para garantir a sua liquidez e participação no comércio internacional. Por sua vez, este mecanismo financia indiretamente o déficit estadunidense na medida em que as suas respectivas soberanias monetárias são enfraquecidas devido às restrições impostas sobre a autonomia na gestão de suas políticas monetárias, fiscais e cambiais (Amin, 2013).

Neste processo o *Federal Reserve* atua como a entidade central deste sistema, garantindo a segurança financeira para a liquidez e estipulando o valor base deste ativo (Tavares; Fiori, 1998). Se tornando, assim, uma referência básica para os demais bancos e instituições financeiras internacionais dentro de um sistema sem padrão monetário rígido. Esta relação promoveu o desenvolvimento dos Estados Unidos de forma rápida devido à posição ocupada pelo dólar na arquitetura financeira internacional, enquanto alocou as economias periféricas em um padrão de endividamento externo, inflação, desenvolvimento dependente e sem constância (Tavares; Fiori, 1998).

Esta dinâmica monetária apresenta consequências adversas nas economias do Sul Global, visto que a constante necessidade do uso do dólar para participação do comércio e das transações internacionais os tornam dependentes do ciclo de liquidez internacional e das decisões monetárias unilaterais dos Estados Unidos, instrumentalizado pelo *Federal Reserve* (Chenais, 1996).

A formação deste sistema hierárquico e vertical cristaliza, indiretamente, uma divisão internacional do trabalho com a participação das economias centrais, com especial destaque

aos Estados Unidos, no monopólio da emissão e controle econômico da moeda, enquanto as economias periféricas são constrangidas ao papel de exportadoras de *commodities* e importadoras líquidas de capital (Amin, 2013). Destarte, é possível afirmar que dentro desta relação de poder, a entidade que possui o monopólio do controle da moeda chave da economia internacional tem a capacidade, por meio de suas ferramentas e capacidades econômicas, de gerir o padrão de troca, formas de financiamento, produção e acumulação do capital.

Haja visto que, dentro deste debate sobre desdolarização, a China possui um papel e interesse importantes a serem considerados, a pesquisa pondera que o apoio chinês às políticas e projetos de desdolarização por meio do BRICS representa o interesse do país neste processo de transição hegemônica. Uma vez que o controle sobre a moeda padrão da economia internacional potencializa e reforça a figura de um Estado hegemônico no Sistema Internacional (Strange, 1988), reduzir a capacidade do dólar de ser utilizado como instrumento de poder estrutural pode se apresentar como um elemento importante para o interesse chinês nesta transição. Entretanto, este tópico será melhor discutido no terceiro capítulo da pesquisa ao analisar a dinâmica interna do bloco em relação ao tema da desdolarização.

Nesse contexto, compreende-se que o processo de transição hegemônica representa uma possível crise no sistema internacional decorrente da oposição de um poder hegemônico já estabelecido, como a hegemonia estadunidense, em detrimento a um pólo de poder em ascendência, a China (Migowski, 2021). Assim, o debate sobre a desdolarização se insere neste campo geopolítico de transição hegemônica devido a tentativa de mudança no polo do poder global. Entretanto, é válido salientar que a pesquisa não considera que a China busca especificamente se tornar um novo hegemon no sistema, mas alterar os arranjos de poder presentes na ordem internacional vigente para assumir uma nova posição nesta dinâmica. A pesquisa também não busca se aprofundar neste debate, apenas inseri-lo como um cenário de análise importante para o contexto da desdolarização do BRICS.

O caso da União Europeia e a instauração da Zona do Euro oferecem, neste sentido, um paradoxo histórico importante. De um lado, a criação de uma moeda única representou, dentre outros fatores, uma tentativa de ação coletiva para promover um processo de desdolarização na Europa e, de outro, revelou como os mecanismos de governança supranacional podem reproduzir, de certa forma, novos mecanismos de assimetria como

explicitado no caso da crise do euro³ de 2010 (Lapavitsas, 2012). Contudo, é pertinente ressaltar que o projeto de desdolarização apresentado pelas lideranças políticas do BRICS não representa uma integração monetária conforme presente no caso da União Europeia, haja vista que o objetivo é substituir o dólar nas transações intrabloco e fortalecer as respectivas soberanias monetárias dos seus países membros.

Dessa forma, um projeto de integração monetária que não questiona as bases e a estrutura do capitalismo financeirizado, poderá reproduzir novas relações de dependência e assimetrias de poder que fundamentam o atual sistema monetário internacional (Chenais, 2016). Embora a desdolarização pretendida pelo BRICS não represente uma alteração estrutural na dinâmica do capitalismo contemporâneo, ainda representa um questionamento e projeto de mudança nas relações de poder no campo monetário.

Ademais, na medida em que as decisões monetárias da periferia são guiadas por uma política liberalizante dos Estados Unidos e que não atendem aos seus objetivos internos, além de interferir em suas decisões políticas macroeconômicas, esta relação expressa uma vez mais os efeitos do centro dominante sobre a periferia (Laplane, 2016).

Por conseguinte, a análise da atual geografia do dinheiro apresentada por Cohen (Cohen, 2014) expressa a centralização do poder monetário nas mãos dos países do centro do capitalismo global, especialmente os Estados Unidos que administram a dinâmica da atual moeda dominante, o dólar. A geografia do dinheiro expressa, assim, a organização espacial e política do sistema monetário internacional, que não corresponde a sua localização física, mas essencialmente como a construção da ideia de poder e autoridade monetária são territorializadas (Cohen, 2014). O dinheiro, nesse contexto, representa uma relação social de poder entre os Estados, cuja dinâmica produz uma hierarquia entre as moedas que as posicionam em espaços privilegiados, como o dólar, ou na periferia desta estrutura.

Dessa forma, compreender a geografia do dinheiro é necessário para entender a geografia do poder no sistema monetário e os resultados deste processo desigual. Outrossim, compreende-se que a moeda dominante não apenas facilita trocas, mas incorpora também as relações de poder centro-periferia, funcionando como instrumento de perpetuação da dependência e subordinação econômica da periferia mundial.

À medida que o processo de fragmentação da soberania monetária se aprofunda nos países do eixo Sul, impulsionado pela reprodução e amplificação das assimetrias de poder

³ Segundo Lapavitsas (2012), a crise do euro de 2010 representou um momento de instabilidade econômica, monetária e social na Europa, com impactos significativos nos países mais vulneráveis. Durante este período, foi possível identificar as fragilidades econômicas de alguns países dentro da zona euro e as relações de assimetrias.

entre centro e periferia no sistema monetário internacional, consolida-se uma soberania fragmentada e condicional. Nesse contexto, a política monetária nacional torna-se subordinada às diretrizes do *Federal Reserve*, enquanto a política econômica doméstica passa a responder a objetivos definidos externamente. A dolarização financeira e a dependência em relação ao dólar tornam, assim, os países periféricos mais vulneráveis a crises cambiais e às decisões de política econômica dos Estados Unidos, sobretudo em razão da necessidade de acumular reservas nessa moeda.

De modo consequente, a cooperação multilateral no campo monetário tem o potencial de representar um contrapeso importante para mitigar esta fragmentação pertinente da soberania monetária nos países do eixo Sul, tornando-se um meio possível para pensar a independência destas economias em relação ao dólar e construir uma nova perspectiva sobre a economia internacional (Zein; Clemente; Bordeanu, 2025). Assim sendo, novos arranjos institucionais, como o BRICS, se fazem necessários devido ao seu potencial de atenuar o conflito entre capital e interesse nacional (Pereira, 2018), de forma mais específica a dominação do capital e projeção geoeconômica do dólar estadunidense.

Destarte, a construção política da possível moeda comum dos BRICS para as transações comerciais e financeiras intrabloco, e demais possibilidades da desdolarização do bloco, representa um elemento chave que possui o potencial de legitimar os interesses e os objetivos econômicos do Sul Global (Zein; Clemente; Bordeanu, 2025).

Ademais, compreende-se também que o BRICS, nesse aspecto, representa uma tentativa de reconfiguração da geografia do dinheiro global, haja visto que o compartilhamento desta soberania entre seus países membros e associados melhora os seus respectivos posicionamentos nesse espaço geográfico mundial (Cohen, 2014). Nesse processo, a soberania compartilhada se fundamenta nas políticas institucionais pretendidas pelo BRICS para promover a desdolarização das transações intrabloco — seja pelo estímulo à utilização de moedas locais ou pela institucionalização de uma possível moeda comum intrabloco — com o objetivo de recuperar a autonomia para a política monetária de seus respectivos países membros, e reduzir a necessidade de acumulação de reservas internacionais em dólar e a dependência monetária promovida nesta relação. Deste modo, ao fortalecer a soberania monetária dos Estados representantes do bloco, a desdolarização pretendida pelo BRICS possibilita a reconfiguração da arquitetura financeira e monetária internacional a partir de um novo posicionamento de suas economias na geografia do dinheiro.

Nesse cenário, também é possível mencionar a China e o interesse da modificação deste espaço geográfico devido ao conflito da transição hegemônica em relação aos Estados

Unidos (Gurcan, 2023), que pode fortalecer o potencial do projeto do BRICS. Nesse contexto, a presente pesquisa considera que o processo de transição hegemônica supracitado se refere a uma possível passagem de uma configuração internacional centrada no império dos Estados Unidos, para um sistema interestatal multipolar como novos pólos de poder. Entretanto, a pesquisa utiliza esse conceito de transição hegemônica somente para pensar sobre uma configuração de poder multipolar fortalecida pelo multilateralismo, como o arranjo institucional do BRICS, sem referência para uma simples troca de poder dos Estados Unidos para a China.

Essas coalizões políticas de integração regional emergem como tentativas de superação da ordem monetária dominante, uma expressão das potencialidades e certos limites da ação coletiva dentro da estrutura do capitalismo global contemporâneo (Amin, 2013). No caso da União Europeia, o projeto do euro representou uma ambição cosmopolita de transcendência das soberanias nacionais, com a instauração de uma moeda única que, paradoxalmente, reproduziu em nova escala as mesmas assimetrias centro-periferia, durante a crise do euro supracitada, que caracterizam o sistema monetário padrão dólar (Lapavitsas, 2018).

Considerando o caso do BRICS, a proposta política de uma moeda comum e, paralelamente, estímulo ao uso das moedas locais surge como uma resposta geopolítica à dinâmica desigual e à hegemonia do dólar, como uma tentativa de construir possíveis alternativas para um sistema monetário mais horizontal (Stuenkel, 2024). Entretanto, conforme explicitado por Fiori (2007), esses projetos tendem a enfrentar um dilema importante, o risco de reproduzir internamente a mesma dinâmica assimétrica presente no sistema para dentro dos países vinculados ao bloco.

De modo consequente, a hierarquização monetária é reforçada tanto pela projeção geopolítica das economias centrais do capitalismo global, quanto pelas forças de mercado liberalizantes que estimulam esta exclusão da periferia, evidenciando novamente uma dinâmica estrutural que marginaliza um grupo econômico em detrimento dos ganhos monetários para o centro desse mecanismo (Cohen, 2014). Além disso, pode proporcionar a dependência monetária subjugada, conforme exposto anteriormente.

Assim sendo, compreende-se que as relações e a dinâmica dos fluxos monetários internacionais, relacionadas com o poder de projeção geopolítica das moedas vinculadas aos seus países e seu posicionamento no sistema, configuram o atual sistema monetário e financeiro de forma verticalizada, competitiva e com forte concentração de poder (Cohen, 2014).

Ademais, devido à fragmentação e limitação do exercício da soberania monetária pela periferia mundial, o compartilhamento cooperativo por meio de um bloco econômico que objetive estabelecer uma economia internacional mais justa e equitativa, como a presença política dos BRICS, tem a potencialidade de romper com este ciclo de senhoriagem econômica⁴ (Zein; Clemente; Bordeanu, 2025). Além disso, pode controlar as forças do capitalismo global e sua influência sob o eixo sul.

Durante o processo da globalização financeira, que também carrega suas próprias assimetrias e desigualdades, os países foram inseridos dentro de um sistema no qual os Estados Unidos têm a capacidade geopolítica de impor a sua moeda como uso internacional (Tavares; Fiori, 1998). Uma vez que esta relação ocorre na mesma medida em que possui uma conta deficitária que necessita, de forma coercitiva, ser equilibrada pelos demais países do sistema, perpetua esta conjuntura de senhoriagem (Tavares; Fiori, 1998).

Nesse sentido, a geopolítica se mostra uma lente de análise importante para compreender esta relação, uma vez que o sistema monetário e financeiro internacional, assim como a sua configuração de poder, não foi constituído de forma espontânea e neutra, além da sua presença econômica também representa uma arena de poder, dominação e conflito entre os Estados que o compõe. O elemento geopolítico desta análise permite a compreensão do processo de dolarização como parte de um projeto de manutenção e ampliação de força do poder estrutural dos Estados Unidos, proporcionando uma vulnerabilidade estratégica para os demais países do sistema — como um efeito mais acentuado na periferia. Destarte, o tema sobre desdolarização reflete não somente um caráter econômico para otimização do comércio internacional, mas principalmente uma tentativa de reconfiguração das relações de poder no campo monetário.

Nessa configuração, o projeto dos BRICS surge como tentativa de reconstruir a geografia do dinheiro, disputando o espaço de poder monetário global (Zein; Clemente; Bordeanu, 2025). Portanto, uma moeda que reforce a soberania monetária e afaste a periferia, de forma parcial, desta relação de dependência forçada ao dólar e a sua macro conjuntura de poder dos Estados Unidos. Diante disso, o próximo bloco do capítulo buscará entender como a hegemonia do dólar estadunidense perpetua uma estrutura de poder dominante por meio da abordagem marxista.

⁴ O termo senhoriagem econômica diz respeito à dinâmica da dependência do dólar nos países da periferia do sistema mundial, um mecanismo de poder e de transferência de recursos econômicos para o centro do país emissor desta moeda dominante, os Estados Unidos. Assim, o conceito é utilizado como referência ao poder estrutural exercido pelos Estados Unidos e sua utilização da moeda como ferramenta de poder político sobre os demais países, principalmente em relação aos representantes da periferia.

3.2 Imperialismo monetário e a perpetuação das estruturas de poder no sistema monetário internacional durante a hegemonia do dólar (1944 - 2025)

A hegemonia econômica e política do dólar estadunidense é uma expressão direta das dinâmicas imperialistas do sistema financeiro global presente até a segunda década do século XXI, uma vez que reflete as relações assimétricas de dominação e dependência entre o centro do capitalismo mundial e a periferia do sistema (Arrighi, 1996).

Em outras palavras, as relações econômicas assimétricas próprias do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo constituem a base estrutural das relações de dominação imperialistas e dependentes. Essas relações, por sua vez, ratificam e retroalimentam a assimetria de poder no sistema internacional, cuja expressão central, no plano monetário, é a preponderância do dólar. Nessa perspectiva, o sistema imperialista dá forma ao desenvolvimento econômico dos países de maneira desigual, ao reproduzir relações de dependência e ao mobilizar o poder coercitivo do dólar como instrumento geopolítico que sustenta e reforça essa conjuntura (Tavares; Fiori, 1998).

Desde o fim da Segunda Grande Guerra o dólar se consolidou como o ativo chave para a liquidez da economia internacional, e como fonte de reserva essencial para os países, principalmente os vinculados ao eixo Sul devido a maior fragilidade econômica e desvalorização cambial. Entretanto, a política monetária imposta pelo *Federal Reserve* possui impactos significativos para as economias internacionais (Stiglitz, 2004). Dessa forma, o caráter da liquidez do dólar se refere ao seu uso como função do dinheiro mundial, utilizado como função de meio de reserva internacional para bancos e demais instituições financeiras e econômicas, como função de meio de circulação no comércio internacional entre os países e como função de financiamento global. Isto é, representa o dinheiro capital circulante no mercado mundial.

Haja visto que todo regime hegemônico monetário impõe custos ao sistema como relação de dependência e transferência de riscos para a periferia (Gilpin, 1984 apud Cohen, 2014), a permanência do dólar estadunidense como principal moeda da economia internacional permite que os Estados Unidos financiem os seus déficits econômicos do balanço de pagamentos com outros países que são impactados pelas suas decisões macroeconômicas e monetárias (Pulcherio, 2015).

Destarte, diante da afirmação supracitada, é possível identificar que a atual configuração do sistema monetário e financeiro internacional fortalece as economias e

moedas centrais, com destaque principal os Estados Unidos e sua representação do dólar, em detrimento a subordinação do eixo Sul. Ratificando, portanto, a premissa de um imperialismo monetário que perpetua essa dependência (Villarreal, 1984). Nesse sentido, a competição interestatal capitalista somada à hierarquização de poderes gera a acumulação e exploração capitalista dos Estados (Tavares; Fiori, 1998).

A perspectiva marxista converge neste ponto em que a gestão do poder global é melhor compreendida por meio da análise das transformações da riqueza do dinheiro e os processos de expansão do capital, entendendo como um reflexo das relações sociais e de poder do sujeito coletivo (Tavares; Fiori, 1998). O dólar, nessa conjuntura, expressa um recorte desse sistema de poder capitalista que reforça relações de dominação e exploração e que proporciona um crescimento econômico desigual entre os países.

Outrossim, as atuais instituições financeiras internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, corroboram com esta prerrogativa na medida em que coagem a periferia a adotarem pacotes macroeconômicos liberais e políticas monetárias congruentes com as expectativas das economias centrais. Este processo estimula o acúmulo de reservas em dólares e reproduz a permanência da dolarização econômica mundial e, de modo consequente, a dependência do eixo Sul (Puchero, 2015).

A hegemonia do dólar estadunidense no sistema monetário internacional pode ser compreendida também como uma expressão concreta das relações de dominação imperialista, na qual a estrutura econômica global — sustentada por instituições como FMI e Banco Mundial — legitima e reproduz a assimetria entre economias centrais, lideradas pelos Estados Unidos, e periféricas (Marini, 1973). Nesse entendimento, o desenvolvimento e crescimento dependente da periferia não representa uma etapa transitória, uma vez que faz parte da estrutura interestatal capitalista de acumulação de riqueza.

A hegemonia do dólar estadunidense no sistema monetário internacional é uma expressão concreta das relações de dominação imperialista descritas por Cohen (2015), nas quais a superestrutura econômica global — sustentada por instituições como FMI e Banco Mundial — legitima e reproduz a assimetria entre economias centrais, lideradas pelos Estados Unidos.

Desde o acordo de Bretton Woods, o dólar se consolidou não apenas como meio de troca internacional, mas, sobretudo, como instrumento de acumulação de capital e dominação política. Essa dinâmica impõe custos sistêmicos aos países do eixo sul, que, devido à fragilidade cambial e à dependência estrutural, são obrigados a acumular reservas em dólares, aprofundando sua subordinação ao imperialismo monetário (Cohen, 2014; Villarreal, 1984).

Desde o lastreamento monetário do padrão-ouro, sob hegemonia britânica, até o atual padrão-dólar flexível do século XXI, o sistema monetário internacional tem operado como um mecanismo de dominação econômica e monetária que reproduz e amplifica as assimetrias entre o centro e a periferia (Arrighi, 1996). Essa dinâmica não acidental expressa a lógica da acumulação capitalista, com a presença da moeda não apenas utilizada como meio de troca, mas também como instrumento de extração de valor e exercício de poder (Arrighi, 1996).

O uso coercitivo do dólar utilizado como ferramenta geopolítica dos Estados Unidos para manutenção da sua hegemonia mundial no campo econômico e político, além do aumento da dívida externa do terceiro mundo nos momentos de crise do capitalismo, representa a extração do valor e o exercício de poder da moeda estadunidense (Tavares; Fiori, 1998).

Outrossim, a estrutura das instituições financeiras internacionais, como o FMI, a OMC e o Banco Mundial, representam entidades centrais na manutenção desta estrutura supracitada, uma vez que seus sistemas de governança são baseados em cotas de contribuição que refletem o poder econômico dos Estados (Fiori, 2008). E quando os países em desenvolvimento recorrem a estas instituições para financiamentos, são submetidos a condicionalidades que impõem reformas estruturais neoliberais, fragilizando novamente suas soberanias (Fiori, 2008).

A hegemonia e imperialismo do dólar estadunidense reflete essa dinâmica supracitada, uma vez que enquanto os Estados Unidos financiam os seus déficits no balanço de pagamentos de forma unilateral, os Estados periféricos são coagidos a acumular novas reservas em dólares como proteção a instabilidades financeiras e realização da liquidez de suas economias (Chenais, 1996). Estas tentativas de promover novas possibilidades econômicas alternativas à ordem, como o projeto de uma nova moeda do BRICS, esbarram em alguns limites do próprio sistema mundial (Fiori, 2007).

Assim sendo, a perpetuação dessa hegemonia está assentada na dinâmica econômica e financeira internacional, que atende aos interesses da classe dominante em detrimento da subordinação de outro grupo (Afanassiev, 1961): de um lado, as burguesias financeiras dos países centrais e, de outro, as burguesias das economias periféricas, obrigadas a aderir a políticas macroeconômicas liberais que favorecem a acumulação de capital nas economias centrais. De forma complementar, se faz necessário ponderar como a gestão da moeda dominante é expressa por meio desta relação desigual entre as representações preponderantes do capital e os menos privilegiados, o terceiro mundo (Tavares; Fiori, 1998).

Como destacado por Marx no Livro I d'O Capital (Marx, 1867), o dinheiro, em sua função de dinheiro mundial, atua como um importante ativo para a liquidação das trocas comerciais e as demais funções do dinheiro, concentrando um importante poder econômico amplamente reconhecido e legitimado mundialmente. Embora Marx tenha focado análise no contexto do dinheiro mundial embasado no ouro devido ao tempo histórico de sua escrita, no atual sistema monetário vigente — considerando a segunda década do século XXI — o dólar exerce esse papel de forma fiduciária, sendo gerenciado unilateralmente pelos Estados Unidos, o que lhe confere, por exemplo, financiar seus déficits e exportar crises (Stiglitz, 2004; Pulcherio, 2015).

Após o fim do acordo de Bretton Woods, o dólar deixou de ser oficialmente lastreado no ouro e passou a ser fiduciário, ou seja, sem o lastreamento em metais ou qualquer outra mercadoria real. Nesse sentido, a sua ancoragem monetária se expressa exclusivamente por dois principais fatores: pela estrutura de poder global exercida pelo seu país emissor — Estados Unidos — no qual o poder estrutural exercido na economia internacional o torna capaz de configurar e moldar as estruturas do Sistema Internacional, confirmando o papel que a geopolítica exerce sobre a moeda e sobre o Sistema Monetário Internacional; e a própria credibilidade dos ativos financeiros do país, configurando o dólar também como um ativo financeiro chave da economia internacional (Sequetto, 2018).

Por conseguinte, o dólar não representa apenas uma moeda, mas uma ordem transacional integrada — o resultado histórico da concretização do projeto de projeção de força global pelos Estados Unidos, no qual a estrutura da economia mundial passou a ser organizada e controlada a partir do poder estrutural exercido pelo país e sua moeda oficial — fundamentada no fortalecimento do poder dos Estados Unidos no campo monetário, financeiro e econômico e, como efeito desta relação, redução da autonomia dos demais países do sistema (Pereira, 2024). Uma vez que os Estados Unidos possuem a capacidade para moldar as estruturas do sistema econômico mundial, a sua moeda exerce um importante papel para a manutenção dessa hegemonia, a qual é fundamentada a partir do pilar monetário desta estrutura de poder.

Dessa forma, é evidente como a moeda e o dinheiro representam relações de poder construídas a partir do conflito de interesse e da expressão do capital. De forma paralela, o dólar se consolidou como moeda chave devido a relação de poder intrínseca existente no seu lastreamento, a geopolítica e o poder estrutural exercido pelos Estados Unidos.

Assim, o modelo fiduciário do dólar se sustenta principalmente na capacidade de poder geopolítico e econômico dos Estados Unidos no contexto pós-Guerra Fria (Sequetto,

2018). Configurando, portanto, um novo modelo de lastreamento para as demais economias nacionais que passaram a adotar a forma fiduciária com lastreamento do valor das moedas no principal ativo financeiro internacional do final do século XX e presente durante o século XXI, o dólar (Sequetto, 2018). Esse cenário, por sua vez, agrava a vulnerabilidade, dependência e autonomia da periferia mundial.

O processo de dolarização das trocas comerciais e dos fundos de reserva e investimento das economias periféricas exemplifica a exploração capitalista: a fuga de capitais para os Estados Unidos em momentos de alta das taxas de juros do *Federal Reserve* desvaloriza moedas locais, aumenta a inflação e o endividamento externo, drenando valor do Sul Global para o Norte (Rolf, 1975). Essa dinâmica corrói a soberania monetária dos países periféricos, reduzindo sua capacidade de manobra política e reforçando a hierarquia do sistema monetário (Cohen, 2014). Essa relação é contraditória por natureza, pois a hegemonia do dólar depende da manutenção da periferia como zona de extração de valor, garantindo a obtenção do valor em escala global.

Uma vez que a modificação na política macroeconômica do *Federal Reserve* impacta diretamente as condições econômicas dos países periféricos, devido a soberania monetária fragilizada, o aumento da taxa de juros nos Estados Unidos pode ocasionar a fuga de capitais e investimentos do sul para as economias centrais. Produzindo, dessa forma, a desvalorização cambial de suas moedas nacionais, aumento do processo inflacionário e, por vezes, no endividamento externo, ou seja, suas economias são dependentes do dólar e estão vulneráveis às oscilações das políticas adotadas pelo *Federal Reserve* (Puchero, 2015).

A pesquisa considera, portanto, que o desejo do projeto para políticas de desdolarização do BRICS que busca romper com este ciclo imperialista e dominante — devido a nova configuração hierárquica que agrava as relações centro-periferia — representa uma resposta importante do bloco. Tal proposta representa, assim, uma estratégia coletiva dos representantes do Sul Global, como os países membros do BRICS, desafiando a ordem monetária vigente na busca por um sistema mais equânime e multipolar (Bond; Garcia, 2015).

Ademais, a possível inserção de uma moeda comum no comércio intrabloco tem o potencial de reformular as dinâmicas do sistema monetário e financeiro, migrando de uma perspectiva unipolar centrada na hegemonia imperialista do dólar para um cenário multipolar centrado na cooperação, promovendo o desenvolvimento econômico e a integração do eixo sul.

Considerando a atual conjuntura do sistema monetário, a dinâmica do dólar sobre as demais moedas periféricas estabelece um poder de domínio autoritário⁵ (Cohen, 2014), conceito utilizado para medir o grau de influência geopolítica de uma moeda. Nessa perspectiva, a soberania monetária de alguns países é corroída na medida em que ocorre a expansão desta moeda estrangeira sobre suas economias nacionais, ou seja, o processo de dolarização decorrente do acúmulo de dólares como segurança econômica e outras operações monetárias substanciam o enfraquecimento econômico dessas moedas.

Dessa forma, compreende-se que a verticalização do sistema monetário, a hierarquização das moedas e a concentração de poder constituem elementos estruturais do capitalismo desde suas origens, restringindo historicamente a autonomia política e econômica dos países periféricos no sistema internacional. Além disso, a dinâmica de mercado exerce forte influência ao incentivar a adesão a determinadas práticas e normas, na medida em que os países buscam melhorar seu posicionamento geoestratégico por meio de concessões às exigências do próprio mercado internacional (Cohen, 2014).

Nesse contexto, o mercado refere-se ao conjunto de fluxos financeiros e atores que compõem o mercado monetário internacional, cuja organização histórica reforça a hierarquização do sistema monetário. A centralização das principais instituições financeiras globais na cidade de Nova Iorque fez com que os maiores bancos internacionais passassem a operar sob a jurisdição e a regulação do *Federal Reserve*, consolidando a posição dos Estados Unidos como núcleo do sistema financeiro internacional (Tavares; Fiori, 1998). O dólar, por conseguinte, tornou-se um ativo central nas carteiras de investimento de bancos e demais instituições financeiras globais, aprofundando um processo de securitização do mercado denominado em dólar. Esses elementos evidenciam como a atuação do mercado financeiro internacional não apenas participa, mas reforça ativamente a estrutura de poder que sustenta a hegemonia do dólar (Tavares; Fiori, 1998).

A moeda representa um elemento importante para analisar a geopolítica do capitalismo contemporâneo, uma vez que reflete as relações de poder do próprio sistema monetário e financeiro internacional, um instrumento de pagamento lastreado no poder e na credibilidade do seu Estado emissor. Considerando que a moeda não representa apenas um instrumento monetário técnico para intermediação de trocas comerciais e de valor, a sua suposta neutralidade como ativo econômico é desestruturada na medida em que expressa em

⁵ Domínio autoritário se refere a um conceito apresentado por Benjamin Cohen na obra *Geografia do Dinheiro*, que compreende o grau de influência geopolítica de uma moeda dentro do espaço geográfico do dinheiro. O domínio autoritário de uma moeda ocorre por meio da imposição do seu uso, de forma coercitiva, por meio de instituições e uma estrutura dominante neste espaço.

si relações geopolíticas construídas historicamente pelos Estados dominantes para garantir projeção de força e autonomia política. Seguindo esta perspectiva, possuir uma moeda forte representa não somente uma eficiência econômica abstrata, mas principalmente capacidade de poder, autonomia em sua política econômica e influência no sistema monetário internacional.

O sistema monetário internacional gera uma subordinação financeira ao condicionar as políticas econômicas dos países periféricos às exigências do capital internacional, cujo fluxo é coordenado pelo Estado emissor da moeda principal – os Estados Unidos (Zein, Clemente-Almendros, Bordeanu; 2025). Essa dinâmica se consolida por meio de uma disciplina econômica imposta à periferia, que precisa manter taxas de juros elevadas para atrair capital externo e compensar a baixa liquidez de suas moedas, e também pela exportação de crises financeiras do centro para a periferia para proteger o dólar de ataques especulativos.

Como consequência, os países periféricos são coagidos a acumular reservas em dólares como forma de defesa econômica contra a instabilidade do próprio sistema (Zein, Clemente-Almendros, Bordeanu; 2025). Essas reservas, por sua vez, são reinvestidas em títulos da dívida pública estadunidenses, financiando assim os déficits do seu balanço de pagamentos por meio do crescente endividamento externo dessas nações. Essa assimetria estrutural cria um mecanismo de extração de valor que aproveita a dependência financeira e a vulnerabilidade cambial da periferia. Dessa forma, a economia dos Estados Unidos atua como um funil que canaliza riquezas mundiais para seu mercado de capitais, reproduzindo e aprofundando a hierarquia monetária global (Zein, Clemente-Almendros, Bordeanu; 2025).

Assim sendo, evidencia-se a exploração econômica proveniente dessa assimetria de poder internacional, e que ratifica a prerrogativa de uma estrutura monetária de dominação por meio da hegemonia imperialista estadunidense refletida no dólar. Nessa perspectiva, a inserção de uma possível moeda comum vinculada a um bloco econômico do Sul Global, e demais políticas de desdolarização, desafia diretamente esta hegemonia na geografia do dinheiro. Ao mesmo tempo, busca promover uma abordagem econômica capaz de mitigar essa desigualdade e relações assimétricas, na medida em que visa promover a diversificação do sistema e amenizar a dinâmica da lógica competitiva e verticalizada (Zein; Clemente; Bordeanu, 2025).

Nesse contexto, a proposta de uma moeda comum e estímulo às moedas locais nas transações intrabloco do BRICS emerge, portanto, como uma resposta ao imperialismo do dólar. E, ao buscar desafiar a preponderância do dólar como meio de circulação, o bloco econômico composto por economias periféricas busca reconfigurar a geografia do dinheiro,

substituindo a lógica de dominação por uma estrutura multipolar e cooperativa (Bond; Garcia, 2015).

Como Marx (1867) demonstrou, o dinheiro é uma forma social mutável, e sua função mundial não está necessariamente vinculada a um lastro físico, mas a relações econômicas de aceitação do papel que o seu representante exerce nas transações internacionais.

Destarte, o BRICS se legitima como este porta voz do eixo Sul — apesar dos diferentes interesses e fatores mobilizadores da desdolarização para cada país membro — capaz de proporcionar maior autonomia política e econômica, por meio do fortalecimento conjunto da soberania monetária compartilhada de seus países membros, com base no projeto da inserção da nova moeda intrabloco. Além de configurarem como um meio político capaz de reconfigurar a estrutura dominante e hegemônica do dólar através da diversificação das instituições financeiras internacionais que sempre atenderam aos objetivos das economias centrais. Como continuidade, a última seção do capítulo buscou explorar as possíveis dinâmicas no sistema por meio da inserção efetiva desta política da desdolarização representada pelo BRICS.

3.3 Desdolarização dos BRICS: perspectivas de transformação financeira e monetária global a partir do Sul

O processo de desdolarização das economias periféricas pretendido pelo BRICS por meio da substituição do dólar como moeda padrão nas transações comerciais entre seus membros, surge como uma resposta política às desigualdades estruturais decorrentes da hegemonia e imperialismo do dólar estadunidense, apresentando uma nova via alternativa para pensar as relações monetárias globais e suas implicações econômicas (Zein; Clemente; Bordeanu, 2025).

Nessa perspectiva, devido à própria projeção geopolítica dos principais países vinculados ao BRICS — os membros iniciais do bloco —, o projeto futuro da desdolarização por meio de uma nova moeda intrabloco do eixo Sul tem o potencial de se tornar um marco transformador para o sistema financeiro internacional (Zein; Clemente; Bordeanu, 2025).

Diferentemente de outras experiências de projetos monetários do eixo Sul, cujo objetivo também estava centrado na desdolarização por meio da utilização de uma moeda comum compartilhada entre os países membros, o BRICS representa as principais economias emergentes globais, além da forte presença política da China, principal economia mundial desta década (Siddiqui, 2024).

Nesse sentido é possível citar, como exemplo de experiências monetárias da periferia que não alcançou o seu objetivo central, o caso da moeda comum proposta pelo bloco da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) (Melo, 2012). A moeda virtual apresentada pelo bloco em 2009, o Sistema Unitário de Compensação Regional (SUCRE), tinha o objetivo de substituir o dólar nas transações comerciais entre os países membros e promover uma maior integração econômica regional a partir de iniciativas de contestação ao imperialismo estadunidense em suas economias (Melo, 2012). Embora a moeda apresentasse uma estrutura discursiva importante, por ser um ativo monetário do Sul contra a hegemonia do dólar, a moeda não alcançou o seu objetivo de substituição projetada devido a necessidade de maior articulação institucional, crises econômicas, entre outros fatores.

Haja visto que o aspecto da confiabilidade é essencial para o uso, aceitação e valorização da moeda como um ativo forte (Cohen, 2014), uma moeda vinculada ao bloco necessita de arranjo institucional crescente, além de capacidades econômicas que ratifiquem a sua importância no comércio regional e mundial, como a sua representação no Produto Interno Bruto (PIB) mundial e a participação no mercado do petróleo, por exemplo. Nesse aspecto, a dinâmica do arranjo institucional do bloco será aprofundada no terceiro capítulo da pesquisa.

Ademais, diante da dinâmica estrutural limitante e senhorial, conforme a relação apresentada por Tavares e Fiori (1998), do setor monetário global, urge a necessidade por uma contrarreforma monetarista do sistema, inserindo novos regimes monetários e econômicos que promovam uma justiça social e desenvolvimento mútuo, em especial para os países da periferia por meio de projetos e cooperações Sul-Sul (Stiglitz, 2004). Assim sendo, a presente pesquisa considera que a desdolarização, promovida por meio do fortalecimento de moedas locais e criação de uma moeda comum intrabloco para transações comerciais, tem o potencial de estimular uma mudança significativa no sistema monetário devido à sua perspectiva de horizontalidade e reforço no multilateralismo.

Historicamente, na construção política do atual sistema monetário, as ambições e objetivos econômicos do eixo sul estiveram ausentes no debate, e também sufocadas pelos pacotes, premissas e decisões macroeconômicas das principais instituições financeiras formais do sistema (Strange, 1998). Em outras palavras, a estrutura interestatal capitalista é baseada em regras e normas que sustentam as relações de poder de países dominantes e restringe a autonomia da periferia mundial. Ao contestar a estrutura vigente e apresentar ações que mitiguem esta discrepância de poder no recorte do sistema monetário, o BRICS representa um importante dinamizador institucional para esta mudança.

Nesse sentido, a retórica política do Novo Banco do Desenvolvimento estabelece um novo paradigma para a economia monetária, na medida em que advoga uma série de políticas monetárias integradas ao desenvolvimento econômico, cooperação e sustentabilidade, rompendo, de forma parcial, com algumas premissas institucionais unipolar da supremacia do dólar e suas representações institucionais congruentes (Pennaforte, 2022). Nesse sentido, o NBD surge com o papel de suprir as necessidades dos países membros com uma representação institucional que busque a autonomia e soberania de seus signatários, igualdade institucional interna, desenvolvimento e estímulo ao crescimento do eixo sul a partir de financiamento em moedas locais sem impor condicionalidades.

Outrossim, diferentemente da configuração política sistemática atual, o BRICS, nesse processo de desdolarização do comércio regional e demais transações financeiras, advoga não somente pelo fortalecimento da soberania monetária de seus países membros, mas também pela soberania econômica. Tal reforço ocorre na medida em que o bloco estipula diretrizes e políticas que garantam maior autonomia para os países emergentes e em desenvolvimento a escolherem suas estratégias monetárias e fiscais (Acioly, 2019). De outro modo, a diminuição da dependência em relação ao dólar e demais relações de poder com os Estados Unidos anteriormente discutidas, têm o potencial de fortalecer a soberania monetária de seus países membros na medida em que poderia reduzir as vulnerabilidades monetárias do Sul na dependência ao dólar e aumentar a autonomia de suas políticas reguladoras deste mercado.

A capacidade de exercício da soberania monetária pelos Estados, em especial os da periferia, se encontra duplamente constrangida por determinações estruturais que transcendem sua esfera de ação imediata. Domesticamente, as classes dominantes locais influenciam a política monetária nacional aos imperativos da acumulação privada, subordinando aos interesses do grande capital (Amin, 2013). Enquanto, externamente a hegemonia dos mercados financeiros globais e a hierarquia monetária outorgam disciplinas neoliberais e assimétricas que enfraquecem a autonomia nacional destes Estados (Amin, 2013).

A percepção ilusória de que arranjos institucionais cosmopolitas poderiam por si só mitigar a vulnerabilidade cambial e econômica das periferias ignora a natureza essencialmente desigual do desenvolvimento capitalista (Fiori, 2008). A subordinação monetária não é um resultado direto de falhas de desenho institucional, mas da posição que essas economias ocupam no Sistema Internacional (Marini, 2000).

Assim sendo, conforme explicitado anteriormente, a alternativa à subordinação monetária não reside somente na reorganização técnica dos arranjos cambiais, mas, principalmente, na transformação das forças produtivas que sustentam a dependência

estrutural do capital, visto que a questão monetária é, antes de tudo, também um elemento que reflete a estrutura do poder econômico no sistema internacional (Chesnais, 2016). Entretanto, o questionamento posto pelo BRICS se condensa sobre a estrutura de poder do complexo sistema imperialista estadunidense, não sobre a estrutura capitalista uma vez que esta proposta de desdolarização ainda se insere no debate do sistema interestatal capitalista.

Outrossim, a pesquisa considera que o dinheiro que cumpre a função de dinheiro mundial não é um fenômeno neutro, uma vez que, como forma dinheiro do capital, carrega em si os elementos que fazem funcionar os processos de exploração, acumulação do capital e drenagem de valor, ou seja, uma dinâmica de extração da mais-valia em escala internacional e perpetuação de um sistema de dominação de classe.

Dentre as principais transformações desejadas, o projeto da nova moeda do Sul tem a potencialidade política e econômica para diminuir a dependência monetária ao dólar, objetivo central e elemento apresentado como maior justificativa pelo bloco para consolidação do projeto.

A partir da instauração de um novo regime monetário na periferia, no qual as principais transações financeiras e comerciais possam ser realizadas por meio de um ativo próprio desvinculado do dólar, tem a capacidade para o desenvolvimento de um sistema comercial regional mais dinâmico e independente, além de proporcionar de forma indireta o fortalecimento da soberania monetária e econômica dos seus países membros. Nesse sentido, um comércio regional independente pode ser estimulado por meio da criação de plataformas e sistemas alternativos ao dólar, como um sistema de pagamentos próprio e estímulo à desdolarização destas transações.

Seguindo este raciocínio, ao promover canais e estímulos ao uso de moedas alternativas ao dólar no comércio intrabloco, cria-se um potencial importante para diminuir a dependência a esta moeda estadunidense e seus mecanismos de poder que impõem condicionalidades, subordinação econômica e monetária e demais projeções de força que expressam a utilização do dólar como instrumento de poder. Nesta possível dinâmica sem a necessidade do dólar como ativo monetário para intermediar o comércio regional, há uma redução de custos transacionais e riscos cambiais, tornando a dinâmica comercial mais dinâmica. De modo consequente, gera a possibilidade da formação de uma dinâmica regional autônoma em seu campo monetário com maior estímulo à produção e fortalecimento da soberania monetária dos respectivos países membros do bloco.

Um objetivo buscado com a desdolarização é a redução de alguns impactos econômicos provenientes das modificações e diretrizes nas variáveis macroeconômicas da

economia estadunidense, em especial os juros, promovendo o fortalecimento de suas economias nacionais (Pulcherio, 2015).

O objetivo de modificação estrutural é o caráter de resistência ao imperialismo capitalista de exploração da periferia, uma vez que a projeção, controle e influência de uma moeda sobre o sistema representa um instrumento de poder geopolítico (Cohen, 2014). Nesse cenário, o BRICS advoga por um novo caminho que contesta diretamente as economias capitalistas centrais, que, historicamente estiveram no controle do sistema monetário e financeiro internacional, possibilitando um regime internacional mais justo (Bond; Garcia, 2015).

Nesse contexto econômico, compreende-se que não há o objetivo da substituição de uma moeda hegemônica e dominante por outra, mas a diversificação de moedas e fortalecimento de ativos monetários do eixo sul (Zein, Clemente-Almendros, Bordeanu; 2025). Nessa medida, os riscos sistêmicos da dependência de apenas uma única moeda hegemônica, consequência econômica nefasta potencializada nos países periféricos (Cohen, 2022), é mitigado por meio do fortalecimento da autonomia do eixo Sul.

Apesar das potencialidades transformadoras na estrutura dominante do sistema interestatal capitalista, há também alguns desafios políticos e diplomáticos a serem contornados pelos países vinculados ao BRICS, uma vez que seus representantes possuem, por vezes, políticas e perspectivas distintas em alguns tópicos. O processo de integração regional formal necessita estabelecer alguns direcionamentos com base em objetivos, valores e perspectivas compartilhadas entre seus membros (Cohen, 2014), contudo, por vezes, esta convergência política se torna multifacetada e de difícil concordância.

Assim sendo, divergências internas em termos políticos e econômicos podem ser elementos que dificultem esta integração monetária entre os países membros, apesar de serem representantes do eixo Sul e compartilharem uma perspectiva epistemológica semelhante devido ao processo de exploração e violência política (Stuenkel, 2024).

Outro objetivo que se caracteriza como um ponto de atenção para otimização do projeto é a criação de uma infraestrutura financeira internacional que facilite o processo de aceitação e utilização da nova moeda, uma vez que o sistema de pagamento e mecanismos bancários necessitam ser considerados para que a moeda tenha uma entrada efetiva e acessível para o seu público (Pinto, 2022).

Haja vista que a infraestrutura financeira atual possui entradas facilitadas para as operações em dólar, a inserção de uma nova moeda ou um forte estímulo ao uso das moedas locais necessita de um arranjo financeiro efetivo para que o fluxo desejado não seja

interrompido devido aos altos custos monetários nestas possíveis transações realizadas. Assim sendo, o Novo Banco do Desenvolvimento necessitará desenvolver um regime monetário e políticas de estabilização e regulação que atenuem possíveis oscilações da moeda (Zein; Clemente; Bordeanu, 2025).

A resistência geopolítica ocidental procedente do centro do capitalismo global, um contraponto político já esperado devido à expectativa da manutenção da estrutura exploratória imperialista, se apresenta como um elemento geoeconômico importante. Nesse aspecto, evidencia-se nos últimos anos o anúncio de novas sanções econômicas, bloqueios e pressões diplomáticas do Norte, em especial a projeção da política externa estadunidense sobre o assunto, uma vez que buscam desestabilizar politicamente o projeto para assegurar a hegemonia histórica do dólar (Farias; Nakamura, 2024).

A partir das prerrogativas apresentadas anteriormente é evidente que o BRICS se consolida no Sistema Monetário Internacional como uma aliança política do eixo Sul que busca contestar a supremacia do dólar e suas instituições congruentes. Entretanto, apesar das fortes potencialidades políticas que corroboram com a perspectiva de confronto com uma estrutura imperialista construída pelos Estados Unidos, há a necessidade de pensar em formas de contornar os impasses técnicos e geopolíticos deste processo.

A partir dos pressupostos supracitados, considera-se que o atual Sistema Monetário Internacional se caracteriza majoritariamente por uma perspectiva competitiva, exploratória e dominante, que verticaliza as moedas nacionais de forma que proporciona uma espécie de subordinação entre as moedas periféricas aos ativos do centro do capitalismo mundial. Esta assimetria de poder econômico e relações desiguais espelha um processo de dolarização das economias, em especial do eixo sul, no qual o BRICS se insere como uma importante integração regional da periferia como um porta voz político que denota as insatisfações deste grupo.

O atual sistema monetário internacional não atua, entretanto, como agente direto de imposição da hierarquização ou subordinação entre as moedas nacionais, mas sim como um reflexo da hierarquia existente entre os países no processo de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Nesse sentido, a predominância de uma dinâmica competitiva, exploratória e dominante no sistema monetário internacional espelha as assimetrias de poder econômico já constituídas, nas quais as moedas das economias periféricas tendem a se subordinar aos ativos emitidos pelo centro do capitalismo mundial. Tal assimetria se manifesta, entre outros aspectos, no processo de dolarização das economias, especialmente no

eixo Sul, contexto no qual o BRICS se insere como uma importante integração regional da periferia que manifesta as insatisfações deste grupo.

A hegemonia do dólar representa a continuidade da exploração imperialista do centro do capitalismo mundial, estruturando os alicerces do controle e sujeição política sobre o Sul Global. Portanto, o projeto de desdolarização do BRICS representa um embate direto contra esta lógica imperialista na medida em que desafia este regime monetário vigente e busca por uma perspectiva mais equânime e multipolar. Assim sendo, a promoção de um sistema monetário mais diverso, por meio da inserção de uma moeda do sul vinculada às principais economias emergentes atuais, incluindo a China, busca romper com a lógica dominante proveniente desta desigualdade latente no Sistema Internacional.

Com base na fundamentação teórica apresentada e nos autores citados ao longo deste capítulo, é possível considerar como conclusão parcial que o atual Sistema Monetário Internacional se caracteriza por uma estrutura assimétrica que reforça a subordinação das moedas periféricas às moedas das economias centrais, sobretudo ao dólar. Essa dinâmica, historicamente construída, reflete os mecanismos de dominação próprios do capitalismo, tal como analisado por Marx, nos quais o dinheiro atua como expressão do capital, e por isso, um dos instrumentos de exploração deste. A hegemonia do dólar, nesse sentido, não é apenas financeira, mas também política, funcionando como um elemento de controle sobre o Sul Global.

Nesse contexto, o BRICS surge como uma articulação relevante entre países periféricos e semiperiféricos⁶ que buscam contestar essa ordem. A proposta de criação de uma moeda comum intrabloco, ou a desdolarização via estímulo ao uso das moedas locais, representa uma tentativa de reformar a lógica vigente da dinâmica monetária e avançar na construção de um sistema monetário mais justo e multipolar. No entanto, apesar do potencial transformador dessa iniciativa, persistem desafios significativos — políticos, econômicos e diplomáticos — que deverão ser enfrentados para que essa alternativa se torne viável e contribua efetivamente para a autonomia monetária e o desenvolvimento dos seus membros.

O próximo capítulo abordará a desdolarização como um possível caminho para um desenvolvimento da periferia mundial, guiada pelo BRICS, compreendendo a geopolítica desta nova possível dinâmica monetária, e o conseqüente reordenamento econômico mundial.

⁶ O termo semiperiféricos ou semiperiferia representa a exemplificação da Teoria do Sistema-Mundo de Immanuel Wallerstein, retratando um conjunto de economias que se encontram em uma etapa intermediária entre as economias centrais (industrializadas) e periféricas (baixa industrialização e dependentes)

4 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO AUTÔNOMO NA PERIFERIA DO SISTEMA INTERNACIONAL

Conforme discutido no capítulo anterior, durante o contexto do pós Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos passaram a se apresentar como o maior agente credor da economia mundial, uma vez que se tornaram o centro financeiro internacional devido a desestruturação econômica, financeira e monetária da Europa como consequência do conflito deflagrado (Gaspar, 2015). Neste cenário, a diplomacia do dólar promoveu, por meio de empréstimos internacionais com condicionalidades, o início da dolarização da economia internacional, haja vista que se apresentava como o ativo financeiro capaz de promover a liquidez necessária das economias nacionais (Gaspar, 2015).

Esta dinâmica da dolarização foi ratificada e fortalecida a partir do pós Segunda Guerra Mundial, no qual os Estados Unidos uma vez mais se consagrou como o banco do mundo, financiando a reconstrução do continente europeu devastado com a guerra e realizando as trocas comerciais em dólar devido a maior capacidade de liquidez que possuía em comparação às moedas dominantes neste contexto (Bandeira, 2017).

Esta relação, por sua vez, promoveu um processo de desvalorização cambial e inflação das demais moedas, em especial as moedas referentes aos países que recebiam estes financiamentos, devido à grande inserção de dólares em suas economias (Vieira, 2016). Proporcionando, portanto, uma problemática para a retomada do desenvolvimento econômico europeu de forma autônoma e sustentável (Vieira, 2016).

Um segundo momento histórico relevante que impulsionou a consagração da dolarização e a confirmação da hegemonia do dólar como moeda padrão da economia mundial foi o Acordo de Bretton Woods, que estabeleceu institucionalmente a dinâmica hegemônica desta moeda, aqui entendida como uma relação imperialista, regulamentada de forma quase exclusiva sob a égide e interesse dos Estados Unidos (Gaspar, 2015).

Outro fator histórico imprescindível que corroborou com a predominância do dólar no Sistema Monetário Internacional, e sua consequente relação imperialista de seu país emissor com os países periféricos, foi a instauração dos petrodólares durante o pós-crise da década de 1970 (Gaspar, 2015). Destarte, a partir de um forte acordo comercial com a Arábia Saudita e demais países exportadores de petróleo, o comércio desta fonte energética passou a ser comercializada de forma quase exclusiva em dólar, consagrando a confiabilidade da nova moeda fiduciária, após a quebra unilateral dos Estados Unidos do acordo de Bretton Woods, no mercado petrolífero (Gaspar, 2015).

Destarte, conforme apresentado anteriormente, é possível destacar que o processo de dolarização da economia mundial historicamente consolidou a hierarquização das moedas internacionais, com a primazia do dólar estadunidense. Esse domínio monetário foi impulsionado pelos Estados Unidos, configurando uma estrutura assimétrica e centralizada — no que diz respeito ao processo de concentração de poder — que reflete as contradições do sistema capitalista global e dificulta políticas de desenvolvimento em países periféricos devido a importância do câmbio neste processo (Nascimento, 2018)

Dando continuidade a esse debate, este capítulo se dedica à análise do fenômeno da desdolarização, com ênfase no caso do bloco econômico do BRICS e no projeto do grupo para a criação de políticas que promovam a desdolarização do seu comércio intrabloco. Este movimento representa, assim, uma tentativa concreta de reconfiguração das relações monetárias internacionais, desafiando a hegemonia do dólar e propondo alternativas para fortalecer a soberania financeira e monetária dos países periféricos (Stuenkel, 2024).

De acordo com a perspectiva marxista, a moeda, no interior da dinâmica capitalista, não é um elemento neutro. Para além de suas funções como meio de troca e unidade de conta, ela constitui um ativo financeiro central no processo de acumulação de riquezas na economia capitalista (Grabois, 2008). Nesse contexto, o controle e a gestão da moeda no âmbito da economia nacional assumem um papel estratégico, uma vez que influenciam as relações econômicas e de poder e condicionam as possibilidades de investimento estatal em políticas públicas e projetos de desenvolvimento nacional (Grabois, 2008). Dessa forma, reforça-se a correlação entre soberania monetária e a abertura de novos caminhos para o desenvolvimento econômico.

Assim sendo, o processo de dolarização da economia internacional não surgiu ao acaso, haja vista que é fruto das correlações de poder, produção e projeto de política externa promovidos pelos Estados Unidos (Bandeira, 2017). E conforme apresentado por Susan Strange (1998), os Estados Unidos exercem um poder estrutural que reflete na relação de dominação do dólar no Sistema Monetário Internacional, que ratifica o poder estrutural financeiro do país e o local privilegiado que exerce nesta geografia do dinheiro. Segundo a autora, a política internacional não pode estar separada da análise da economia internacional, uma vez que há estruturas de poder subjacentes e implícitas que ratificam o complexo controle hegemônico do país (Strange, 1998).

Seguindo esta linha de pensamento, a pesquisa considera que a soberania monetária dos países da periferia se encontra limitada devido a interferência indireta do dólar estadunidense, via decisões unilaterais tomadas pelo Federal Reserve, que interferem nas

demais economias devido a absorção dos custos desta dinâmica desigual pela periferia do mundo (Carneiro; De Conti, 2020).

A pesquisa, portanto, considera que a redução da dependência monetária desses países, por meio de políticas e estratégias que promovam a desdolarização, deve ser compreendida como uma etapa e, simultaneamente, também como um resultado do processo de desenvolvimento econômico. Em outras palavras, o fortalecimento da autonomia monetária representa uma etapa do desenvolvimento econômico na medida em que se faz necessária a diminuição da dependência do dólar para fortalecer a soberania monetária e reduzir a vulnerabilidade às decisões externas dos Estados Unidos. De forma paralela, este fortalecimento monetário também representa um resultado do desenvolvimento econômico visto que a desdolarização não ocorre de forma isolada. Dessa forma, ao passo que inicia um processo de industrialização intensiva, aumento da capacidade produtiva e fortalecimento das instituições internas, torna-se capaz — *Ceteris Paribus*⁷— de defender uma moeda menos dependente ao dólar.

A relação entre o desenvolvimento econômico e o aumento da autonomia monetária — diminuição da dependência ao dólar — não é uma associação puramente técnica e automática, uma vez que demanda reformas estruturais, produtivas e o próprio fortalecimento institucional interno nos países para que as suas respectivas moedas sejam reposicionadas no sistema monetário internacional a partir do fortalecimento de suas soberanias. A experiência histórica em alguns países representantes da periferia mundial, reforça o pressuposto de que o desenvolvimento econômico não se limita ao simples aumento da capacidade produtiva do país, haja visto que demanda uma dinâmica de crescimento endógena que incorpore o progresso técnico (Furtado, 2005). Nesse contexto, apesar do rápido e intensivo processo de industrialização na América Latina e demais países da periferia mundial — como o caso do Brasil entre os anos de 1930 e 1980 — suas moedas não adquiriram uma nova posição mais favorável no sistema monetário internacional visto que a conjuntura econômica permaneceu dependente de divisas estrangeiras e acúmulo de reservas em dólares (Furtado, 2005).

Nesse processo, um aumento na capacidade produtiva sem modificações na estrutura econômica do país, o fortalecimento da moeda nacional é impossibilitado devido a permanência de importações e tecnologia externa (Furtado, 2005). O aumento das exportações, por conta própria, também não representa um elemento de fortalecimento da

⁷ *Ceteris Paribus* representa um conceito das Ciências Econômicas utilizado para se referir a uma situação hipotética sobre o efeito de uma variável econômica sobre outra, mantendo as demais possíveis variáveis da relação constantes.

soberania monetária destes países, uma vez que por possuírem uma pauta econômica baseada majoritariamente em um modelo primário-exportador e de exportação de *commodities*, suas economias permanecem suscetíveis às volatilidades dos preços internacionais em dólar, possuindo uma baixa capacidade de transformação de sua pauta exportadora em poder monetário (Furtado, 2005).

Assim sendo, compreende-se que a projeção de força que uma moeda exerce no sistema monetário internacional depende não somente do aumento da capacidade produtiva e do volume de exportações, mas principalmente pela articulação da densidade tecnológica do país e redução da dependência tecnológica externa, da posição que ocupa na divisão internacional do trabalho e fortalecimento da autonomia macroeconômica e monetária (Furtado, 2005). A desdolarização, portanto, representa uma etapa e ao mesmo tempo um resultado de um projeto de desenvolvimento articulado com os elementos supracitados.

As propostas de desdolarização do BRICS — seja por meio da promoção de moedas locais no comércio intrabloco ou pelo uso de uma possível futura moeda comum — materializa, nesta perspectiva, a busca pela soberania monetária como condição fundamental para um projeto autônomo de desenvolvimento econômico. Como argumenta Fiori (2012), esta soberania exige não apenas a substituição do dólar em transações internacionais, mas, principalmente, a construção de capacidade estatal para exercer controle efetivo sobre os instrumentos monetários e cambiais, elementos cruciais para romper com a dinâmica de subordinação financeira característica das relações centro-periferia (Fiori, 2012).

Entretanto, conforme mencionado anteriormente, a desdolarização pretendida pelo BRICS não representaria uma revolução no Sistema Monetário e Financeiro Internacional ou algo parecido, uma vez que a estrutura e dinâmica das relações interestatais capitalistas ainda estariam presentes. Por conseguinte, esse modelo de desdolarização tem o potencial de representar uma mudança significativa para a economia internacional, mas com baixo potencial de transformação estrutural. Nessa conjuntura, se faz necessário também compreender o interesse da China no processo de internacionalização do Renminbi e os incentivos à desdolarização promovida pelo bloco, para que seja possível analisar um possível cenário da configuração geopolítica a partir desta desdolarização pelo BRICS.

A pesquisa considera que esta iniciativa transcende, portanto, o aspecto técnico-econômico, se configurando como um ato político de contestação à ordem monetária internacional. Contudo, o processo enfrenta dilemas estruturais: por um lado, a necessidade de criar mecanismos institucionais robustos que garantam lastro e confiança na nova moeda, ou nas moedas que serão estimuladas para o comércio intrabloco; por outro, o desafio de evitar a

reprodução interna das mesmas assimetrias de poder que o bloco busca superar no plano global (Silva, 2024). Assim sendo, o próximo capítulo abordará a temática da dinâmica institucional do bloco para compreender este desafio da assimetria interna e a projeção de força de alguns países.

4.1 Autonomia monetária do BRICS como etapa e reflexo do desenvolvimento

Diante das trocas exercidas pelos agentes econômicos de uma sociedade, o dinheiro passa a assumir então, simbolicamente, a forma social do valor das mercadorias. Representando, portanto, um ativo universal capaz de intermediar as demais trocas econômicas e comerciais do sujeito coletivo (Marx, 1867). O dinheiro, dentro da dinâmica do sistema capitalista, expressa a representação social e econômica das relações de poder inerentes ao funcionamento da sociedade (Marx, 1867).

A partir da expansão deste sistema, e o conseqüente aumento da circulação de mercadorias por meio do comércio internacional intensificado pelo fenômeno da globalização, fortalece também a presença da moeda como uma representação de valor da sociedade (Carvalho, 1986). Neste processo, a moeda se torna um símbolo também de riqueza social, um ativo econômico capaz de propiciar as trocas comerciais tradicionais e aplicação deste como capital (Marx, 1867).

Seguindo esta mesma perspectiva teórica sobre as funções do dinheiro, e sua representação simbólica como moeda, o acúmulo desta riqueza perante a burguesia nacional têm o potencial de representar uma variável importante para o processo de desenvolvimento econômico de um país ao fortalecer a sua autonomia política e econômica (Pereira, 2018). Uma vez que o dólar, historicamente, foi utilizado como um instrumento de poder pelo seu país emissor e aprofundou a estrutura desigual do sistema monetário com a periferia dependente e vulnerável, a retomada de políticas que promovam um desenvolvimento econômico autônomo da periferia — fortalecida pela desdolarização — tem o potencial de neutralizar a pressão e o interesse dos Estados Unidos nestes Estados e fortalecer as suas soberanias políticas e econômicas.

Para Marx (1867), a dinâmica do dinheiro no capitalismo resulta da articulação entre os processos de circulação de mercadorias e de valorização do capital. Nesse contexto, o dinheiro não exerce apenas uma função técnica de mediação das trocas, mas integra o próprio movimento de expansão do capital. Assim, ele pode tanto ser temporariamente retirado da circulação — como em sua forma de reserva, por exemplo — quanto ser reinserido no

processo produtivo com o objetivo de gerar mais valor. É justamente dessa contradição que emergem as possibilidades de aplicação do capital no processo de acumulação e de expansão da atividade econômica (Arrighi, 1996).

Considerando esta perspectiva, a presente pesquisa parte do entendimento de que a moeda, ao exercer simultaneamente as funções de meio de circulação, tesouro e reserva de valor, assume um papel estratégico na mediação entre a acumulação de capital e o desenvolvimento econômico. Isso se deve ao fato de que, no capitalismo, o dinheiro não circula apenas como simples intermediário das trocas comerciais, mas principalmente como capital em busca de valorização, o que redefine o alcance e a articulação de suas funções.

Nesse sentido, enquanto meio de circulação, o dinheiro viabiliza a realização das trocas e a continuidade da atividade econômica, como reserva de valor e tesouro, permite a retenção e centralização de riqueza, criando as condições para sua aplicação futura em atividades produtivas. Entretanto, essa dualidade entre circulação e retenção não constitui uma disfunção técnica, mas uma característica inerente ao processo de acumulação, uma vez que possibilita a transformação do dinheiro em capital.

Assim sendo, a forma como o dinheiro é mobilizado e estimulado impacta diretamente no ritmo e na direção da acumulação. Nesse cenário, quando orientada pelo Estado, essa dinâmica monetária pode ampliar a capacidade de coordenação dos investimentos, reduzir incertezas e direcionar recursos para setores estratégicos, estimulando o crescimento econômico e estruturando o processo de desenvolvimento nacional (Ribeiro, 2018).

Considerando que a moeda não é um ativo econômico neutro dentro da lógica capitalista (Grabois, 2008), sua participação como variável importante para o desenvolvimento se faz necessária. Trata-se de uma perspectiva para refletir sobre a importância da soberania monetária e suas políticas de estímulo, especialmente para os países periféricos no processo de superação dos gargalos do desenvolvimento inseridos no Sistema Monetário Internacional, governado pelo dólar e suas instituições representativas, como o Federal Reserve, por exemplo.

A dolarização em curso da economia internacional, presente desde o final da segunda Guerra Mundial e fincado também durante o atual começo do século, representa, em contramão, um empecilho para o fortalecimento da soberania monetária da periferia mundial, devido a relação imperialista imposta pelo seu país emissor, os Estados Unidos (Carneiro; De Conti, 2020).

Nesse contexto, os déficits do balanço de pagamentos dos Estados Unidos passam a ser financiados pelo restante do mundo, em uma relação de caráter quase compulsório, na

qual o dólar é utilizado internacionalmente como ativo de reserva e meio de liquidação. Paralelamente, o Federal Reserve assume a posição de autoridade institucional central na gestão desse ativo de alcance global, exercendo tal função de maneira predominantemente unilateral (Strange, 1998). É a partir dessa relação que se consolida o poder estrutural financeiro dos Estados Unidos. O lastro de sua moeda não se fundamenta em um respaldo material específico, mas na própria hegemonia do Estado emissor, expressa em sua capacidade geopolítica, no alcance de suas articulações econômicas e na influência que exerce sobre as regras e instituições da ordem financeira internacional (Strange, 1998).

Por conseguinte, uma vez que a soberania monetária destes países se encontra limitada dentro desta dinâmica imperialista monetária do dólar, a presente pesquisa considera que o processo de desenvolvimento e estímulo estatal para o crescimento econômico é impactado de forma substancial.

O dólar atua de forma majoritária no comércio internacional e cambial, assumindo a função de dinheiro mundial e dificultando, principalmente, o comércio em moedas locais entre os países periféricos. Ademais, de forma complementar a esta relação dominante imposta, de forma quase exclusiva, às políticas de intervenções monetárias e cambiais são realizadas com base nas oscilações do dólar, refletindo indiretamente nas dificuldades de estabilização econômica nos países exportadores de *commodities* e produtos agrícolas (Voigtel, 2025).

Um elemento estruturante deste cenário, que estimulou o processo de dependência aos Estados Unidos, foi a promoção das políticas neoliberais propagadas a partir da crise de 1970, que consagrou institucionalmente aos demais países reformas e reordenamentos econômicos que correspondiam aos interesses estadunidenses e demais países centrais (Voigtel, 2025). Assim sendo, as políticas de desenvolvimento e estímulo econômico na periferia passaram a ser guiadas pelas orientações neoliberais, que não ajudaram na superação dos gargalos desenvolvimentistas do Sul Global (Voigtel, 2025).

Nessa perspectiva, evidencia-se a necessidade de refletir sobre novos caminhos e possibilidades para um desenvolvimento econômico autônomo guiado pelos interesses e necessidades da periferia, uma vez que estas orientações neoliberais por vezes, além de não responderem da forma esperada, agravaram esta relação desigual de dependência e de exploração.

Os Sistemas Monetário e Financeiro Internacionais representam apenas um fragmento de poder de um sistema maior e mais complexo, o próprio sistema capitalista (Voigtel, 2025). Por conseguinte, as relações de poder inerentes a este sistema refletem o modelo monetário

imperialista vigente no século XXI com a primazia do dólar. O objetivo de desdolarização pelo BRICS e NDB, nesse contexto, representa a intenção de diminuir essa assimetria de poder no polo monetário e fortalecer a soberania monetária dos seus países membros.

Neste contexto, o NDB, um banco multilateral fundado e administrado pelos representantes dos países membros do BRICS, surge com o objetivo de implementar novos formatos de investimento para projetos de desenvolvimento sustentável e estrutural nos países do bloco (Batista Junior, 2024). A instituição se fundamenta com a prerrogativa de possibilitar novos caminhos alternativos para as políticas neoliberais e orientações firmadas no Consenso de Washington, promovendo uma nova perspectiva de desenvolvimento de forma autônoma para os países em desenvolvimento e que fazem parte da periferia (Jacintho, 2024).

Haja visto que instituições financeiras e econômicas internacionais, como FMI, o Banco Mundial e a OMC reforçam uma estrutura guiada pelas economias centrais que não suprem as necessidades dos países mais pobres e em desenvolvimento, o NBD surge com este propósito de suprir esta lacuna (Batista Júnior, 2024). Representando, dessa forma, a institucionalização das insatisfações de políticas e perspectivas de desenvolvimento da periferia mundial, guiada pelo BRICS (Batista Júnior, 2024).

As ações promovidas por este banco têm o objetivo de resgatar o processo de desenvolvimento de forma autônoma para o Sul Global, guiada para os países que desejem promover projetos e políticas econômicas que ratifiquem a soberania e autonomia em relação ao centro da economia mundial, principalmente em relação aos Estados Unidos. E dentre os principais projetos do banco, também se encontram as iniciativas de desdolarização de suas economias nacionais e das trocas comerciais intrabloco como um caminho viável para a promoção deste desenvolvimento esperado (Stuenkel, 2024).

Assim sendo, a perspectiva de apresentar políticas de desdolarização — seja por meio de uma moeda comum ou incentivo às moedas locais — se insere neste debate da correlação entre moeda e desenvolvimento, entendendo-a como uma etapa e processo deste crescimento econômico (Gaiotto, 2017).

De acordo com a perspectiva apresentada por Larissa Naves (2019), a efetivação de um processo de desdolarização das economias dos países membros do BRICS, inicialmente por meio da utilização das moedas nacionais, há efeitos impulsionadores com benefícios que ultrapassam a lógica econômica (Deus; Terra; De Conti, 2019). Nesse processo, a partir da maior liquidez das moedas locais, as taxas de juros destes países tenderiam a baixarem,

melhorando o índice de risco país⁸ devido a menor volatilidade cambial (Deus; Terra; De Conti, 2019).

Nessa conjuntura hipotética de desdolarização por parte do bloco, a redução da dependência em relação ao capital especulativo e a atenuação dos efeitos das oscilações do dólar sobre as economias nacionais tendem a ampliar as possibilidades de desenvolvimento e de estímulo ao crescimento econômico (Gaiotto, 2017). Ademais, considerando a conjuntura econômica vigente, o BRICS dispõe de uma crescente capacidade econômica e política para impulsionar um processo de desdolarização, ainda que tal iniciativa possa acarretar conflitos e tensões geopolíticas decorrentes dessa reconfiguração monetária internacional (Gaiotto, 2017).

Com o intuito de compreender esta dinâmica geopolítica da desdolarização pretendida pelo bloco, a próxima seção do capítulo irá abordar as principais tensões e cenários resultantes deste projeto de contestação da ordem monetária vigente.

4.2 Geopolítica e dinâmica da desdolarização

A estrutura do Sistema Monetário e Financeiro Internacional vigente no século XXI pode ser analisada a partir da perspectiva teórica marxista. Esta abordagem compreende o processo da dolarização da economia internacional como um regime que historicamente refletiu as relações produtivas desiguais e imperialistas promovidas pelo centro da economia mundial, em especial os Estados Unidos no âmbito do sistema monetário internacional por meio do fenômeno da dolarização da economia (Teixeira, 2000). Nesse cenário, mostra-se importante evidenciar que a dolarização representa uma consequência e um mecanismo econômico do fortalecimento do modelo imperialista do país.

Nesse aspecto, Marx apresenta a teoria do valor como uma unidade dialética que discute a natureza do dinheiro e a sua essência monetária e econômica, ou seja, o que faz o dinheiro ser dinheiro. O dinheiro nesse sentido é um meio de valorização do próprio capital, que, devido às suas particularidades centrais, necessita ser expandido e reinvestido no mercado dentro do contexto de uma sociedade capitalista.

É importante destacar também que o dinheiro é uma concepção mais abrangente da moeda, representa a materialização do valor, um equivalente universal para mediar a relação entre os sujeitos econômicos de uma determinada sociedade (Marx, 1867). A moeda, por sua

⁸ O risco país é um índice econômico e financeiro que corresponde às possibilidades de que as mudanças internas de um país impactem negativamente os resultados de um investimento ou aplicação de ativo financeiro.

vez, é uma expressão do dinheiro materializada em um instrumento ou objeto que possa cumprir com as funções esperadas na economia, inicialmente fincada a partir de metais, como ouro, prata e bronze, e, posteriormente, com o papel moeda, criptomoedas e moedas digitais (Gemmer, 2013).

Ao longo dos capítulos 2 e 3 da obra *O Capital* (1867), Karl Marx apresenta a gênese do dinheiro, os elementos que fundamentam as funções e o significado deste ativo em uma sociedade mercantil (Marx, 1867). Neste contexto, Marx discute a formação do valor das mercadorias a partir da teoria do valor trabalho, a formação do valor total destas mercadorias, para, posteriormente, poder descrever a forma dinheiro (Marx, 1867).

Entre as funções do dinheiro identificadas por Marx, a de dinheiro mundial expressa o grau mais elevado de desenvolvimento de uma moeda, na medida em que lhe permite atuar como equivalente universal nas transações internacionais (Marx, 187). Essa condição não se restringe a uma função isolada, mas pressupõe e sintetiza as demais funções do dinheiro — como meio de circulação, meio de pagamento, reserva de valor e tesouro — projetadas para além das fronteiras nacionais. Nesse sentido, o dinheiro mundial representa também, em termos abstratos, a riqueza social global.

No contexto em que *O Capital* foi escrito, em 1867, a função de dinheiro mundial era desempenhada pelo ouro, enquanto ativo monetário que operava como equivalente universal nas relações econômicas internacionais. Com a ruptura unilateral do sistema de Bretton Woods pelos Estados Unidos e o consequente abandono do lastro das moedas nacionais no ouro, essa função passou por uma transformação estrutural. A presente pesquisa considera que, a partir desse momento, a função de dinheiro universal passou a ser exercida de forma quase exclusiva pelo dólar. Tal deslocamento decorre do processo de dolarização da economia internacional — discutido na seção anterior — que consolidou o dólar como equivalente universal e ativo padrão nas transações internacionais.

A consolidação desse arranjo monetário internacional fez com que o processo de dolarização da economia mundial possibilitasse ao dólar — mesmo desprovido de lastro em ouro ou em qualquer outro metal de valor equivalente — exercer a função de equivalente universal. Nesse cenário, a estrutura de controle associada à moeda estadunidense passou a impor limites e condicionantes aos demais agentes econômicos e às moedas nacionais no mercado internacional, subordinando-os à lógica monetária e financeira definida pelo país emissor (Soares, 2024).

Destarte, devido também a este caráter de poder e dominação, a pesquisa avalia o fenômeno da dolarização não somente como a expressão hegemônica do dólar, mas na

categorização de imperialismo. Assim, o poder estrutural dos Estados Unidos e a ancoragem do dólar expressa diariamente pela sua influência e projeção de força sob o sistema interestatal capitalista, além do uso coercitivo da moeda como uma ferramenta de poder, o sistema monetário internacional se caracteriza pelo império dos Estados Unidos.

Dentro da dinâmica deste imperialismo monetário, a dominação e o grau de influência exercido pelo dólar reforça a hegemonia global dos Estados Unidos sobre a periferia mundial, uma vez que sustenta um sistema hierárquico verticalizado de exploração, potencializa crises econômicas e financeiras nacionais na periferia devido às oscilações cambiais de suas moedas fragilizadas, e difunde também a ilusão liberal da dolarização como um processo de estímulo ao crescimento econômico (Metri, 2020). Assim sendo, se considera que as condições econômicas e produtivas, sustentadas pelo interesse da estrutura dominante em manter essa estrutura desigual, proporciona a dependência e os gargalos desenvolvimentistas da periferia mundial.

Por conseguinte, o contexto geopolítico da desdolarização reflete uma tentativa política de contestação à ordem liberal dominante guiada de forma quase exclusiva pelos Estados Unidos (Metri, 2020). O BRICS, nessa conjuntura, representa a centralização das insatisfações do Sul Global — apesar da assimetria de poder dentro do bloco e interesses políticos específicos que serão abordados no próximo capítulo — em relação ao grau de dependência de suas economias em relação ao dólar, a partir da defesa por projetos que promovam a desdolarização e um sistema monetário horizontal que não fragilize as soberanias monetárias da periferia mundial.

O BRICS, nessa conjuntura, posiciona-se como um bloco que — apesar das assimetrias internas de poder e dos interesses políticos específicos de seus membros que serão abordados no próximo capítulo — defende a construção de alternativas ao sistema monetário internacional dominante. Sua agenda inclui o fomento à desdolarização e a busca por um sistema monetário mais horizontal, que preserve e fortaleça a soberania monetária dos países periféricos.

Ha-Joon Chang apresenta como historicamente as economias centrais difundem ideais e políticas mascaradas de cooperação multilateral para o desenvolvimento na periferia, mas que retroalimentam o sistema desigual e hierárquico entre os países (Chang, 2004). Ao chegar no patamar econômico e político pretendido como economias centrais, bloqueiam o acesso e negam a utilização dos meios e canais empregados para alcançar o desenvolvimento econômico obtido, pois esta relação desigual é o elemento que sustenta a expansão e o status de suas economias (Chang, 2004).

De modo paralelo, é possível constatar que, no âmbito monetário, a economia central deste recorte do sistema, em específico a figura dos Estados Unidos, promoveu discursos e instituições, como o Acordo de Bretton Woods e o Fundo Monetário Internacional, com o objetivo de consolidar a dinâmica imperialista da dolarização. E, posteriormente, a partir do uso geopolítico dos seus recursos econômicos e monetários, chutam a escada do desenvolvimento da periferia para que suas moedas permaneçam subjugadas ao dólar e às diretrizes institucionais do seu país emissor.

Dentro deste contexto das iniciativas do BRICS para a promoção de políticas e projetos que promovam a desdolarização das economias dos países membros, há duas principais propostas em discussão: a promoção do uso de moedas nacionais no comércio regional intrabloco e o uso de uma possível futura moeda comum a ser utilizada unicamente para intermediar as trocas comerciais e transações financeiras intrabloco (Zein, Clemente-Almendros, Bordeanu; 2025).

Nesse aspecto, o projeto com maior capacidade geopolítica de concretização é o uso de moedas locais, com maior destaque para a moeda chinesa, renminbi, devido ao potencial econômico e financeiro da economia chinesa em estabelecer os parâmetros monetários necessário para o uso em larga escala por mais países — conjunto de condições econômicas, financeiras e institucionais que possibilitam o uso e confiança de uma moeda para que seja utilizada de forma ampla, como por exemplo capacidade geopolítica, credibilidade internacional da moeda, estabilidade econômica e liquidez dos mercados financeiros internos — (Zein, Clemente-Almendros, Bordeanu; 2025). O renminbi, portanto, dentre as principais moedas das economias vinculadas ao BRICS, representa uma moeda forte capaz de desafiar o imperialismo do dólar nas próximas décadas, constituindo a melhor opção para a política de desdolarização do bloco (Zein, Clemente-Almendros, Bordeanu; 2025). Entretanto, a concretização do renminbi como moeda padrão para as transações intra bloco representa um processo de longo prazo para que a moeda tenha plena aceitação no mercado monetário internacional.

Nesse aspecto, pode-se afirmar que há uma convergência entre o interesse nacional da China em internacionalizar a sua moeda, o renminbi, para promover uma diminuição do dólar na dinâmica econômica internacional como parte do processo de transição hegemônica, junto ao interesse do bloco em promover políticas de desdolarização e fortalecer as suas respectivas soberanias monetárias dos países membros do bloco (Hananto; Astuti, 2025). Um possível problema que pode surgir em um cenário hipotético é a reprodução desta assimetria de poder presente no modelo monetário centralizado no dólar dentro de um novo modelo centralizado

no Renminbi. Entretanto, a pesquisa não objetiva analisar estes possíveis cenários geopolíticos devido ao recorte deste estudo, mas apresentar como o interesse chinês com o Renminbi e a desdolarização do bloco também é uma variável imprescindível nesta análise.

Assim sendo, ao buscar a utilização de moedas locais para o comércio intrabloco do BRICS, como o aumento do uso do renminbi e substituição ao dólar estadunidense, tem o potencial de atenuar a dependência monetária e promover um campo monetário alternativo ao padrão dólar. Entretanto, mostra-se importante salientar a preocupação para que esta substituição não ocorra de forma sistemática e produza uma nova relação de dependência monetária, prezando por um estímulo paralelo ao uso das demais moedas regionais para que o fortalecimento das soberanias dos países membros seja possibilitado.

Na medida em que seja instaurada a formulação de uma nova arquitetura financeira e monetária mundial, a partir de uma moeda comum intrabloco sem a alteração das relações de produção e das forças produtivas, o sistema de exploração e dominação do dólar não seria alterado. Destarte, a partir desta compreensão a China e Rússia, os países com maior capacidade geopolítica do bloco para desafiar a hegemonia liberal do ocidente, passaram a promover um comércio internacional de petróleo em yuan, unidade monetária do renminbi, como uma forma de contornar as sanções e bloqueios econômicos promovidos pelos Estados Unidos no contexto do conflito entre Rússia e Ucrânia.

Os petroyuans⁹, assim, surgem neste contexto como uma alternativa ao uso do dólar, como fortalecimento de uma nova estrutura produtiva, e como um elemento que desafia o imperialismo monetário vigente (Souza, 2024). De forma semelhante utilizada pelos Estados Unidos durante o processo histórico da dolarização por meio dos petrodólares, os petroyauns emergiram como uma tentativa de promover a desdolarização mediante o comércio de uma *commodity* tão importante para a economia mundial.

O processo de ampliação para o BRICS+, expansão do bloco com a entrada de novos membros, corrobora com as intenções de desdolarização econômica na medida em que os novos integrantes também possuem gargalos ao estímulo e desenvolvimento econômico, como a Arabia Saudita e o Irã (Souza, 2024). Possibilitando, assim, a inserção de maiores moedas locais no comércio regional entre as economias do bloco.

Assim sendo, a perspectiva de uma moeda comum se apresenta como uma etapa posterior à esta fase inicial da desdolarização, uma vez que necessita a alteração das relações produtivas para que esta moeda possa exercer as funcionalidades esperadas. Dentre as

⁹ Petroyuans refere-se ao termo academicamente utilizado para designar o novo comércio de petróleo realizado em Yuan como uma alternativa ao uso do dólar no comércio internacional.

modificações necessárias se destacam, a nível de exemplificação, coordenação das políticas macroeconômicas e aprofundamento institucional da integração regional do bloco, arranjos monetários e financeiros próprios para circulação da moeda intrabloco.

Haja visto que os sistemas financeiro e monetário são correlacionados, além do imperialismo do dólar, há o sistema padrão de pagamento *Society for Worldwide Interbank Financial*¹⁰ (SWIFT), que, por vezes, é utilizado também como uma ferramenta geopolítica de controle dos Estados Unidos (Cipriani; Goldberg; La Espada, 2023). Como o dólar é a moeda padrão da economia e do comércio internacional, os Estados Unidos utilizam esta influência como poder de vigilância e sanção sobre o uso deste sistema de pagamento, com o poder de bloquear o uso de alguns países e impossibilitar este acesso para o comércio internacional (Cipriani; Goldberg; La Espada, 2023).

Devido a este poder de interferência no sistema de pagamentos internacionais, o BRICS possui como projetos de alternativa a esta dominação estadunidense, o *BRICS Pay* e *BRICS Bridge* como projetos para desenvolvimento de um sistema de pagamento próprio que seja uma alternativa ao SWIFT (Souza, 2024).

Enquanto estas iniciativas não são postas e efetivadas no sistema financeiro internacional, a Rússia e alguns países do bloco utilizam o *Cross-Border Interbank Payment System* (CIPS), sistema de pagamentos e transferências internacionais chinês, como uma ferramenta alternativa ao sistema do SWIFT (Voigtel, 2025).

O projeto de uma moeda comum, como uma etapa futura da desdolarização pretendida pelo bloco, se caracteriza por ser uma cesta de moedas dos países membros (Souza, 2024). A necessidade do estímulo ao uso das moedas locais como etapa anterior se faz necessária na medida em que pode promover maior liquidez, estabilidade e aceitação destas moedas (Deus; Terra; De Conti, 2019). Facilitando, portanto, a efetivação futura de uma possível moeda comum com base nesta cesta de moedas locais.

A partir destas iniciativas do bloco supracitado, que buscam promover um processo que estimule o desenvolvimento próprio da periferia e que rompa com esta dinâmica imperialista, há tensões geopolíticas contestatórias com o objetivo de interromper a escalada desta mudança sistêmica. Nessa conjuntura, desde o ano de 2024, os Estados Unidos passaram a ameaçar e implementar tarifas alfandegárias a países que promovem projetos e pretensões de desdolarização ou construção de um sistema de pagamento alternativo, como os países membros do BRICS (Souza, 2024).

¹⁰ SWIFT é o sistema padronizado para pagamentos e transferências internacionais.

Essa dinâmica geoeconômica reforça o argumento de um conflito geopolítico de contestação à ordem liberal vigente no século XXI, e a tentativa estadunidense de perpetuar a estrutura imperialista dominante. A próxima seção aborda, portanto, a dinâmica desta relação conflituosa e a possibilidade de um novo reordenamento monetário e econômico a partir da desdolarização promovida e pretendida pelo BRICS.

4.3 A desdolarização como proposta de reordenamento estrutural do sistema econômico-monetário

O sistema interestatal capitalista, segundo a perspectiva de José Fiori, foi historicamente construído a partir da convergência entre poder e capital, com a capacidade de transformar as demais organizações políticas, sociais e econômicas do sujeito coletivo para atender a necessidade de expansão desse capital (Fiori apud Gaiotto, 2017). Dentro deste contexto histórico, a manipulação das moedas e das finanças do capital se mostram como fortes instrumentos de poder que subjagam e dominam as organizações políticas e econômicas da periferia do mundo (Gaiotto, 2017).

O sistema internacional, nesse sentido, se caracteriza por ser uma estrutura social com regras de legitimação institucionalizadas que regularizam a divisão internacional do trabalho e demais relações das cadeias de valores, com a finalidade principal de promover o contínuo acúmulo do capital (Gaiotto, 2017). Esta relação inerente ao capitalismo, por sua vez, tem o potencial de promover conflitos geopolíticos constantes, mas que dificilmente evoluem para mudanças de ruptura no sistema (Gaiotto, 2017).

Dentre estas mudanças nas relações de poder, modificações hierárquicas também são passíveis de suceder e, nesse contexto, a inserção da moeda neste debate de mudanças estruturais se encontra pertinente devido à histórica convergência da associação entre moeda e poder no sistema interestatal (Gaiotto, 2017). Dessa forma, a discussão sobre o projeto de desdolarização da economia internacional, por meio da contestação política promovida pelo BRICS, se mostra relevante dentro desta dinâmica contraditória do capitalismo, que paradoxalmente impulsiona estes conflitos de forma constante.

Apesar do avanço significativo das políticas e orientações liberais guiadas pelas principais instituições financeiras internacionais, como o FMI e a OMC, lideradas pela promoção dos interesses das economias centrais, meios alternativos passaram a se apresentar como uma forma de superar esta barreira política na periferia (Pereira, 2018). Assim sendo, a cooperação internacional para o desenvolvimento com foco e centralidade na presença do

Estado, como entidade indutora do desenvolvimento econômico e social, surge a partir dos anos 2000 na busca necessária de retomar o papel de financiadora deste processo (Pereira, 2018).

Dessa forma, novos arranjos institucionais foram instaurados com o objetivo de superar as barreiras políticas e econômicas impostas pelo Norte Global e suas representações institucionais (Pereira, 2018). Haja visto que a correlação inevitável, considerando o contexto econômico capitalista, entre capital, moeda e interesses nacionais, este rearranjo institucional — como o BRICS e o NDB — se faz necessário como um meio para mediar esta relação e apresentar uma alternativa que fortaleça o processo de desenvolvimento para os países periféricos.

Nesse processo de mudanças e projetos de alteração das relações de poder no sistema interestatal, o BRICS se insere neste debate dentro do recorte conjuntural do sistema monetário. Assim sendo, a presente pesquisa considera que a dinâmica da desdolarização defendida pelo bloco, a partir da instauração de novas plataformas de pagamento e meios alternativos ao uso do dólar como moeda padrão nas transações internacionais, se apresentam como tensão geopolítica do resultado destas relações contraditórias do sistema econômico.

No contexto das transformações em curso e dos projetos de reconfiguração das relações de poder no sistema interestatal, o BRICS se insere de forma central no debate sobre a ordem monetária internacional. Nessa perspectiva, a presente pesquisa considera que a estratégia de desdolarização defendida pelo bloco — materializada na criação de novas plataformas de pagamento e em mecanismos alternativos ao uso do dólar — deve ser compreendida como uma expressão das tensões geopolíticas decorrentes das contradições estruturais do sistema econômico internacional, como o desenvolvimento desigual.

O processo histórico da dolarização, e a conseqüente dependência do dólar na periferia do sistema, potencializou processos inflacionários nestas economias fragilizadas (Vieira, 2012). Dificultando, portanto, a superação das barreiras institucionais e políticas para a promoção do desenvolvimento, visto que nos contextos de instabilidade macroeconômica, crises na balança de pagamentos e choques econômicos globais produzem uma tendência a ampliarem o processo inflacionário nas economias dependentes do Sul Global (Vieira, 2012).

Um caso particular que exemplifica esta relação é o processo de dolarização da economia argentina, que passou a adotar informalmente o dólar entre os agentes econômicos como reserva de valor e meio de troca (Bresser-Pereira; Ferrer, 1991). A dependência do dólar, reforçada pelo seu uso informal como moeda paralela no país, reflete na inflação importada da economia nacional (Bresser-Pereira; Ferrer, 1991). Nesse processo, a

dependência das importações e pauta exportadora baseada no mercado de commodities, somada à instabilidade monetária interna do peso argentino e à vulnerabilidade econômica externa, promovem uma barreira ao estímulo e desenvolvimento econômico do país (Bresser-Pereira; Ferrer, 1991).

Neste sentido, a presente pesquisa considera que a desdolarização da economia mundial tem o potencial de promover uma mudança hierárquica no ordenamento econômico e monetário do sistema, uma vez que esta dependência ao dólar promove na periferia barreiras ao desenvolvimento econômico nacional. Assim sendo, uma vez que seja introduzido políticas e arranjos institucionais do Sul Global que ratifiquem suas respectivas soberanias monetárias e meios alternativos ao sistema padrão do dólar, a horizontalidade destas relações monetárias, possivelmente, seria capaz de promover um desenvolvimento autônomo — com redução das vulnerabilidades monetários em relação ao dólar, redução das vulnerabilidades estruturais do poder estrutural dos Estados Unidos, e fortalecimento da soberania monetária dos países — nestas economias.

Nesse sentido, a desdolarização pretendida pelo bloco representa um potencial importante para a estruturação econômica do BRICS e seus representantes na medida em que visa reduzir a dependência monetária do dólar nestas economias. Considerando que esta dependência estrutural em relação ao dólar delimita restrições para se pensar o desenvolvimento econômico da periferia e semiperiferia mundial — devido a limitação da autonomia política na gestão monetária, fiscal e cambial, somado à sujeição compulsória às flutuações das políticas econômicas dos Estados Unidos e do *Federal Reserve* — a conjuntura econômica nacional permanece fundamentada na instabilidade e restrições ao investimento produtivo. Ao implementarem políticas de desenvolvimento isoladas da perspectiva do fortalecimento de suas moedas, conforme explicitado anteriormente por meio da perspectiva de Furtado, reproduzem um desenvolvimento dependente, que, por sua vez, ratifica a mesma dinâmica estrutural vigente.

Por conseguinte, refletir sobre a possibilidade de políticas econômicas coordenadas por meio do multilateralismo e arranjos institucionais próprios do Sul Global expressa uma importante tentativa para mitigar esta estrutura de dependência, possibilitando aos países diversificarem as alternativas políticas no campo monetário e financeiro. A criação de um sistema de pagamentos alternativa ao modelo SWIFT, a atuação de bancos regionais que busquem a implantação de projetos desenvolvimentistas e acordos de swap cambial, representam caminhos possíveis para pensar um modelo de desenvolvimento alternativo em paralelo ao fortalecimento da autonomia monetária das economias periféricas. Nesse cenário,

a pesquisa considera que a redução desta dependência monetária tem o potencial de proporcionar, simultaneamente, a redução da vulnerabilidade monetária e impulso ao desenvolvimento econômico, assim como na diminuição dos efeitos imperialistas estadunidenses sentidos pela periferia.

A desdolarização promovida pelos BRICS, nesta conjuntura, pode ser compreendida também a partir da perspectiva desenvolvimentista de José Luís Fiori, como um movimento de reconfiguração da ordem monetária internacional que desafia a hierarquia verticalizada do sistema, estrutura fundamental para a manutenção da hegemonia do dólar (Fiori, 2012).

Nesse sentido, Fiori demonstra como o sistema monetário internacional opera como um mecanismo político ativo que reproduz e amplifica as assimetrias entre nações emissoras centrais, particularmente os Estados Unidos, e economias periféricas, condicionando suas políticas econômicas e limitando sua autonomia decisória (Fiori, 2012).

A estrutura financeira e monetária dominante, regulamentada por instituições internacionais como o FMI e o Banco Mundial e guiada também pelos interesses estadunidenses, condicionam arranjos e orientações que unicamente buscam perpetuar a manutenção deste sistema monetário hierarquizado (Giotto, 2017). Por conseguinte, as regras e normas padrões estabelecidas institucionalmente garantem a perpetuação da economia dolarizada, com resultados de dependência e barreiras ao desenvolvimento econômico na periferia mundial.

Nessa perspectiva, o poder coercitivo do dólar se manifesta no plano geopolítico por meio da utilização estratégica de políticas cambiais e monetárias pelos Estados Unidos, com o intuito de influenciar diretamente a cotação de moedas nacionais de países-alvo. Este poder também se expressa no uso assimétrico da dependência global em relação ao dólar e na ameaça de ruptura ou restrição dos arranjos institucionais que sustentam o funcionamento do sistema monetário internacional, ampliando a capacidade de coerção do país emissor sobre os demais Estados (Kirshner, 1995).

Seguindo esta perspectiva, o poder coercitivo do dólar é exercido geopoliticamente a partir da manipulação de políticas cambiais e monetárias com o objetivo de interferir diretamente na cotação de uma moeda nacional alvo, abuso da dependência global do dólar e ameaça ao rompimento dos arranjos institucionais que regulam essa relação (Kirshner, 1995). Nesse caso, é possível destacar os discursos do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, a partir do ano de 2024, como coação de tarifas alfandegárias e bloqueios comerciais a países e grupos, como o BRICS e seus respectivos países membros, que busquem meios de pagamento ou moedas alternativas a estrutura liberal estadunidense (Chia; Jordan, 2025).

O bloco, por sua vez, conta com um arranjo de contingência de reservas no valor equivalente a 100 bilhões de dólares a ser utilizado como um meio de prevenção de curto prazo em caso de pressões externas na balança de pagamento dos países membros (Gaiotto, 2017). Assim sendo, o BRICS dispõe de artifícios econômicos e monetários para enfraquecer efeitos negativos na estrutura econômica dos países afetados pelo uso coercitivo do imperialismo do dólar, uma vez que as tensões e conflitos geopolíticos provenientes dos projetos de desdolarização são esperados.

Nesse contexto, o NBD se apresenta como o novo arranjo institucional da periferia que busca garantir maior autonomia monetária aos países do Sul e impulsionar políticas macroeconômicas de superação das perspectivas liberais dominantes, que apenas atendiam as necessidades e interesses das economias centrais (Gaiotto, 2017). Assim sendo, o bloco objetiva fortalecer, por meio de arranjos institucionais, um novo modelo de desenvolvimento associado a moeda como um objeto importante nesse processo, que desafia o imperialismo do dólar e a hegemonia estadunidense (Gaiotto, 2017).

A Declaração de Líderes do BRICS, Declaração do Rio de Janeiro, proveniente do encontro oficial do BRICS realizado na cidade do Rio de Janeiro no Brasil em julho de 2025, ratifica a posição do bloco na defesa de um desenvolvimento autônomo para a periferia, e a desdolarização das economias dos países membros (BRICS, 2025). Nesse sentido, o item 45 dentro da seção sobre cooperação internacional em economia e finanças, valida o NBD como agente responsável pela promoção do desenvolvimento do Sul Global por meio da integração econômica, financiamento em projetos de impacto e desenvolvimento sustentável, mobilização de recursos para as economias fragilizadas e expansão de financiamentos em moeda local (BRICS, 2025).

O item 49, por sua vez, ratifica o objetivo da promoção de dinâmicas financeiras e modelos de financiamento que superem o uso do dólar, na medida em que confirmam a importância do Mecanismo de Cooperação Interbancária do BRICS¹¹ (BRICS, 2025). Este mecanismo se apresenta como um elo importante que promove a conexão financeira entre os bancos dos países membros e com potencial de fortalecer esta parceria financeira institucional.

Dessa forma, o BRICS representa a retórica de contestação da ordem monetária em curso, caracterizada pela hierarquização das moedas e imperialismo do dólar, na medida em que projeta políticas e ações que viabilizem a desdolarização das suas economias membros e

¹¹ O Mecanismo de Cooperação Interbancária do BRICS é uma estrutura bancária criada pelo NBD com o objetivo de impulsionar o financiamento de projetos em moedas locais e colaborações financeiras.

meios alternativos para superar a dependência ao dólar. Nesse sentido, o arranjo de contingência de reservas do bloco, somado aos mecanismos de financiamento e interconexão bancária do NDB, possui o potencial de promover uma modificação estrutural e hierárquica no Sistema Monetário Internacional. Essa proposta não visa substituir o dólar por outra moeda dominante, mas sim descentralizar o poder monetário. Essa abordagem reforça a possibilidade de um novo cenário econômico, fundamentado nessa reconfiguração estrutural.

Assim sendo, compreende-se que o Sistema Monetário e Financeiro Internacional vigente se caracteriza pelo caráter hierárquico e desigual que afeta significativamente a soberania monetária da periferia mundial e sua autonomia no processo de desenvolvimento. Nesse processo, o imperialismo do dólar em curso atua como uma ferramenta geopolítica de perpetuação das relações de poder presentes no sistema.

A desdolarização da economia mundial se apresenta, portanto, como uma alternativa para uma política de desenvolvimento mais autônoma da periferia, na medida em que descentraliza esta relação de poder imposta historicamente pelas economias centrais, com destaque a figura dos Estados Unidos. Esta dinâmica da desdolarização tem o potencial de promover estímulos ao crescimento e desenvolvimento econômico do Sul Global, uma vez que fomenta maior autonomia política das entidades periféricas e atenua a absorção dos custos econômicos pela periferia dos déficits monetários do dólar na economia estadunidense.

Entretanto, mostra-se importante destacar também que esta possível descentralização do poder monetário do dólar representa apenas um fragmento do modelo estrutural dependente que proporciona o desenvolvimento desigual, a dinâmica dos imperativos do sistema capitalista. Portanto, a desdolarização pretendida pelo bloco expressa um caminho alternativo possível para reformar a estrutura capitalista vigente, contudo a relação de exploração refletida pelo próprio sistema econômico vigente persiste como o elemento fundante da sua gênese.

A moeda não é um elemento neutro nas relações entre os agentes econômicos, e foi utilizada historicamente na construção do sistema interestatal de forma conjugada com a ideia de poder. O domínio do dólar estadunidense, e sua função atual como dinheiro universal, não surgiu ao acaso, é fruto das dinâmicas e promoção dos interesses liberais dos Estados Unidos. Assim sendo, a desdolarização surge como uma tentativa de romper com este ciclo de exploração e subordinação econômica do Sul.

O BRICS representa, portanto, um importante arranjo institucional que busca promover e estimular ações com foco na autonomia e desenvolvimento da periferia por meio da cooperação internacional. O fortalecimento das moedas locais, projetos alternativos de

sistemas de pagamento próprio e uma possível moeda comum intrabloco representam o caráter político contestatório da instituição na busca por esta autonomia.

O NBD surge neste contexto como a ferramenta institucional vinculada ao bloco responsável pelo estímulo aos projetos alternativos ao domínio liberal dos Estados Unidos, com o potencial de promover uma alteração da dinâmica hierárquica do ordenamento econômico e monetário internacional. Possibilitando, portanto, caminhos alternativos para o desenvolvimento da autonomia da periferia mundial.

5 - DINÂMICA INTERNA DO BRICS E OS PROJETOS DE DESDOLARIZAÇÃO

O acrônimo BRICS foi designado inicialmente pelo economista Jim O'Neill, por volta do início do século XXI, para categorizar um grupo de países de economias emergentes com forte potencial de crescimento para as próximas décadas seguintes (Costa; Corrêa, 2025), abrangendo apenas — neste momento — o Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC). Assim sendo, o acréscimo da África do Sul à sigla do BRICS apenas foi firmado em 2011 com a entrada do país dentro deste grupo de economias emergentes agrupadas formalmente em 2009. Nessa conjuntura inicial, a leitura macroeconômica realizada por Jim O'Neill no começo do século centralizava majoritariamente nos aspectos econômicos e no potencial de crescimento, se abstendo do debate político de contestação da estrutura da economia política internacional que o bloco passou a realizar a partir da sua consolidação como uma plataforma de cooperação internacional.

Na medida em que o grupo passou a coordenar esforços multilaterais com o objetivo de potencializar o desenvolvimento de suas respectivas economias, constatou as limitações e barreiras estruturais outorgadas historicamente pelas economias centrais (Ungaretti, 2024), as quais possuem as robustas estruturas econômicas a partir da exploração dos demais países do Sistema Internacional — principalmente no que se refere a periferia mundial formada historicamente desde as empreitadas coloniais europeias e continuadas com a exploração e dominação estadunidense na Idade Contemporânea. Dessa forma, a dinâmica da escada do desenvolvimento — termo apresentado por Ha-Joon Chang (2002) para se referir ao processo histórico do desenvolvimento das economias centrais que utilizaram do esforço, estrutura e recursos da periferia, e durante a tentativa de desenvolvimento deste segundo grupo a escada foi chutada — foi revelada, tornando mais nítida a força política do Sistema Internacional para negar o acesso a ascensão econômica das economias emergentes e periféricas.

Diferentemente do padrão dos processos de integração regional e blocos econômicos, o BRICS representa um conjunto de economias com estruturas políticas e financeiras diferentes que não compartilham o mesmo território ou fronteiras próximas (Losurdo, 2025). Portanto, o objetivo de coordenar esforços multilaterais de contestação a estrutura limitante vigente, e a formulação de caminhos alternativos para alcançar o crescimento e desenvolvimento econômico esperado, representa a força motriz do bloco (Losurdo, 2025). Ademais, o multilateralismo e a cooperação Sul-Sul, tipo de cooperação internacional que não apresenta condicionalidades para a execução destes acordos de crescimento e ajuda mútua, reafirma o caráter político do bloco como contestação ao padrão de desenvolvimento e

arranjos institucionais no Sistema Internacional. E de forma complementar, a heterogeneidade do grupo — com a representação de países de bases econômicas e regiões diferentes — reforça o posicionamento político do BRICS como representação da periferia mundial em busca de novos caminhos que contemplem as reais necessidades do grupo, considerando a estrutura da economia política mundial no qual estão inseridos.

Durante a 15ª Cúpula do bloco realizada na cidade de Joanesburgo no ano de 2023, a intenção de ampliação dos membros do grupo foi concretizada a partir da entrada de seis novos membros oficiais — Árabia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã — e dez países parceiros — Belarus, Bolívia, Cazaquistão, Cuba, Malásia, Nigéria e Tailândia —, representando o processo de expansão da influência e fortalecimento do grupo como representante político do Sul Global com o objetivo de reformar a governança mundial. Nesse contexto, diante das dinâmicas políticas em curso no primeiro quarto do século XXI, como conflitos geopolíticos e restrições econômicas outorgadas pelos Estados Unidos e suas ferramentas de poder, o BRICS Plus¹² surge como uma resposta à conjuntura internacional vigente e à demanda por maior representação dos anseios da periferia (Daldegan; Carvalho, 2024).

Outrossim, é importante destacar que o BRICS representa um arranjo regional cooperativo peculiar na medida em que não há um regramento formal da instituição (Daldegan; Carvalho; 2024). Assim sendo, o bloco não possui um acordo ou tratado formal constitutivo para a sua formação, representando uma dinâmica e arranjo institucional próprio que necessita ser compreendido a partir das suas especificidades e caráter político. Diante deste cenário o presente capítulo, portanto, busca trabalhar o terceiro objetivo específico da pesquisa — analisar a dinâmica interna do bloco e os projetos de desdolarização — compreendendo as peculiaridades organizacionais do BRICS e a sua dinâmica interna que direcionam para a formulação das iniciativas e projetos para a desdolarização das transações econômicas e financeiras intrabloco.

Com este objetivo estipulado foram utilizados documentos oficiais, dados macroeconômicos e uma revisão bibliográfica recente sobre esta temática para uma compreensão mais abrangente sobre a dinâmica interna do bloco e suas iniciativas e projetos para a desdolarização de suas trocas comerciais.

Outrossim, haja vista que o BRICS não apresenta tratados formais constitutivos e documentos burocráticos tradicionais, conforme o padrão seguido por outras organizações

¹² O BRICS Plus é o termo referente ao processo de expansão do BRICS formalizado no ano de 2023 na 15ª Cúpula do bloco em Joanesburgo, considerando a entrada dos novos membros oficiais e países parceiros.

internacionais, não é possível analisar o bloco a partir destes documentos ou dados sobre o seu funcionamento interno (Daldegan; Carvalho, 2024). Guiando esta análise, portanto, a partir das declarações oficiais apresentadas no final das cúpulas realizadas anualmente pelo grupo, análise dos discursos de representantes políticos oficiais dos países membros iniciais — considerando a África do Sul — devido ao maior grau de integração institucional entre estes países dentro do bloco, demais encontros formais do BRICS e do NBD, assim como demais pesquisas já realizadas sobre a temática.

Ademais, diante da conjuntura geopolítica vigente na segunda década do século XXI, marcada pelas tentativas de demonstração de força do imperialismo estadunidense e ações para assegurar o seu status como hegemón do Sistema Internacional, como o uso do dólar como ferramenta de poder e suas consequências para os demais países — como sanções econômicas e bloqueio de reservas russas, venezuelanas e cubanas, por exemplo — o BRICS Plus também representa um instrumento político contra-hegemônico sobre a dominação estadunidense (Sant’Anna, 2025). Objetivando, desse modo, estabelecer uma nova ordem internacional de governança global¹³ a partir da sua posição contra-hegemônica em relação aos Estados Unidos (Sant’Anna, 2025).

Dessa forma, os conflitos geopolíticos reforçados pelos Estados Unidos como forma de evidenciar a sua projeção de força política e econômica dentro no sistema, a partir de congelamentos de reservas em dólares e bloqueios comerciais a economias que desafiam ou contestam o seu caráter imperialista e hegemônico, paradoxalmente estimulam o debate interno no bloco sobre a necessidade de projetos de desdolarização (Sant’Anna, 2025). Nessa conjuntura, há interesses nacionais de alguns representantes que necessitam ser melhor analisados, como o caso da Rússia e da China, para um melhor entendimento da dinâmica deste tópico internamente no grupo.

Nesse sentido, o papel exercido pela China e seu interesse político neste cenário de desdolarização pretendido pelo BRICS tem uma relevância importante neste debate. Haja vista que o BRICS reafirma o caráter anti hegemônico sobre a ordem liberal estadunidense vigente, e a China possui uma projeção política e econômica importante neste processo de transição hegemônica presente no século XXI, a sua articulação dentro do bloco nos projetos de expansão e desdolarização representam importantes elementos para a presente análise. Destarte, o presente capítulo aborda também essa participação da China nos projetos

¹³ Governança Global é um conceito das Relações Internacionais designado para representar o complexo de instituições, regras e procedimentos que guiam a cooperação internacional e o multilateralismo da política internacional.

supracitados como um possível instrumento político impulsionador da transição hegemônica, buscando compreender até que ponto a desdolarização pelo grupo representa um debate próprio interno ou possui forte influência dos interesses nacionais da China e demais economias interessadas neste tópico.

Assim sendo, o presente capítulo encontra-se dividido em três principais seções para apresentar um entendimento sobre este debate da desdolarização objetivado pelo BRICS e a sua articulação interna para a promoção deste objetivo. A primeira parte busca entender a atual fase da integração regional do bloco econômico, considerando o BRICS Plus e o seu papel como uma entidade política anti hegemônica dos Estados Unidos, e a articulação interna entre os países membros. A segunda seção, por sua vez, tem como finalidade investigar o interesse da China neste processo da desdolarização pretendida pelo BRICS, analisando a sua articulação interna no bloco dentro deste debate sobre o mercado monetário e desdolarização como um instrumento impulsionador para o processo de transição hegemônica. Enquanto que a terceira seção do capítulo apresenta os projetos e iniciativas políticas e econômicas para a desdolarização nas transações comerciais intrabloco.

Ao longo desta análise a abordagem marxista também será utilizada, refletindo criticamente o papel da moeda neste processo da desdolarização e o caráter político contestatório deste período de transição hegemônica estadunidense. Uma vez que o BRICS contesta a estrutura da economia política internacional vigente no século XXI, devido ao domínio liberal-estadunidense e suas ferramentas de poder, a leitura marxista se mostra importante como um instrumento analítico para analisar criticamente o processo histórico e as bases de poder nesta disputa.

5.1 Natureza e dinâmica interna do bloco

As teorias clássicas da integração regional, voltadas para compreender os motivos e as dinâmicas da formação de instituições internacionais e blocos econômicos, historicamente utilizam o caso da União Europeia (UE) como modelo ideal de integração regional (Losurdo, 2025). Assim, a partir da experiência europeia, essas teorias definem fases e níveis de integração que passam a ser utilizados como paradigmas analíticos para o estudo de outros agrupamentos regionais no sistema interestatal. Essa abordagem, ao comparar diferentes experiências regionais com o percurso específico da UE, acaba por consolidar uma visão eurocêntrica do fenômeno da integração regional no campo das Relações Internacionais.

Destarte, a doutrina predominante sobre este tópico se fundamenta na ênfase de analogias comparativas ao modelo europeu como o processo paradigmático para as demais experiências de agrupamentos de países (Losurdo, 2025). Entretanto, considerando as abordagens críticas é importante ressaltar que os processos de integração apresentam objetivos, contextos políticos e regionais diferentes que necessitam ser levados em consideração, uma vez que cada integração necessita ser consolidada a partir de moldes institucionais que correspondam com o elemento motivador da sua constituição (Losurdo, 2025).

Historicamente devido ao contexto constante de guerras e conflitos regionais no continente europeu — como as Cruzadas, Guerra dos Trinta Anos, Primeira e Segunda Guerra Mundial e demais conflitos em períodos históricos antecedentes — a soberania se tornou o conceito central para pensar a consolidação de uma união interestatal na região (Losurdo, 2025). Consequentemente, encarou-se que a soberania representava um elemento motivador dos conflitos internos no continente, necessitando, portanto, um modelo institucional no qual a soberania estivesse compartilhada entre os integrantes do grupo como uma forma de evitar novos atritos políticos e compartilhar objetivos e valores comuns. É neste contexto que a UE é formada, se constituindo a partir de fases institucionais que resultaram em um modelo supranacional.

Contudo, nas demais experiências de agrupamentos internacionais na semiperiferia e periferia mundial, a soberania não representa um elemento motivador que necessita ser reestruturada para consolidação de uma instituição de natureza supranacional (Losurdo, 2025). De modo quase contrário à experiência europeia, a soberania nestas regiões do sistema interestatal representa um símbolo de autonomia política e econômica, que necessita ser fortalecida para resistir ao processo histórico de dominação política e exploração econômica das economias centrais. Assim sendo, blocos econômicos e integrações regionais como o BRICS, cuja representação se pauta no fortalecimento do Sul Global, necessitam de leituras profundas de caráter crítico que levem em consideração o seu processo histórico, conjuntura política e econômica das regiões e os elementos motivadores para a sua consolidação enquanto institucional internacional.

Devido ao padrão doutrinário destas teorias dominantes na área, há um subentendimento de que organizações e instituições internacionais, incluindo as formações de blocos econômicos, necessitam compartilhar de valores em comum, considerados quase como universais — como o caso da UE, da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da Organização das Nações Unidas (ONU) (Losurdo, 2025). Ademais, estas organizações

necessitam também apresentar um panorama de similaridade econômica ou política como representação importante para a sua funcionalidade, um elemento estruturante que possibilita a concordância nos debates internos e produção de resultados concretos. Contudo, essa leitura eurocêntrica promove uma barreira analítica para refletir casos como o BRICS, uma vez que um de seus elementos fulcrais para a sua dinamização é a heterogeneidade de seus integrantes, ou seja, a participação de membros com estruturas políticas e econômicas diferentes com valores diversos (Losurdo, 2025).

Assim sendo, a heterogeneidade econômica e política entre os membros do bloco não representa um empecilho para a sua dinâmica interna, uma vez que este é o valor dinamizador para o seu funcionamento (Losurdo, 2025). O BRICS, nesse sentido, representa uma nova leitura da globalização a partir da construção de diálogos respeitando as diferenças sociais e culturais entre seus membros, uma lógica de cooperação multilateral ganha-ganha¹⁴ sem outorgar condicionalidades institucionais para a sua efetivação.

Destarte, o contexto político da institucionalização do BRICS ocorre dentro deste cenário de oposição de forças antagônicas — as economias centrais e sua estrutura dominante dificultando o acesso ao desenvolvimento e autonomia econômica para as regiões da periferia e semiperiferia do sistema — reforçando a necessidade da leitura marxista para uma compreensão crítica sobre o tópico. Nessa conjuntura, a natureza do bloco econômico é constituída a partir do fortalecimento da cooperação Sul-Sul para contrabalancear a força política das potências ocidentais (Costa; Corrêa, 2025).

Neste contexto é importante pontuar que as potências ocidentais são aqui compreendidas como a representação das economias centrais que carregam um posicionamento histórico, econômico e normativo de poder dentro do sistema interestatal capitalista. Em outras palavras, é um conceito representativo para designar os Estados que historicamente estão localizados no centro do poder do capitalismo mundial, lideraram o processo de expansão deste sistema econômico e detêm a sua hegemonia (Wallerstein, 2001). Ademais, ao controlarem a dinâmica do modelo organizacional econômico do capitalismo, possuem ferramentas políticas capazes de exercer pressão e influência para inibir a ascensão econômica dos demais Estados historicamente explorados.

As recentes dinâmicas geopolíticas no primeiro quarto do século XXI, como sanções econômicas à Rússia e guerras tarifárias à China outorgado pelos Estados Unidos e sustentada

¹⁴ Ganha ganha é um termo que se refere à dinâmica institucional da cooperação Sul-Sul, no qual os participantes desta cooperação buscam encontrar uma solução que beneficie mutuamente os países inseridos nesta dinâmica. Representa um contraponto ao modelo tradicional de cooperação Norte-Sul, no qual um dos participantes recebia maiores benefícios a partir desta ação.

pelas economias aliadas, reforçam os objetivos de integração do BRICS na seara econômica e financeira (Costa; Corrêa, 2025). Portanto, o multilateralismo como contrapeso político à dinâmica da economia política internacional, deste momento histórico supracitado, é reforçado na declaração oficial da Cúpula do BRICS realizada no Rio de Janeiro no ano de 2025, reafirmando o posicionamento do bloco diante da mecânica geopolítica presente (Costa; Corrêa, 2025).

Durante os parágrafos 8 e 13 da primeira seção referente ao tópico sobre o fortalecimento do multilateralismo e a necessidade de uma reforma na governança global, os representantes do bloco ratificam a demanda por uma mudança na arquitetura das relações internacionais para que reflita a realidade do atual sistema interestatal (Ministério das Relações Exteriores, 2025). Reforçando, assim, a importância da multipolaridade do sistema e o papel do Sul Global como o motor de mudanças positivas rumo a uma geopolítica mais justa, estável e representativa. Ademais, reafirmam a multipolaridade nesse cenário como o elemento indutor para o crescimento das economias emergentes e em desenvolvimento, ou seja, uma referência implícita para designar os seus representantes internos (Ministério das Relações Exteriores, 2025).

Outrossim, ainda nesta seção do documento apresentado ao final da Cúpula, o bloco expressou o seu posicionamento sobre o sistema multilateral do comércio, considerando o contexto de sanções econômicas e aplicação de tarifas comerciais para os membros da instituição e demais países parceiros (Ministério das Relações Exteriores, 2025). Nessa conjuntura, reforçam o parecer da instituição contra as decisões dos Estados Unidos sobre as políticas econômicas impostas aos representantes do bloco, enfatizando a distorção no comércio internacional e nas cadeias de valor, além de reiterar os votos por reformas na estrutura da OMC para promoção de novos dialógicos e arranjos no regramento interno. Assim sendo, ratificam a prerrogativa da demanda por um novo modelo de governança global, cuja formulação fortaleça o multilateralismo e iniba ações unilaterais impostas por economias dominantes.

Nesse contexto é demonstrado um dos principais objetivos do BRICS, uma reforma na governança mundial com maior representatividade e que reflita também os interesses das demais economias fora do eixo Norte. Entretanto, também é importante destacar que o BRICS representa uma entidade reformista, sem representação de um processo revolucionário no sistema internacional uma vez que o modelo vigente continuará com o molde capitalista-liberal. Dessa forma, o bloco reforça o seu caráter como criador de regras para que ocorra uma mudança interna no processo de formulação da governança mundial, um caráter

reformista (Daldegan; Carvalho, 2024). Em outras palavras, o grupo desde a sua criação buscou superar o local histórico condicionado ao Sul Global como tomador de regras, apenas aceitando e cumprindo as regras deliberadas pelo centro. Contestando, portanto, a ordem internacional vigente a partir de uma visão alternativa para reformar as instituições existentes e promover um novo caminho para a governança global (Daldegan; Carvalho, 2024).

De modo consequente, o bloco em sua natureza contesta a prerrogativa ilusória da apoteose do modelo liberal-estadunidense — sustentada pelas potências ocidentais por meio das ferramentas de poder impostas pelo império estadunidense¹⁵ — como única visão e modelo organizacional possível de orientar a política internacional (Sant’Anna, 2025). Por conseguinte, um dos objetivos iniciais do BRICS durante a sua institucionalização foi o de promover uma reforma de mecanismos no Conselho de Segurança da ONU, assim como a promoção de novas instituições financeiras internacionais que representassem uma alternativa ao padrão de desenvolvimento proposto pelo FMI e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (Sant’Anna, 2025). Reforçando uma vez mais o seu caráter reformista, buscando ampliar o multilateralismo a partir de instituições que representem os interesses e necessidades do Sul Global, sem desconsiderar o papel das demais instituições historicamente atuantes no sistema mundo.

A visto disso o grupo fundamentou a pauta no diálogo para reformas nas instituições de Bretton Woods¹⁶, causa esta que se faz presente nas declarações finais das Cúpulas anuais do bloco. Nesse sentido, esse esforço reformista diz respeito à necessidade da mudança estrutural demandada pela periferia no núcleo institucional da ordem liberal econômica vigente. Entretanto, devido a contraposição das potências ocidentais nestes debates sobre reformas institucionais, o bloco passou a fortalecer a cooperação e integração interna no grupo como uma forma de promover o desenvolvimento demandado historicamente pelo Sul Global (Sant’Anna, 2025). Nesse processo, o NBD surge em 2014 como resultado dos diálogos promovidos pelo bloco na Cúpula ocorrida na cidade de Fortaleza no Brasil, com a prerrogativa de apresentar caminhos alternativos para as economias periféricas e fortalecer a multipolaridade no sistema interestatal capitalista (Daldegan, 2024)

¹⁵ O termo império estadunidense se refere a dinâmica geopolítica da hegemonia dos Estados Unidos a partir de uma leitura crítica sobre o cenário, um império informal baseado no poder estrutural e institucional exercido pelo país.

¹⁶ As instituições de Bretton Woods representam as organizações internacionais criadas no período pós Segunda Guerra Mundial com o objetivo de organizar e governar a política internacional, as quais reforçam as relações assimétricas no sistema e promovem a continuidade da dinâmica geopolítica instituída durante este período pós-guerra. Fazem parte destas instituições entidades como: o FMI, o BID, a OMC e a ONU.

O NBD representa um contraponto importante neste processo de consolidação do BRICS como contrapeso às potências ocidentais na medida em que configura um instrumento financeiro alternativo, refletindo o modelo de cooperação Sul-Sul como instituição sem restrições ou compromissos aos países membros (Daldegan; Carvalho, 2024). Em outras palavras, o banco ratifica a contraposição às instituições de Bretton Woods sem a necessidade de impor condicionalidades econômicas e reformas internas nos países membros, e sem diminuição da soberania das economias integrantes ao banco ao fortalecer a autoridade econômica destes países. Assim sendo, o NBD demonstra ser um instrumento técnico-financeiro voltado para promoção do desenvolvimento econômico do Sul Global, sem representação como mecanismo disciplinador conforme padrão presente nas instituições de Bretton Woods (Daldegan; Carvalho, 2024).

Conforme abordado anteriormente, a perspectiva eurocêntrica das doutrinas clássicas sobre os processos de integração regional proporciona uma leitura restritiva ao buscarem comparar experiências como o BRICS ao processo e fases da consolidação institucional da UE. Uma vez que a soberania é um elemento fortalecido e valorizado no caso do BRICS, e não visto como um componente a ser superado a partir das etapas de amadurecimento institucional do bloco, a concepção clássica se mostra insuficiente. Apesar dos projetos de desdolarização almejados pela entidade — as quais serão abordadas no último tópico do capítulo —, as propostas em debate também centralizam a soberania monetária como o ponto de partida para este cenário, evidenciando o papel da dialética marxista como perspectiva teórica importante para a presente análise. Reforçando, assim, a tentativa de superação das limitações eurocênicas e perspectivas lineares sobre o campo a partir da compreensão da natureza contraditória, histórica e material do bloco econômico analisado.

Outrossim, o recente processo de expansão do bloco reforça a natureza heterogênea da instituição como a gênese estruturante da sua formação, o qual invalida novamente a leitura clássica da integração regional (Losurdo, 2025). Os primeiros debates internos sobre a ampliação do grupo estavam presentes informalmente, por meio de discursos dos chefes de Estado e representantes dos Ministérios das Relações Exteriores e demais reuniões paralelas desde 2014. Entretanto, apenas a partir de 2017 o termo BRICS Plus passou a estar presente no documento final das Cúpulas anuais, sendo introduzido inicialmente na Cúpula de Xiamen na China. Nesse cenário, o termo foi referenciado em dois artigos do documento, 6 e 69, como uma referência à intenção da entidade em ampliar a cooperação multilateral para demais Estados não membros na busca pelo desenvolvimento das economias emergentes e do Sul Global (Ministério das Relações Exteriores, 2017).

Ademais, por meio da análise do interesse da política externa dos membros do bloco e a coordenação deste tópico nas discussões internas, foi possível constatar o interesse majoritário da China em expandir a instituição para demais representantes da periferia mundial como uma forma ampliar a influência do grupo (Taylor, 2025). De modo consequente, a consolidação do BRICS Plus potencializou o posicionamento institucional do bloco como um instrumento de contra-hegemonia à ordem liberal estadunidense, na medida em que essa expansão possibilitou a entrada de países que tradicionalmente são alvo de bloqueios, tarifas comerciais e pressão política dos Estados Unidos — como o caso de Cuba, Irã e Belarus — ou possuem uma relação histórica conturbada — como o caso do Vietnã.

Diante deste cenário de expansão do bloco, novos conflitos geopolíticos passaram a ser evidenciados com novos posicionamentos da política externa estadunidense contra a dinâmica expansiva do BRICS (Daldegan, 2024). Comportamento este que, paradoxalmente, fortalece o processo de integração, ampliação e legitimidade da organização como representante político do Sul Global ao incorporarem economias líderes regionais que buscam maior participação na governança global (Sant’Anna, 2025). Durante este processo a Cúpula realizada na cidade de Kazan, da Federação Russa em 2024, reforçou em sua declaração final a premissa da mudança na arquitetura das relações internacionais por meio do fortalecimento multilateral da instituição, buscando uma visão alternativa à globalização (Ministério das Relações Exteriores, 2024).

Nessa conjuntura de ampliação do bloco econômico supracitado, se faz necessário também uma breve análise dos interesses nacionais dos países representantes da constituição do BRICS no ano de 2011, ou seja, considerando a África do Sul, para ilustrar a atual dinâmica e perspectiva futuras. A partir deste objetivo, segue abaixo um quadro comparativo da política externa e interesse institucional dos respectivos países membros na legitimidade e papel do BRICS:

Quadro 1 - Comparativo da política externa e interesse nacional dos países membros do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul)

Países	Política Externa	Posição Regional	Harmonia de interesse com o BRICS
Brasil	Voltada para a manutenção de relações	Agente político regional e estratégico do Cone	Objetivo de maior inserção na governança

	diplomáticas com os vizinhos e reforço de relacionamento com as demais economias emergentes.	Sul.	global.
Rússia	Agente antiimperialista.	Player global e potência regional	Contestação à ordem liberal vigente.
Índia	Promoção da autonomia política do país e da multipolaridade.	Potência regional do sul asiático	Construção de novos mecanismos de cooperação internacional que representem a realidade dos países emergentes.
China	Defesa por uma reforma no ordenamento internacional vigente com a presença do país como um ator independente.	Reemergência enquanto líder regional e global.	Reafirmar o compromisso multilateral da China e incorporar um mecanismo estratégico de articulação na sua projeção internacional.
África do Sul	Voltado para o regionalismo e perspectivas globalistas.	Potência regional no continente africano.	Consolidar a sua importância no contexto regional e desempenhar o papel de ponte para o desenvolvimento regional da África de forma mais ampla.

Fonte: (Ferreira, 2024)

De acordo com as informações supracitadas no quadro acima, é possível destacar o interesse de ambos os países na participação institucional junto ao BRICS a partir da harmonização de interesses e objetivos nacionais (Ferreira, 2024). Desse modo, apesar da divergência tanto no posicionamento regional dos Estados membros analisados e do seu objetivo institucional no bloco, há uma convergência com o propósito de uma reconfiguração da dinâmica das relações internacionais a partir da cooperação multilateral, de um novo

formato para a governança mundial e no posicionamento contra hegemônico da ordem liberal coordenada pelo império estadunidense.

Nessa conjuntura, o elemento anteriormente apresentado sobre a política externa dos membros representa o posicionamento e objetivo dos países em relação à dinâmica geopolítica presente (Ferreira, 2024). Destarte, cada integrante possui interesses que harmonizam cooperativamente para a construção de um modelo alternativo para o desenvolvimento e dialógicos diplomáticos — objetivo organizacional do BRICS com a reformulação da governança global —, moldando, assim, parte da dinâmica interna do bloco e guiando as resoluções acordadas durante as cúpulas anuais.

Ratificando também a necessidade de uma leitura crítica sobre o processo de integração regional, haja vista que a heterogeneidade entre os membros e o amadurecimento institucional do bloco a partir do fortalecimento de suas soberanias representam um contraponto à perspectiva doutrinária clássica do campo. Por conseguinte, a leitura dialética do marxismo demonstra ser um instrumento analítico relevante para compreender o processo histórico da formação do grupo e a sua dinâmica interna.

Entretanto, conforme abordado nos capítulos anteriores e evidenciado no quadro comparativo acima, há interesses específicos da China que necessitam de uma análise mais aprofundada para interpretar o papel do país nos diálogos internos do BRICS a partir do seu caráter contra hegemônico em relação ao domínio e presença dos Estados Unidos. Ademais, se mostra necessário o entendimento sobre o fortalecimento dos debates internos sobre projetos de desdolarização guiados a partir do interesse chinês em potencializar o processo de transição hegemônica. Diante disso, a próxima seção tem como objetivo refletir sobre a atuação da política externa chinesa nos processos de desdolarização pretendidos pelo bloco.

5.2 Internacionalização do renminbi: a influência da política externa chinesa no processo de desdolarização do BRICS

Conforme discutido anteriormente, o processo de expansão e consolidação do BRICS — enquanto bloco econômico e espaço de articulação política do Sul Global — intensifica o debate em torno da transição hegemônica no sistema internacional, sinalizando um deslocamento gradual do eixo de poder tradicionalmente concentrado nas potências ocidentais para uma arquitetura internacional mais multipolar, na qual a China assume um papel de liderança (Costa; Corrêa, 2025). Nesse contexto, a crescente participação e influência da China nos debates internos do bloco constituem um elemento central para a compreensão das

dinâmicas de desdolarização analisadas nesta pesquisa. Assim, esta seção propõe-se a examinar a atuação chinesa no âmbito do BRICS no que se refere às discussões sobre o sistema monetário internacional e à desdolarização, interpretando-a como um possível fator catalisador do processo de transição hegemônica.

Durante décadas o império do dólar permaneceu sólido e crescente na economia mundial, sustentado pelo poder estrutural construído historicamente pelos Estados Unidos (Strange, 1998). A permanência desta conjuntura monetária se pautou majoritariamente em quatro principais alicerces econômicos: a solidez da economia financeira dos Estados Unidos como banco credor universal, a partir da diversificação de ativos e histórico de inadimplência financeira; a profundidade dos mercados de capital do país, concentrada principalmente por meio da criação de dívidas em dólares que, por sua vez, aumentou a liquidez da moeda no mercado internacional; presença do FED como entidade estruturante neste sistema de poder, uma vez que as suas decisões determinam o dinamismo da economia mundial devido a complexa rede da hierarquia do sistema financeiro e monetário internacional; e o papel que exerce na geopolítica mundial, ratificando o império informal governado pelo país (Gaillard, 2024).

O império do dólar, portanto, constitui-se doravante a ordem econômica liberal que confere aos Estados Unidos o poder de definir a dinâmica e as regras da economia política internacional (Strange, 1998). Assim sendo, garante ao país a capacidade geopolítica de coordenar e moldar a estrutura produtiva, financeira, monetária e de segurança, de forma que coage os demais países a continuarem no padrão dolarizado para que possam participar efetivamente da dinâmica econômica mundial. Entretanto, essa hegemonia passou a enfrentar novas ameaças endógenas e exógenas que desafiam a ordem liberal estadunidense vigente — como o caso do BRICS e demais iniciativas que advogam pela desdolarização do sistema (Gaillard, 2024).

Nesse sentido, pode-se destacar como fatores endógenos que corroboram com este processo de decadência hegemônica — no setor monetário — a instabilidade do sistema organizacional do capitalismo financeiro do país, além da bipolaridade política em Washington (Gaillard, 2024). Os fatores exógenos, por sua vez, se consolidam a partir das alternativas monetárias e econômicas advogadas pela periferia e semiperiferia mundial para mitigar o uso do dólar como ferramenta de poder, buscando maior autonomia devido a

*weaponization*¹⁷ deste ativo financeiro — utilização do dólar como arma política dos Estados Unidos (Gaillard, 2024).

Dentro dessa conjuntura, a China passou a utilizar o campo monetário como um espaço político significativo para consolidar o processo de transição hegemônica, cujo foco central se fundamenta na dicotomia política entre dolarização e desdolarização por meio do renminbi (Gaillard, 2024). O BRICS se insere neste debate, conforme discutido nos tópicos anteriores, como uma instituição política relevante que potencializa o debate e o processo da desdolarização com a participação de potências regionais e demais economias que possuem um papel significativo na cadeia de produção global. O interesse da política externa chinesa em internacionalizar o renminbi se mostra como um elemento de análise importante para refletir o papel que o país exerce dentro desta integração regional, haja vista que historicamente foi o membro que mais defendeu a ampliação de novos membros e também os projetos de desdolarização do bloco (Ungaretti, 2024).

Uma vez que o estímulo ao uso das moedas locais no comércio e transações financeiras intrabloco se apresenta como o projeto com maior potencial de concretização perante as iniciativas do BRICS, o renminbi representa a moeda com maior capacidade geopolítica e econômica para liderar este processo (Nach; Ncwadi, 2024). De forma consequente, o peso econômico e político exercido pela China dentro do bloco expressa um ponto significativo para refletir sobre a autonomia do grupo neste debate da desdolarização, e a participação do interesse nacional chinês como um agente influenciador e dinamizador deste processo dentro do bloco.

Considerando o contexto recente do primeiro quarto do século XXI, as tensões geopolíticas instauradas estrategicamente pelos Estados Unidos em relação à China — como a guerra comercial iniciada no ano de 2017 — culminaram na remodelação da política econômica e financeira do país para mitigar a dependência ao dólar e criar canais financeiros alternativos (Gaillard, 2024). Por conseguinte, o interesse em promover uma desdolarização do seu comércio exterior e transações financeiras realizadas pelo país foi potencializado devido ao contexto de conflitos geopolíticos, cuja principal arma utilizada era o dólar e sua estrutura de poder coordenada pelo império estadunidense (Gaillard, 2024).

Diante disto, a internacionalização do renminbi — iniciada desde 2008 e potencializado durante o contexto supramencionado — se mostrou um tema significativo para

¹⁷ *Weaponization* é um conceito teórico que designa o processo de transformação de um tópico, assunto, ativo econômico ou outra expressão social que tradicionalmente não representa uma arma, em uma ferramenta de ataque e guerra para coerção a partir do poder que exerce.

a política externa chinesa, haja vista que o país passou a representar um contraponto importante para a reconfiguração da arquitetura das relações internacionais (Nach; Ncwadi, 2024). Desse modo, alinhar a projeção de força e poder de sua moeda nacional de acordo com a expressão econômica que refletia para economia mundial, passou a representar uma relevância notória para o país (Gaillard, 2024).

Nesse sentido, a atenção chinesa sobre este tópico pode ser expressa em três macroáreas complementares que passaram a guiar o processo das iniciativas de desdolarização da potência asiática: a segurança financeira e geopolítica para o comércio e transações realizadas pela China, como o CIPS e o UnionPay¹⁸, que representam meios de pagamentos alternativos ao modelo SWIFT controlado informalmente pelo império estadunidense; promover um canal de linha de créditos em renminbi, como uma forma de se tornar um credor importante para economias que necessitam de capital para projetos de desenvolvimento — como o projeto do *Belt and Road Initiative* que se insere neste modelo; e fomentar uma mudança no campo energético, como as transações comerciais do mercado petrolífero realizado pelo país (Gaillard, 2024). Destarte, é possível constatar o estímulo à internacionalização da moeda chinesa como uma forma de promover uma maior autonomia econômica e monetária para a China, além de caracterizar-se como uma resposta ao cenário geopolítico do imperialismo do dólar.

À visto disso, o termo do BRICS Plus passou a estar inserido na agenda interna do bloco desde o ano de 2017 a partir — não de forma integral pois também havia outros fatores importantes neste processo — da influência que a China exerceu internamente para estimular tanto a entrada de novos membros, quanto também para incentivar os possíveis projetos de desdolarização do comércio e transações intrabloco (Ungaretti, 2024). Assim sendo, a expansão do grupo também é um resultado direto do interesse da potência asiática em ampliar o diálogo e parcerias multilaterais com economias emergentes e em desenvolvimento, com foco nas áreas econômicas e financeiras para diminuir a sua dependência de exportação para os países centrais e representar um instrumento alternativo para as demais economias (Ungaretti, 2024).

Um ponto de tensão nessa conjuntura é o caminho que o bloco seguirá em diante considerando o peso geopolítico e econômico chinês exercido internamente no bloco, haja vista que a sua influência se destaca em comparação com os demais Estados membros desse

¹⁸ A *UnionPay* representa uma corporação financeira chinesa que oferece serviços de cartões bancários e de crédito, com forte participação e presença de seus cartões na China Continental. Ademais, a *UnionPay* também tem o potencial de ameaçar parcialmente a estrutura das corporações financeiras estadunidenses de cartões de crédito.

agrupamento (Ungaretti, 2024). Por conseguinte, compreendendo a articulação interna promovida pela China para expandir e guiar — de forma parcial — o processo de desdolarização pretendido pelo bloco, questiona-se o caráter da proporcionalidade no grupo. Visto que cada membro possui o mesmo peso nas votações e participação na construção da governança interna do bloco, o potencial e capacidade geopolítica chinês demonstra ser um ponto de atenção importante para as futuras cúpulas e reuniões lideradas pelo país.

Considerando esta mecânica conturbada do processo de transição hegemônica, a desdolarização reflete um novo elemento de tensão que necessita de um acompanhamento analítico de longo prazo para tornar possível uma interpretação mais profunda sobre a articulação política que guiará o seu processo. Demonstrando novamente como a moeda é uma expressão social que reflete as tensões contraditórias e antagônicas do seu contexto econômico, cuja neutralidade não se faz presente devido a sua natureza social (Marx, 1867).

Na medida em que a expansão do bloco foi consolidada durante a cúpula de Joanesburgo em 2023, instaurando o BRICS Plus, o novo grupo constituído potencializou a representação deste conjunto de países como um instrumento contra-hegemônico e dinamizador do multilateralismo, além de fortalecer as vozes do Sul Global (Ungaretti, 2024). De modo consequente, é possível observar a convergência da política externa chinesa de expandir a sua atuação internacional em projetos de desenvolvimento na periferia e semiperiferia mundial — como um meio de consolidação da sua hegemonia na agenda econômica do bloco e potencializando a manifestação de uma nova ordem internacional —, junto com o objetivo institucional do BRICS em ampliar a sua representatividade para novos integrantes (Ferreira, 2024).

Outrossim, os diálogos internos sobre a desdolarização pela instituição se fazem presentes na medida em que o grupo considera que a visão unipolar do sistema monetário internacional desafia o seu objetivo por uma reconfiguração na ordem internacional vigente, demandando uma governança global mais representativa e multipolar (Daldegan, 2024). Assim sendo, observa-se uma segunda convergência da decisão do BRICS em promover um processo de desdolarização juntamente com o interesse chinês em intensificar o uso da moeda local no cenário internacional, para que seja usada tanto para o seu comércio exterior quanto para demais projetos de financiamento e intermediário financeiro para efetivar as negociações em renminbi. Durante este processo institucional, a China utilizou da sua capacidade geopolítica e peso econômico para influenciar e intensificar esta tomada de decisão sobre ampliação do bloco (Daldegan, 2024).

Nessa conjuntura, Pequim utiliza o bloco com um instrumento diplomático para expandir a sua influência política e econômica para demais países do Sul Global por meio de parcerias e cooperações multilaterais nos campos de tecnologia e investimentos em infraestrutura (Siddiqui, 2024). Expressando concomitantemente uma alternativa ao modelo ocidental ao advogar por um novo modelo de desenvolvimento focado em parcerias econômicas, contrastando diretamente com a perspectiva da globalização outorgada pelo modelo liberal-estadunidense (Siddiqui, 2024). Reforçando, portanto, os elementos geopolíticos utilizados pela China e pelo BRICS para promoverem uma mudança na ordem internacional, cuja influência chinesa possui um peso significativo para o bloco no que diz respeito ao estímulo para esta transição hegemônica.

Diante disso, torna-se necessário uma breve reflexão sobre um possível sub-imperialismo chinês defendido por alguns autores devido a sua capacidade desproporcional de influenciar direta ou indiretamente as discussões internas do bloco. Todavia, a China utiliza da sua influência e peso econômico como uma plataforma diplomática para advogar seus interesses nacionais e promover a sua política externa na instituição, diferentemente da influência exercida pelos Estados Unidos pautada no uso de ferramentas de poder para promover a expansão e consolidação da sua hegemonia. Assim sendo, a presente pesquisa considera que apesar desta relação assimétrica do bloco, a China não se configura enquanto um agente subimperialista — considerando as informações e dados analisados — nas discussões internas sobre os projetos de desdolarização pretendidos pelo bloco.

Destarte, o cenário geopolítico mais plausível é uma possível cortina de ferro monetário nas relações internacionais, nesse sentido haveria a formação de um arranjo financeiro monetário com a presença de um campo ocidental dolarizado coexistindo paralelamente com um Sul Global cada vez mais desdolarizado (Gaillard, 2024). Nesse contexto, a desdolarização ocorreria de forma compassada e tênue, com a presença do renminbi como principal moeda paradigmática neste processo de desdolarização devido aos fatores supramencionados anteriormente, juntamente com a coexistência de outras demais moedas majoritárias num arranjo monetário multipolar (Bai, 2023).

Entretanto, apesar da importância desta reflexão acerca da política externa chinesa e a construção de possíveis cenários numa nova configuração monetário internacional, ainda se faz necessário a análise acerca das iniciativas concretas e ambicionadas pelo bloco para a promoção das políticas de desdolarização. Portanto, a próxima seção explora os projetos e

políticas vigentes para construção de uma ordem monetária multipolar implementada pelo bloco, além das ambições a longo prazo para consolidação deste objetivo.

5.3 BRICS: desdolarização em curso e projeto futuro

Conforme discutido nos tópicos anteriores, o tema da desdolarização está presente nos discursos dos chefes de Estados dos países do BRICS — com maior relevância em relação ao Brasil, Rússia e China — e também nas declarações finais das cúpulas realizadas pelo bloco. Embora o termo desdolarização não esteja presente explicitamente em ambos os cenários, esta narrativa é diplomaticamente apresentada a partir de menções sobre a necessidade e objetivo do bloco em estimular o uso de moedas locais no comércio intra regional, além da criação de meios de pagamentos alternativos para potencializar este processo. Isto posto, a presente pesquisa considera que a ausência de uma referência direta ao termo desdolarização e a formalização de documentos internos sobre esta temática, ocorre devido à preocupação do bloco em evitar novos atritos geopolíticos com os Estados Unidos, uma vez que Donald Trump já confirmou a intenção em tarifar o comércio internacional com os países do grupo mediante a concretização de projetos que visem desestimular o uso do dólar (Chia; Jordan, 2025).

Haja vista que o dólar é utilizado como uma ferramenta de poder, o imperialismo estadunidense se apresenta como um elemento importante que deve ser levado em consideração neste debate interno do bloco. Portanto, devido aos motivos diplomáticos e geopolíticos apontados, a pesquisa considera que o BRICS evita formalizar o projeto da desdolarização como uma agenda anti hegemônica em suas declarações finais para amenizar o atrito geopolítico com os Estados Unidos e sua complexa rede de poder. Entretanto, há menções indiretas a este projeto pretendido pelo grupo, além de discursos oficiais e dados macroeconômicos que ratificam a intenção das políticas de desdolarização deste agrupamento regional.

Dentro deste prisma da desdolarização, o NBD representa um elemento fulcral de estímulo a este processo de diminuição da dependência ao dólar (Arnold, 2025), uma vez que a sua criação está conectada diretamente com o objetivo de configurar o sistema monetário e financeiro internacional para promoção de uma arquitetura global multipolar e representativa que viabilize novos caminhos para pensar o desenvolvimento das economias periféricas e semiperiféricas. Por conseguinte, é por meio das ações e projetos econômicos executados pelo

NBD que o tema da desdolarização se concretiza entre os Estados membros do bloco (Arnold, 2025).

Nesse sentido, o debate da desdolarização do BRICS se baseia em dois principais projetos guiados pelo NBD (Batista Júnior, 2024): o uso de moedas locais para o comércio e transações financeiras intrabloco, cujo potencial de implementação é mais factível e com resultados que podem ser monitorados a curto prazo; e na criação de uma moeda comum intrabloco para intermediar o comércio e demais transações entre os países membros da instituição, exercendo as funções da moeda enquanto meio de pagamento. Por conseguinte, se faz necessário um aprofundamento em ambas as propostas para identificação das potencialidades e implicações para o BRICS.

Em relação ao primeiro projeto, o NBD conduz debates crescentes sobre pagamentos em moedas locais, assim como iniciativas para fomentar métodos alternativos de pagamentos que possibilitem esse novo comércio (Costa; Corrêa, 2025). Outrossim, a presidente do banco Dilma Rousseff — primeiro mandato iniciado no ano de 2023 e renovado em 2025 — confirmou a intenção do banco em ampliar a sua carteira para que ao menos 30% dos ativos financeiros sejam em moeda local até o ano de 2026 (Costa; Corrêa, 2025), ratificando, assim, o objetivo da instituição em fortalecer a autonomia econômica e a soberania monetária dos seus países membros.

Nessa conjuntura, a cúpula de 2024 realizada na cidade de Kazan na Rússia evidenciou o projeto da ampliação do uso de moedas locais e a formalização de infraestruturas financeiras alternativas (Costa; Corrêa, 2025). Durante a declaração oficial do encontro há menções em quatro parágrafos complementares que apresentam a intenção do bloco em diversificar o comércio regional em moedas locais, o papel do NBD como investidor para o desenvolvimento a partir de financiamentos também em moeda local, além de sinalizar o papel das instituições nacionais dos países membros e seus respectivos ministros de finanças e os bancos centrais neste processo de implementação desta política (Ministério das Relações Exteriores, 2024). À vista disso, segue abaixo a descrição dos respectivos parágrafos da cúpula de 2024 que evidenciam o projeto da desdolarização do bloco:

62. Reconhecemos o papel fundamental do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) na promoção da infraestrutura e do desenvolvimento sustentável de seus países membros. Apoiamos o desenvolvimento do NDB e a melhoria da governança corporativa e da eficácia operacional para o cumprimento da Estratégia Geral do NDB para 2022-2026. Apoiamos o NDB na expansão contínua do financiamento em

moeda local e no fortalecimento da inovação em ferramentas de investimento e de financiamento. Incentivamos o Banco a seguir os princípios “member-led” e “demand-driven”, o emprego de mecanismos de financiamento inovadores para mobilizar financiamento de fontes diversificadas e, nesse sentido, reconhecemos a iniciativa de criar uma nova plataforma de investimento para alavancar a infraestrutura institucional existente do NDB de forma a impulsionar o fluxo de investimento para os países do BRICS e os mecanismos do Sul Global. (...)

63. Acolhemos com satisfação o foco do Mecanismo de Cooperação Interbancária (ICM) do BRICS em facilitar e expandir práticas e abordagens financeiras inovadoras para projetos e programas, incluindo a busca de mecanismos aceitáveis de financiamento em moedas locais. Saudamos um diálogo contínuo entre o ICM e o NDB.

65. Reiteramos nosso compromisso de aprimorar a cooperação financeira dentro do BRICS. Reconhecemos os benefícios generalizados de instrumentos de pagamento transfronteiriços mais rápidos, de baixo custo, mais eficientes, transparentes, seguros e inclusivos, baseados no princípio da minimização das barreiras comerciais e do acesso não discriminatório. Acolhemos o uso de moedas locais em transações financeiras entre os países do BRICS e seus parceiros comerciais. Incentivamos o fortalecimento das redes de correspondentes bancários dentro do BRICS e a permissão de liquidações em moedas locais, de acordo com a Iniciativa de Pagamentos Transfronteiriços do BRICS (BCBPI), que é voluntária e não vinculante, e esperamos novas discussões nessa área, inclusive na Força-Tarefa de Pagamentos do BRICS.

67. Encarregamos nossos Ministros das Finanças e Governadores de Bancos Centrais, conforme apropriado, de continuar a considerar a questão das moedas locais, instrumentos e plataformas de pagamento e nos apresentar os resultados até a próxima Presidência. (Ministério das Relações Exteriores, 2024).

Nesta declaração oficial de 2024 também consta a apresentação da plataforma *BRICS Clear* com o objetivo de complementar os projetos para uma remodelação da arquitetura financeira global (Ministério das Relações Exteriores, 2024), viabilizando assim o comércio em moeda local e desviando-se da estrutura financeira estadunidense, como o SWIFT. Nesse sentido, o *BRICS Clear* representa um projeto de liquidação transfronteiriça no comércio digital intrabloco, conectando as infraestruturas dos mercados financeiros dos respectivos países membros da instituição. De forma complementar o *BRICS Pay*, sistema de pagamento internacional para o comércio e demais transações intrabloco, e o *BRICS Bridge*, referente ao conceito da interoperabilidade do sistema para conectar os mercados e realizar a conversão cambial necessária, fortalecem o projeto do bloco em construir uma nova estrutura monetária e financeira para viabilizar o processo de desdolarização.

No que se refere a declaração da cúpula de 2025 realizada na cidade do Rio de Janeiro no Brasil, a instituição uma vez mais ratificou o objetivo do NBD em ampliar os investimentos e financiamentos em moedas locais, e pontuou a importância dos sistemas financeiros e monetário interbancários para viabilizar essas operações (Ministério das Relações Exteriores, 2025). Legitimando, portanto, o projeto da desdolarização em vias de

implementação pelo BRICS a partir do estímulo ao uso das moedas regionais. Entretanto, conforme discutido anteriormente, o peso geopolítico da China no bloco potencializa a liderança da sua moeda neste processo de diversificação monetário no comércio regional.

A partir do processo de ampliação da economia chinesa em diversos setores da estrutura econômica global, juntamente com o processo de internacionalização do renminbi, o setor energético passou a ser um ponto chave para esta transição da hegemonia monetária do dólar (Alshareef, 2023). Nesse sentido, houve um enfraquecimento do sistema dos petrodólares na região econômica do Conselho de Cooperação do Golfo (GCC) — organização política e econômica que abrange seis monarquias árabes que fazem parte da cadeia global de produção do petróleo — na medida em que grande parte deste comércio passou a ser efetuada em yuan. Dessa forma, os petroyuans se concretizaram a partir desta prerrogativa da China em estabelecer a sua autonomia econômica e ampliação no mercado energético (Alshareef, 2023). Outrossim, diante da discussão apresentada no tópico anterior também é possível constatar o papel do *Belt and Road Initiative* e do BRICS+ como um projeto de governança monetária multipolar do país (Taylor, 2025). Ratificando, assim, o papel que o país possui neste processo de desdolarização pretendido pelo bloco.

De modo consequente, o amadurecimento institucional do BRICS e a adoção de políticas de estímulo ao comércio intrabloco resultaram em um aumento significativo das transações comerciais entre os países membros (Nach; Ncwadi, 2024). Esse crescimento evidenciou os limites da dependência do dólar nas trocas comerciais do grupo e impulsionou o debate sobre estratégias de desdolarização, compreendidas como instrumentos para ampliar a autonomia econômica, reduzir vulnerabilidades externas e fortalecer as autoridades monetárias nacionais.

Considerando o segundo projeto pretendido pelo BRICS, a desdolarização por meio de uma moeda comum intrabloco, a sua menção se encontra ausente nas declarações finais de cada cúpula, sendo apenas comentada brevemente em alguns discursos e entrevistas com os chefes de Estados do bloco — com especial destaque ao presidente da Rússia e Brasil que apresentam de maneira mais enfática este projeto durante entrevistas oficiais — além de demais pesquisas acadêmicas que discutem sobre a viabilidade deste projeto. Devido à maior complexidade para a sua implementação — necessidade de uma arquitetura financeira própria e coordenação de políticas macroeconômicas e cambiais — a moeda comum expressa um programa de desdolarização a longo prazo.

Dessa forma, o estímulo ao uso das moedas locais e formulação de meios de pagamentos alternativos demonstram ser o caminho primário para se pensar uma política de

desdolarização por este agrupamento regional, uma vez que fortalecem a prerrogativa contestatória sobre o imperialismo do dólar e promovem alternativas a esta estrutura de poder, enquanto que uma moeda comum ainda não é factível. Nesse sentido, essa primeira etapa da desdolarização desempenha um papel fundamental ao aprofundar a integração econômica, promover maior coordenação institucional entre os países membros e consolidar um ambiente de confiança mútua. Ao fortalecer o comércio intrabloco e amadurecer o debate monetário no interior do grupo, tais iniciativas contribuem para a construção de um cenário mais favorável à formulação futura de uma moeda comum, ao mesmo tempo em que criam condições mais propícias para o desenvolvimento de uma Área Monetária Ótima¹⁹ no âmbito do BRICS.

Apesar da ausência de qualquer menção ou alusão implícita à criação de uma moeda comum intrabloco na XVI Cúpula oficial, a Declaração de Kazan de 2024, o debate sobre a formulação deste projeto esteve presente durante as sessões realizadas no encontro (Costa; Corrêa, 2025). Nesse cenário, o então presidente da Rússia, Vladimir Putin, apresentou a imprensa e aos representantes do bloco presente na ocasião uma moeda comum simbólica para expressar o objetivo político do BRICS em implementar, futuramente, uma política de desdolarização a longo prazo com foco no fortalecimento das soberanias monetárias dos países membros (Carta Capital, 2024). Nesta ocasião, a cédula simbólica apresentada representava em seu centro, em formato circular, a junção das bandeiras dos países membros antes da formalização do BRICS+, ou seja, com a figura conjunta das bandeiras do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Demonstrando, dessa forma, o empenho institucional do bloco em promover uma política monetária unificada e subsequente que vise o desenvolvimento econômico de suas economias de forma cooperativa a partir do multilateralismo. Ademais, demonstra novamente o intuito da instituição em promover uma desdolarização que ratifique as respectivas soberanias monetárias dos seus países membros, uma vez que, diferentemente do caso da zona do euro, suas moedas nacionais não seriam substituídas. De modo consequente, este projeto vindouro exterioriza também o objetivo do bloco em reconfigurar o sistema monetário internacional a partir da diversificação de moedas para atenuar os efeitos nocivos do imperialismo monetário do dólar exercido pelos Estados Unidos.

Em relação a este debate sobre uma moeda comum, o ex vice-presidente do NBD entre os anos de 2015 e 2017, o economista brasileiro Paulo Nogueira Batista Júnior, confirmou em discurso o início deste projeto datado a partir do ano de 2022 por iniciativa

¹⁹ Área Monetária Ótima se refere a uma região geográfica na qual uma moeda comum é capaz de potencializar a eficiência econômica para os Estados que compartilham oficialmente o seu uso.

russa (Batista Júnior, 2024). Nesse sentido, segundo o ex vice-presidente do banco a determinação para formulação da moeda comum se baseia na leitura crítica do BRICS sobre a crescente disfuncionalidade do sistema monetário centralizado na dominação do dólar estadunidense. Assim, a moeda denominada simbolicamente como R5, devido a junção da inicial das moedas nacionais dos cinco países membros iniciais — real, rubro, rupia, renminbi e rand —, funcionaria como unidade de conta para formar uma cesta de moedas que refletisse o peso das economias constituintes do bloco (Batista Júnior, 2024).

Nessa projeção de cenário, inicialmente a nova moeda teria a capacidade de circular como uma moeda virtual para intermediar as transações comerciais e financeiras entre os países membros do bloco (Batista Júnior, 2024), exercendo as funções da moeda como meio de circulação e meio de pagamento. Na medida em que adquira credibilidade e confiança no mercado, a nova moeda intrabloco teria a capacidade de assumir também a função de reserva de valor e aplicação de reservas internacionais (Batista Júnior, 2024).

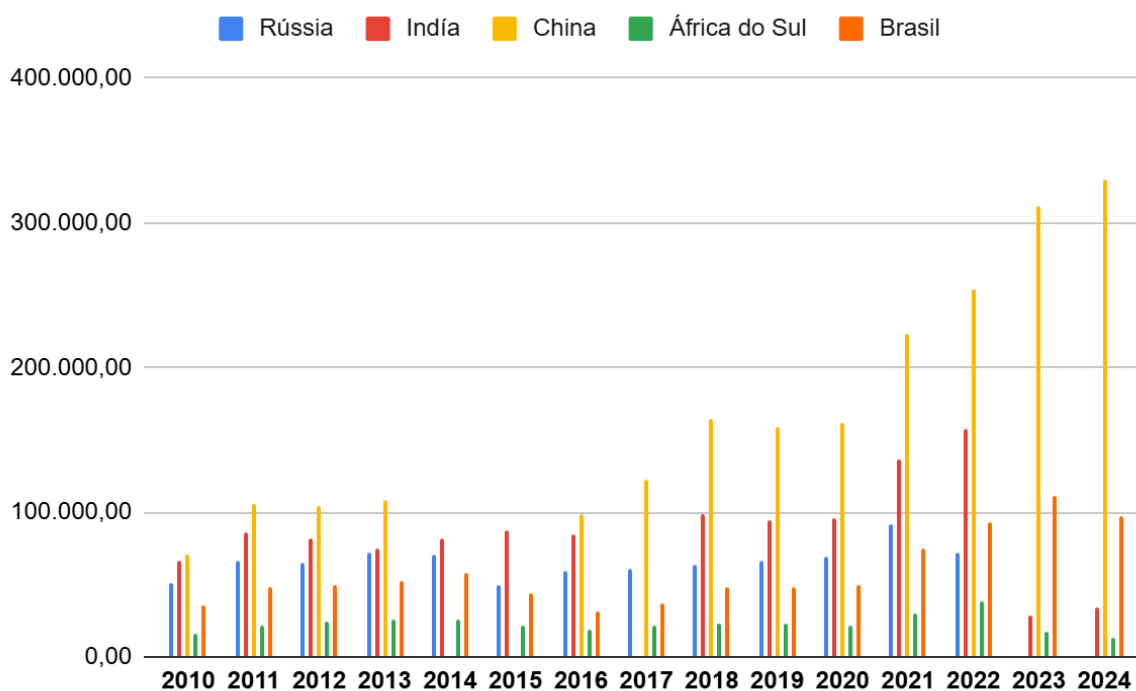
Entretanto, esta proposição ocorreu durante a antiga configuração institucional do bloco antes de realizar a ampliação para os novos países membros. Por conseguinte, a presente pesquisa considera que possivelmente este modelo passará por alterações em seu arranjo monetário para responder à estrutura organizacional vigente do BRICS+, abrangendo, assim, novas moedas para a formulação da unidade de conta monetária. Contudo, haja vista que este projeto futuro não está formalizado e detalhado nos documentos finais das cúpulas e demais documentos oficiais, mostra-se necessário o monitoramento periódico sobre este projeto provindouro para compreender a configuração monetária para a sua constituição.

Ademais, uma vez que uma moeda necessita expressar confiança perante os agentes econômicos para que exerça as suas devidas funções no mercado, segundo a classificação marxista, a credibilidade monetária se baseia em uma regulação institucional sólida e circulação no mercado de forma organizada (Batista Júnior, 2024). Assim sendo, a previsão de lançamento desta nova moeda comum intrabloco se baseia em um possível cenário futuro em que os processos de desdolarização inicial estejam consolidados para que a dinâmica monetária esteja favorável para a circulação ordenada desta moeda, além da necessidade de um maior amadurecimento institucional do bloco em relação ao campo monetário e financeiro (Batista Júnior, 2024).

Considerando este potencial econômico e comercial do BRICS, torna-se necessário analisar a evolução histórica do comércio intrabloco, a fim de compreender suas tendências e as possibilidades de crescimento econômico futuro entre os países membros. Nesse sentido, o gráfico a seguir apresenta a evolução do volume de comércio intrabloco entre os anos de 2010

e 2024, permitindo visualizar a dinâmica de crescimento das trocas comerciais internas ao bloco e avaliar o processo de consistência e intensificação econômica.

Gráfico 1: Volume de exportação no comércio intrabloco do BRICS entre os anos de 2010 e 2024 em milhões de dólares



Fonte: Trademap, 2026 e OECD

A partir do gráfico apresentado é possível constatar o crescimento econômico do comércio intrabloco — apesar das oscilações e estagnação nos anos de 2016 e 2017 — ratificando, por sua vez, o potencial da economia regional dos países membros do BRICS. Nesse cenário, a China possui uma participação significativa neste comércio regional, representando o país com maior destaque de volume exportado em uma perspectiva histórica. Apesar das pequenas oscilações, os demais países também apresentaram tendência parcialmente positiva ou constante neste campo, exceto a participação da economia indiana que apresentou uma queda nos últimos anos analisados.

Para esta finalidade foi utilizado o recorte temporal até o ano de 2024, uma vez que ambos os bancos de dados utilizados, Trademap e *Organization for Economic Co-operation and Development* (OECD), não apresentaram os dados econômicos referentes ao ano de 2025. Ademais, durante a sistematização destes dados, foram utilizados a base da OECD para análise conjuntural do ano de 2010 até o ano de 2022, e devido a ausência de dados

posteriores a este recorte temporal a pesquisa utilizou a plataforma Trademap para a análise dos anos de 2023 e 2024. Outrossim, o Trademap também não apresentou as devidas informações sobre o comércio realizado pela Rússia durante os anos de 2023 e 2024, impossibilitando a análise completa considerando a participação desta parcela comercial russa no bloco.

Nesse contexto, é possível observar também o destaque para as exportações da economia chinesa no volume regional deste comércio, e, considerando o seu interesse em potencializar a internacionalização do renminbi para o comércio intrabloco, torna-se importante a reflexão da influência política no país na condução dos debates institucionais no BRICS sobre os projetos de desdolarização. Nesse sentido, a pesquisa pressupõe que o tema institucional da desdolarização no bloco, em especial relevância a possível intensificação do uso do renminbi como um meio para amenizar a dependência monetário do dólar, representa um elemento importante para compreender a atuação da política externa do país nesse processo de contestação à ordem internacional vigente. Essa configuração sugere, assim, que o aprofundamento das relações comerciais intra bloco dos BRICS ocorre de maneira desigual, refletindo as diferentes capacidades produtivas e posições desses países na economia internacional.

Ademais, com o objetivo de mensurar a importância da desdolarização para a dinâmica do comércio intrabloco, analisou-se o saldo da balança comercial das transações entre os países membros, exportações e importações, no período de 2010 a 2024, buscando compreender esse cenário econômico e suas possíveis implicações em um eventual processo de substituição do dólar no comércio intrabloco. Dado ao extenso tamanho do banco de dados para esta presente análise, o acesso aos dados completos do quadro a seguir encontra-se no apêndice desta pesquisa.

Por conseguinte, a análise apresentada a seguir mensura o resultado comercial de cada país do BRICS — em sua configuração inicial antes da ampliação para o BRICS+ — nas trocas realizadas com os demais membros, a fim de verificar se o saldo comercial configura uma relação superavitária — associada ao ingresso de divisas internacionais na economia nacional e maior grau de liquidez — ou uma relação deficitária — relacionada à saída de divisas —, permitindo avaliar o grau de dependência monetária e os possíveis efeitos econômicos de uma transição para mecanismos de liquidação comercial em moedas alternativas ao dólar.

Quadro 2: Saldo da balança comercial dos países membros do BRICS em relação ao comércio intrabloco realizado entre os anos de 2010 a 2024

Balança Comercial	Relação	Saldo
Brasil	Rússia	Deficitário
	Índia	Deficitário
	China	Superavitário
	África do Sul	Superavitário
Rússia	Brasil	Superavitário
	Índia	Superavitário
	China	Deficitário
	África do Sul	Deficitário
Índia	Brasil	Deficitário
	Rússia	Deficitário
	China	Deficitário
	África do Sul	Deficitário
China	Brasil	Deficitário
	Rússia	Superavitário
	Índia	Superavitário
	África do Sul	Superavitário
África do Sul	Brasil	Deficitário
	Rússia	Superavitário
	Índia	Superavitário
	China	Deficitário

Fonte: OCDE, 2026 e TradeMap, 2026

Considerando que a substituição do dólar neste comércio intrabloco não altera, automaticamente, o saldo superavitário ou deficitário da relação do comércio entre os países membros, mas possui efeitos monetários e financeiros internos no país, a análise sobre este possível cenário mostra-se importante para refletir sobre a aplicação do projeto pretendido pelo BRICS.

Nesse sentido, nos cenários de relação superavitária os países contam com um saldo positivo de reservas internacionais para que possam realizar pagamentos internacionais,

aumento de divisas e promover a liquidez no mercado externo. Ao pensar na substituição parcial do dólar neste comércio, a relação permaneceria superavitária, mas com diminuição da qualidade monetária desta entrada de divisas. Em outras palavras, o ganho financeiro da entrada de divisas e acúmulo de reservas internacionais continuaria importante para o país, mas a depender da convertibilidade e aceitação entre os agentes econômicos do comércio internacional pode reduzir a funcionalidade financeira que o dólar exerceria nesta relação.

No que se refere aos cenários de saldo deficitário no balanço de pagamentos, uma substituição parcial do dólar para as moedas locais não altera, de forma isolada, a relação negativa da troca comercial. A principal modificação se concentra na pressão econômica em relação às reservas em dólares, reduzindo uma pressão cambial a curto prazo e possibilitando a negociação bilateral nos casos de déficit em moedas locais. Dessa forma, alguns possíveis resultados desta ampliação para o comércio intrabloco em moedas locais se expressam na composição de reservas internacionais dos países membros, necessitando, assim, de moedas que possuam alta capacidade de conversibilidade e aceitação na economia internacional para que esta composição não tenha fortes desequilíbrios econômicos. Nesse caso, apesar da baixa perspectiva da substituição do dólar pelo renminbi a curto prazo, conforme discutido anteriormente, a moeda ainda representa o ativo monetário entre os países membros do bloco com maior potencial de utilização neste comércio devido à própria dinâmica da hierarquia das moedas.

No resultado apresentado no quadro acima é possível identificar que o comércio intrabloco do BRICS não é equilibrado, mas estruturado por relações assimétricas de poder econômico com maior concentração comercial na China. Nesse cenário, a Índia ocupa uma posição estruturalmente deficitária no comércio intrabloco, indicando uma maior dependência relativa em relação aos demais membros. O Brasil e a Rússia, por sua vez, ocupam uma posição intermediária, uma combinação de autonomia e dependência econômica. Enquanto que a África do Sul permanece em um cenário de dependência, principalmente em relação às economias mais fortes do grupo.

É importante destacar que os desequilíbrios comerciais intrabloco são estruturais e independentes da moeda utilizada. O uso das moedas locais, nesse caso, se mostra importante para reforçar a capacidade desses países em acumular reservas em moedas alternativas e, a curto prazo, reduzir a pressão sobre o dólar nas economias nacionais. Dessa forma, a desdolarização pelo comércio intrabloco do BRICS não tem a capacidade de eliminar a dependência estrutural inerente à dinâmica do capitalismo global, pois não tem um caráter revolucionário, mas possui a capacidade de deslocar a estrutura do poder monetário

centralizado no dólar para uma nova configuração hierárquica, com tendência para um deslocamento para o eixo chinês.

Destarte, a partir da discussão realizada ao longo deste tópico sobre os processos de desdolarização em curso e o projeto de uma moeda comum pretendido pelo BRICS, compreende-se que a moeda, conforme expressa pela teoria marxista, se comporta como um instrumento de dominação e conflito no sistema capitalista. Portanto, os planos de desdolarização do bloco representam uma resposta política devido às contradições do sistema econômico capitalista, como uma tentativa de reconfigurar a relação de poder construída historicamente a partir da concentração deste poder nas economias centrais e, principalmente, na economia estadunidense em conjunto com suas instituições parceiras.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo central analisar o potencial do BRICS no processo de desdolarização do sistema monetário internacional, compreendendo esta dinâmica como uma forma de contestação política à hegemonia e ao complexo imperialista exercidos pelos Estados Unidos, cujo principal instrumento econômico de poder é o dólar. Dessa forma, esta dissertação buscou compreender os elementos centrais que configuram a dinâmica monetária sob o império informal do dólar construído e consolidado historicamente pela política externa do país para expandir e manter a sua hegemonia, além de refletir criticamente sobre as potencialidades de reconfiguração desta relação de poder a partir de uma ação coletiva coordenada pelo Sul Global.

Destarte, aplicando a perspectiva crítica do marxismo no campo das Relações Internacionais, a pesquisa constatou cinco principais contribuições que ampliam a discussão acadêmica e institucional sobre a temática da desdolarização do comércio internacional. Ademais, o estudo oferece subsídios acadêmicos para futuras pesquisas que busquem monitorar os projetos de desdolarização implementados e pretendidos pelo BRICS, e possíveis construções de cenários acerca da sua aplicação subsequente.

Por conseguinte, considera-se que a atual configuração monetária internacional presente até o primeiro quarto do século XXI fundamenta-se a partir de uma perspectiva econômica competitiva, exploratória e dominante. Nessa conjuntura, a dinâmica atuante proporciona uma relação de subordinação entre as moedas devido ao processo de verticalização monetária que ocorre a partir da projeção de força geopolítica que seu país emissor é capaz de exercer dentro do sistema. Assim sendo, esta relação assimétrica de poder potencializa o processo de dolarização e seus efeitos nocivos na periferia e semiperiferia mundial, como dependência econômica, perda parcial da sua soberania e autonomia monetária, além de representar um empecilho no processo de desenvolvimento de suas economias.

A primeira contribuição constatada pela pesquisa se baseia na prerrogativa que o sistema monetário vigente até a segunda década do século XXI é caracterizado majoritariamente por esta relação assimétrica de poder que intensifica a subordinação monetária da periferia às moedas centrais, principalmente em relação ao dólar estadunidense. Nesse processo, a relação analisada expressa diretamente a dinâmica exploratória do sistema capitalista, uma vez que o dinheiro — considerando a perspectiva teórica do marxismo — atua como uma manifestação do capital e seu potencial de exploração. Destarte, este espaço

geográfico ratifica uma relação de exploração e dominação entre as moedas e seus respectivos países responsáveis pela sua emissão, proporcionando a diminuição da soberania monetária destas economias exploradas historicamente.

Outrossim, a pesquisa identificou como contribuição relevante a compreensão de que a hegemonia exercida pelo dólar, enquanto instrumento de poder dos Estados Unidos, expressa a continuidade das dinâmicas exploratórias do sistema capitalista mundial e de sua estrutura hierárquica de poder. Tal hegemonia consolida mecanismos de controle e subordinação política e econômica do Sul Global, ao reforçar os principais pilares que sustentam essa assimetria. Nesse sentido, o denominado império do dólar constrói-se historicamente por meio de seu uso como instrumento político e financeiro, capaz de ampliar e reproduzir a hegemonia estadunidense a partir de sua projeção geopolítica no sistema internacional.

Assim, o imperialismo do dólar manifesta-se na medida em que a ordem econômica liberal confere aos Estados Unidos a capacidade de definir regras centrais da economia política internacional, sustentada pelo poder estrutural de sua economia e de suas instituições financeiras — conceito apresentado por Susan Strange (1988). Em outras palavras, o caráter informal do império do dólar decorre da posição privilegiada que a moeda ocupa na geografia global do dinheiro, que outorga ao país autoridade para influenciar e coordenar, de forma assimétrica e unilateral, a dinâmica econômica e política mundial. Por conseguinte, este poder estrutural da economia estadunidense confere ao país a capacidade geopolítica para coordenar a estrutura produtiva mundial, além da esfera financeira e monetária, de forma que coage os demais países a seguirem no padrão dólar para terem acesso à dinâmica da economia mundial.

A terceira consideração parcial da pesquisa se fundamenta na prerrogativa central deste estudo, assim a moeda — conforme discutido e apresentado por Karl Marx (1867) — não representa um objeto ou ativo financeiro neutro, uma vez que reflete diretamente as relações de poder construídas a partir da correlação antagônica do interesse dos agentes econômicos de uma sociedade. Dessa forma, o dinheiro também expressa o processo de exploração e dominação presente na dinâmica do capitalismo mundial organizado informalmente sob a égide do império estadunidense.

De modo consequente, o sistema interestatal capitalista vigente foi construído historicamente a partir da convergência entre moeda e poder, haja vista que a sua natureza reflete a própria dinâmica do capitalismo — conflitos, exploração e poder. Assim, conforme apresentado por José Fiori e Maria Conceição Tavares, o domínio do dólar estadunidense no sistema capitalista é o resultado da promoção da política externa expansiva e dos interesses

liberais dos Estados Unidos, o qual passou a utilizar este ativo financeiro como uma ferramenta de poder para ratificar a sua projeção de força geopolítica. Nesse sentido, o tema sobre a desdolarização surge como uma tentativa política do Sul Global para conter o ciclo histórico imposto para a região.

Por conseguinte, a pesquisa compreende que a autonomia e soberania monetária da periferia e semiperiferia do sistema mundo é afetada significativamente devido ao caráter hierárquico e exploratório do sistema monetário, uma vez que a união entre moeda e poder é consolidada em seu âmago. Neste processo, evidencia-se que o império do dólar em curso reforça os obstáculos políticos impostos para o Sul com o objetivo de inibir o seu desenvolvimento autônomo e estruturado, visto que a sua dinâmica ratifica o interesse na manutenção deste *status quo* assimétrico e exploratório. Outrossim, constata-se como o imperialismo do dólar consolida uma ferramenta geopolítica de perpetuação desta dinâmica supracitada.

Nesse cenário, o BRICS surge como uma expressão dos interesses da periferia e semiperiferia mundial em consolidar projetos, ações e caminhos alternativos que viabilizem o desenvolvimento econômico de seus membros. Tornando como centro deste debate os anseios do Sul Global que historicamente foram excluídos para manutenção deste *status quo* e domínio do eixo ocidental. Assim sendo, a integração regional do BRICS se consolida com o objetivo de promover a construção de uma nova arquitetura das relações internacionais, a partir de uma governança global mais representativa, justa e com foco no crescimento mútuo de suas economias.

Dentro deste prisma, o bloco passou a promover discussões internas sobre caminhos alternativos com foco no desenvolvimento estruturado dos países membros, de forma que fortalecesse suas respectivas soberanias e autonomias monetárias e econômicas. Assim sendo, o tema da desdolarização surge institucionalmente no BRICS como uma forma de fortalecer o interesse institucional de seus membros em promover uma política desenvolvimentista autônoma e estrutural, de forma que a dependência e vulnerabilidade em relação ao dólar sejam superadas.

Assim sendo, a quarta contribuição da pesquisa é apresentada considerando a prerrogativa de que a desdolarização da economia mundial representa uma alternativa econômica para se pensar uma política de desenvolvimento autônoma para o Sul Global. O BRICS, portanto, expressa um importante arranjo cooperativo regional fora do eixo do ocidente que busca promover esta proposta alternativa da desdolarização por meio da cooperação Sul-Sul e do multilateralismo. Considerando este contexto, o NBD surge como

uma ferramenta institucional importante para o bloco capaz de estimular projetos alternativos à ordem liberal-estadunidense, como a desdolarização.

À vista disso, a presente dissertação logrou em responder a pergunta de pesquisa que conduziu a reflexão deste estudo, na medida em que reconhece o processo e projetos de desdolarização do BRICS como o caminho político factível para diminuir a dependência do dólar de suas respectivas economias e promover alternativas monetárias para a autonomia econômica do Sul Global. Nesse prisma, os dois projetos de desdolarização para as transações comerciais e financeiras intrabloco — como o processo em curso do estímulo às moedas locais e o projeto futuro sobre a pretensão de consolidar uma moeda comum intrabloco — representam a contribuição acadêmica da pesquisa para a pergunta guia do estudo.

Nessa conjuntura, a quinta prerrogativa parcial da pesquisa é apresentada, fundamentando a desdolarização do bloco como o caminho alternativo com potencial de promover a autonomia monetária e econômica do Sul Global, na medida que fortalece as soberanias monetárias de seus países membros e busca promover um sistema monetário multipolarizado e horizontal. Entretanto, constatou-se também o caráter reformista deste arranjo cooperativo, uma vez que o modelo econômico pretendido seguiria com o molde liberal-capitalista fundamentado em reformas que fortaleçam a cooperação e o multilateralismo em prol do crescimento e desenvolvimento econômico mútuo.

Ademais, a partir da discussão e reflexão realizada sobre esta temática, a hipótese central sobre a adoção de políticas de desdolarização pelo bloco como meio potencial para redução da dependência do dólar perante as economias vinculadas formalmente ao BRICS, se mostrou adequada e pontual na medida em que possui a capacidade para romper com o ciclo de exploração e coerção exercido pelos Estados Unidos a partir do seu império monetário. Dessa forma, a criação de novos meios de pagamentos, estruturas financeiras e bancárias intrabloco, além do fortalecimento da autonomia monetária dos Estados membros, reforçam a prerrogativa da hipótese supracitada.

Em relação à sexta contribuição da pesquisa, o presente estudo constatou o papel da política externa chinesa na dinâmica interna do bloco como um meio para potencializar o seu processo de transição hegemônica. Nesse processo, a centralidade desta relação se fundamenta no debate conflituoso entre a dolarização e desdolarização da economia mundial, fundamentada — sob a perspectiva chinesa — no fortalecimento do renminbi como principal moeda com capacidade geopolítica para promover, em um primeiro momento, um caminho alternativo para o uso do dólar como moeda chave nas transações internacionais. Assim sendo, este interesse é promovido a partir do processo intensificado da internacionalização do

renminbi, estímulo institucional para a consolidação do BRICS+ e utilizar o bloco como uma plataforma política para fortalecer a transição hegemônica do império estadunidense.

A pesquisa não objetivou, entretanto, analisar especificamente o interesse da política externa chinesa no BRICS no campo da desdolarização devido ao recorte do tema trabalho, mas foi abordado como um elemento importante para entender a configuração interna do bloco e as ações realizadas. Em outras palavras, a desdolarização pretendida pelo bloco talvez não represente uma unanimidade conjunta do bloco, e visto que representa uma variável relevante para a pesquisa, foi analisada no capítulo anterior.

Destarte, como contribuição final desta dissertação considera-se que o BRICS apresenta um potencial político e uma plataforma de cooperação importante como agente de contestação à ordem internacional vigente embasada no imperialismo do dólar no sistema monetário, ainda que de forma gradual e reformista. A partir de uma perspectiva crítica marxista, o estudo demonstrou que o domínio do dólar constitui uma expressão central do imperialismo monetário e do poder estrutural exercido pelos Estados Unidos, produzindo relações assimétricas que limitam a autonomia e o desenvolvimento das economias da periferia e da semiperiferia.

Nesse contexto, as iniciativas de desdolarização promovidas no âmbito do BRICS — como o estímulo ao uso de moedas locais, a criação de mecanismos financeiros próprios e o debate sobre instrumentos monetários comuns — configuram-se como estratégias viáveis para reduzir a dependência do dólar, fortalecer a soberania monetária dos Estados membros e contribuir para a construção de uma arquitetura monetária internacional mais multipolar, ampliando o debate acadêmico sobre a temática da desdolarização na economia política internacional.

REFERÊNCIAS

- ACIOLY, Luciana. **Arquitetura financeira conjunta do BRICS: o Novo Banco de Desenvolvimento**. 2019.
- AFANASSIEV, V. G.. **Filosofia Marxista**. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.
- ALSHAREEF, Salam. The Gulf's shifting geoeconomy and China's structural power: From the petrodollar to the petroyuan?. **Competition & change**, v. 27, n. 2, p. 380-401, 2023.
- AMIN, S. **O Imperialismo e o Desenvolvimento Desigual**. São Paulo: Editora USP, 2013
- ANDREWS, David M. (Ed.). **International Monetary Power**. Cornell University Press, 2012.
- ARNOLD, Theryn D. De-dollarization and global sovereignty: BRICS' quest for a new financial paradigm. **Human Geography**, v. 18, n. 1, p. 78-83, 2025.
- ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens do Nosso Tempo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.
- BAI, Gao. **From De-Risking to De-Dollarisation: The BRICS Currency and the Future of the International Financial Order**. Wenhua Zongheng (文化纵横), issue, n. 5, 2023.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque**. Editora José Olympio, 2017.
- BANK, New Development. **History**. 2025. Disponível em: <https://www.ndb.int/about-ndb/history/>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. The BRICS and the Challenge of De-Dollarisation. **Wenhua Zongheng**, [s. l], v. 2, n. 1, p. 4-8, maio 2024.
- BOND, Patrick; GARCIA, Ana (Orgs.). **BRICS: An Anti-Capitalist Critique**. Chicago: Haymarket Books, 2015.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; FERRER, Aldo. Dolarização crônica: Argentina e Brasil. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 11, n. 1, p. 3-14, 1991.
- BRICS. **Declaração de Líderes do BRICS**. Rio de Janeiro, 06 jul. 2025. Disponível em: <https://brics2025.gov.br/declaracao>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- BRICS. **DECLARAÇÃO DE KAZAN**. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/xvi-cupula-do-brics-2013-kazan-russia-22-a-24-de-outubro-de-2024-declaracao-final. Acesso em: 25 jul. 2025.
- BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. **A BRICS Currency? 2023**. Disponível em: <https://www.nogueirabatista.com.br/2023/09/26/a-brics-currency/>. Acesso em: 28 dez. 2025.

BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. **BRICS: geopolitics and monetary initiatives in a multipolar world - how could a new international reserve currency look like?**. Geopolitics and monetary initiatives in a multipolar world – how could a new international reserve currency look like?. 2025. Disponível em:

<https://www.nogueirabatista.com.br/2024/10/16/brics-geopolitics-and-monetary-initiatives-in-a-multipolar-world-howcould-a-new-international-reserve-currency-look-like/>. Acesso em: 30 dez. 2025.

BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. The BRICS and the challenge of de-dollarisation. **Wenhua Zongheng**, v. 2, n. 1, p. 4-8, 2024.

BRICS Brasil 2025. **Participantes: países membros. Países Membros.** 2025. Disponível em: <https://brics.br/pt-br>. Acesso em: 08 out. 2025

BUGIATO, Caio. A teoria do imperialismo de Leo Panitch. **REORIENTE: Estudos sobre marxismo, dependência e sistemas-mundo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 211-214, jul./dez. 2023.

CARNEIRO, Ricardo; DE CONTI, Bruno. Privilégio exorbitante e fardo compulsório (a dupla face do SMI financeirizado). **Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas. Texto para discussão**, n. 395, 2020.

CARTA CAPITAL. **Na Cúpula, Putin exhibe cédula simbólica do BRICS – mas moeda conjunta ainda é improvável.** Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/mundo/na-cupula-putin-exibe-cedula-simbolica-do-brics-mas-moeda-conjunta-ainda-e-improvavel/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

CARVALHO, FERNANDO J. CARDIM DE. A teoria monetária de Marx: uma interpretação pós-keynesiana. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 6, n. 4, p. 517-534, 1986.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica.** Unesp, 2004.

CHENAIS, F. **A Mundialização do Capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. **Finance Capital Today: Corporations and Banks in the Lasting Global Slump.** Leiden: Brill, 2016.

CHIA, Osmond; JORDAN, Dearbail. **Trump threatens extra 10% tariff on nations siding with Brics.** 2025. BBC. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/articles/c1dnz7gw92zo>. Acesso em: 22 jul. 2025.

CIPRIANI, Marco; GOLDBERG, Linda S.; LA SPADA, Gabriele. Financial sanctions, SWIFT, and the architecture of the international payment system. **Journal of Economic Perspectives**, v. 37, n. 1, p. 31-52, 2023.

COHEN, Benjamin J. **A geografia do dinheiro.** São Paulo: UNESP, p. 142-149, 2014.

COHEN, Benjamin J. **Currency Power: Understanding Monetary Rivalry.** Princeton University Press, 2015.

COHEN, Benjamin J. **Currency Diversification in the Global South: Beyond the Dollar Standard**. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

DALDEGAN, William; CARVALHO, Carlos Eduardo. BRICS Plus: Perspectivas da Proposta de Expansão: BRICS Plus: Perspectives of the Expansion Proposal. **Revista Intellector**, v. 21, n. 41, p. 74-85, 2024.

DEUS, Larissa Naves; TERRA, Fábio Henrique Bittes; DE CONTI, Bruno Martarello. O Banco dos BRICS e sua potencial influência sobre as assimetrias do sistema monetário e financeiro internacional. **Geosul**, v. 34, n. 70, p. 13-33, 2019.

DE MORAES, Leandro Eliel Pereira. Materialismo Histórico e Dialético: perspectivas metodológicas introdutórias. **Revista Exitus**, v. 11, 2021.

De SOUZA, Cinthia; ARAUJO, Renan Ferreira de; QUATROCHI, Gabriel. Financeirização Sistêmica e Economias Periérfias: Uma Compreensão a Partir do Caso Brasileiro. In: Anais do XV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira. **Anais**. Belo Horizonte(MG) FACE-UFMG, 2022. Disponível em:

<https://www.even3.com.br/anais/akb2022/527834-FINANCEIRIZACAO-SISTEMICA-E-ECONOMIAS-PERIFERICAS--UMA-COMPREENSAO-DA-REALIDADE-SUBORDINADA-A-PARTIR-DO-CASO-BRAS>. Acesso em: 30/01/2026

DODD, Nigel. **Money and the Nation-State: Contested Boundaries of Monetary Sovereignty in Geopolitics**. Cornell University Press, 1995.

FARIAS, Gisele; NAKAMURA, João. Trump e Brics: entenda ameaça de tarifar em 100% países do bloco caso substituam dólar. **CNN**. São Paulo, dez. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/trump-ameaca-tarifar-em-100-paises-do-brics-caso-sigam-com-substituicao-do-dolar-entenda/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

FERREIRA, Camila Dafne de Carvalho. **Harmonizando interesses: coordenação interna e alinhamento externo dos brics**. 2024. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

FIORI, José Luís. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Editora Vozes, 2012.

FIORI, José Luís. **O poder global: e a nova geopolítica das nações**. Boitempo Editorial, 2007.

FIORI, José Luís; DE MEDEIROS, Carlos Aguiar; SERRANO, Franklin. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (org.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

GAILLARD, Norbert. L'économie mondiale entre dollarisation et yuanisation. In: **Annuaire français de relations internationales**. Éditions Panthéon-Assas, 2024. p. 683-695, 2024.

GAIOTTO, Felipe Camargo. **Moeda, poder e rivalidade interestatal: o novo banco de desenvolvimento dos BRICS**. 2017.

GASPAR, Ricardo Carlos. A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos. **Cadernos Metr pole**, v. 17, n. 33, p. 265-296, 2015.

GERMER, Claus. Marx e a teoria do dinheiro como mercadoria: fundamentos lógicos. **Crítica Marxista**, Campinas, SP, v. 20, n. 37, p. 9–25, 2013. DOI: 10.53000/cma.v20i37.19268. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/19268>. Acesso em: 10 julho. 2025.

GIMENE, Márcio; CONCEIÇÃO, Daniel Negreiros; MODENESI, André Melo. Limites para o Exercício da Soberania Monetária em Países Periféricos. **CADERNOS DE FINANÇAS PÚBLICAS**, v. 22, n. 02, 2022.

GRABOIS, Fundação Maurício. **Capital, Estado e moeda um ensaio sobre a crise do dólar**. 2008. Disponível em: <https://grabois.org.br/2008/04/01/capital-estado-e-moeda-um-ensaio-sobre-a-crise-do-dlar/>. Acesso em: 02 jul. 2025.

G RCAN, Efe Can. The multipolar challenge: implications for dollar dominance and the shifting tides of US hegemony. **Belt & Road Initiative Quarterly**, 2024.

HANANTO, Diva Calista; DWI ASTUTI, Wiwiek Rukmi. China's Dedollarization Policy Through BRICS Cooperation in 2022-2023. **Global Strategis**, v. 19, n. 1, 2025.

HUDSON, Michael. Super imperialism. **The Origins and Fundamentals of US World Dominance**, 2003.

JACINTHO, Barbara Cristina et al. **Uma nova arquitetura financeira global: O Novo Banco de Desenvolvimento e o potencial econômico para o bloco BRICS**. 2024.

JAMMOUL, Mayssaa. **Feasibility of a BRICS Common Currency**. 2024. Tese de Doutorado.

JUNIOR, Juvandi Gomes Duarte; PONTIN, Fabrício. Sistema Financeiro Internacional e os Seus Efeitos na Soberania Estatal. **Revista da Procuradoria-Geral do Banco Central**, v. 12, n. 1, p. 10-24, 2018.

JUMP, Rob Calvert; MICHELL, Jo. Dollar liquidity, financial vulnerability and monetary sovereignty. **Development and Change**, v. 54, n. 5, p. 1087-1113, 2023

KRITSCH, Raquel; FERREIRA, Oliveiros da Silva. **Soberania: a construção de um conceito**. 2000.

KRUGMAN, P.; OBSTFELD, Maurice; MELITZ, Marc J. **Economia Internacional**–10  edic o. São Paulo: Pearce Education do Brasil, 2015.

LAPLANE, Ezequiel Greco. Hierarquia de moedas e soberania monetária: uma primeira aproximação. **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA**, v. 44, p. 2-2, 2016.

LAPAVITSAS, C. et al. **Crisis in the Eurozone**. London: Verso, 2012

LAPAVITSAS, Costas. **The left case against the EU**. John Wiley & Sons, 2018.

LEONTIEV, A. **Dollar imperialism in Western Europe**. 1949

LOSURDO, Federico. As filosofias de integração regional: União Europeia, Mercosul, Brics. **PerCursos**, v. 26, 2025.

LUNKES, Daniela Sallet. **Imperialismo monetário?: poder, dinheiro e a influência alemã na zona do euro**. 2018. 101f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, 2018.

MADRID, Cori. **Dollar Democracy: the politics of dollarization in latin america**. 2014. 272 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, City University Of New York, New York, 2014.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro 1. Edição do GEPEC/UFSCar. São Carlos: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Economia Crítica (GEPEC), 1867.

Disponível em:

<https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf>
. Acesso em: março 2025.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro III. Trad. Rubens Enderle. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 1885. Disponível em:

<https://elahp.com.br/download/marx-karl-o-capital-volume-iii-ed-boitempo/>. Acesso em: abril 2025.

METRI, Mauricio. Geopolítica e diplomacia monetária: o sistema dólar de tributação global e as iniciativas de desdolarização da economia internacional. **Economia e Sociedade**, v. 29, n. 3, p. 719-736, 2020.

MIGOWSKI, Eduardo. Estados Unidos, China e a transição de poder no século XXI. **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, v. 15, n. 53, p. 207-221, 2021.

Ministério das Relações Exteriores. **IX Cúpula do BRICS: declaração de xiamen - xiamen, china**, 4 de setembro de 2017. Declaração de Xiamen – Xiamen, China, 4 de setembro de 2017. 2017. Disponível em:

https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/nona-cupula-do-brics-declaracao-de-xiamen-xiamen-china-4-de-setembro-de-2017. Acesso em: 30 dez. 2025.

MUNDELL, Robert A. **Monetary Unions and the Problem of Sovereignty**. Massachusetts: The MIT Press, 2002.

NACH, Marida; NCWADI, Ronney. BRICS economic integration: Prospects and challenges. *South African Journal of International Affairs*, v. 31, n. 2, p. 151-166, 2024.

NASCIMENTO, Júlio César. **Moeda e centro-periferia no dólar flexível: o real brasileiro na posição de moeda periférica (2000-2017)**. 2018.

OPPERMANN, Alexandra de Borba; MENGER, Katiele Rezer; MÜLLER, Marcelo Scalabrin. **A NOVA ORDEM MUNDIAL E OS BRICS**. *ripe*, p. 7.

PEREIRA, Leandro Ramos. O mito da crise de hegemonia ea formação do poder global estadunidense. *Economia e Sociedade*, v. 33, n. 1, p. 1-19, 2024.

PEREIRA, Leandro Ramos; COGGIOLA, Osvaldo. **Supremacia norte-americana e a gênese da ordem global: crítica ao mito dos "anos dourados" à luz dos imperativos imperialistas estadunidenses**. *Lutas Anticapital*, 2022.

RIBEIRO, Isabela Ramos. Estado, planejamento e fundo público no capitalismo dependente brasileiro. *Revista de Políticas Públicas*, v. 22, n. 1, p. 466-482, 2018.

SAFRONOVA, Elena I. Positions of China and Brazil On De-Dollarization of International Economic Relations and Prospects for Creating a New World Currency. *Problemy Dalnego Vostoka*, n. 3, p. 69-83, 2024.

SANT'ANNA, Sérgio Luiz Pinheiro. BRICs plus como instrumento de contra-hegemonia e multilateralismo na geopolítica internacional. **Ciencias, tecnologías y Culturas: Integración y Calidad de Vida en Latinoamérica**, 2025.

SEQUETTO, Marina Pereira. **Três Ensaio Sobre a Moeda Internacional: uma reflexão sobre o papel do dólar como divisa-chave**. 2018. Tese de Doutorado. [sn].

SIDDIQUI, Kalim. The BRICS Expansion and the End of Western Economic and Geopolitical Dominance. *World Financial Review*, 2024.

SILVA, Richard Rodrigues de Souza (org.). **Relatório 2024.1. 2024**. Elaborado pelo Laboratório de Economia Política Internacional. Disponível em: <https://oepe.com.br/relatorio-2024-1/>. Acesso em: 05 jul. 2025.

SOARES, Janypher Marcela Inácio et al. **A hegemonia monetária estadunidense: uma análise dos custos da manutenção do dólar como moeda internacional**. 2024.

SOUZA, Jéssica Regina Guerra de et al. **Desdolarização sob a ótica do BRICS: Um debate sobre a hegemonia do dólar no Sistema Monetário Internacional**. 2024.

MELO, Filipe Reis. ALBA: entre a aposta pela integração e a dependência do contexto político dos países membros. **Meridiano 47-Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais**, v. 13, n. 132, 2012.

OCDE. **OCDE Data Explorer**. 2026. Disponível em: [https://data-explorer.oecd.org/vis?pg=0&tm=%22%28TIVA%29%202025%20edition%22&nb=1&fc=Measure&fs\[0\]=Measure%2C0%7CGross%20exports%23EXGR%23&vw=tb&df\[ds\]=dsDisseminateFinalDMZ&df\[id\]=DSD_TIVA_MAINLV%40DF_MAINLV&df\[ag\]=OE](https://data-explorer.oecd.org/vis?pg=0&tm=%22%28TIVA%29%202025%20edition%22&nb=1&fc=Measure&fs[0]=Measure%2C0%7CGross%20exports%23EXGR%23&vw=tb&df[ds]=dsDisseminateFinalDMZ&df[id]=DSD_TIVA_MAINLV%40DF_MAINLV&df[ag]=OE)

CD.STI.PIE&df[vs]=1.1&dq=IMGR%2BBALGR%2BEXGR.BRA%2BRUS%2BIND%2BC HN%2BZAF._T.W%2BOECD%2BUSA%2BASEAN%2BWXD%2BEU28%2BBRA%2BC HN%2BIND%2BRUS%2BZAF..A&pd=1995%2C2022&to[TIME_PERIOD]=false. Acesso em: 03 fev. 2026.

PENNAFORTE, Charles; BONES, Nairana Karkow; DE CAMARGO FILHO, Homero. Novo banco de desenvolvimento do BRICS: alternativa ao poder financeiro ocidental?| Brics' New development bank: an alternative to the western financial power?. **Mural Internacional**, v. 13, p. 63700, 2022.

PEREIRA, Tainah Santos. Arranjos institucionais na cooperação internacional para o desenvolvimento: um ensaio sobre o resgate do Estado-nação promovido pelos BRICS. **Revista de Ciências do Estado**, v. 3, n. 2, p. 57-66, 2018.

PINTO, Isabelle Carvalho Costa. **O desenvolvimento da moeda digital chinesa: potencialidades e desafios para a China e o Sistema Monetário e Financeiro Internacional**. 2022.

PULCHERIO, MARCIA CRISTINA DERRÉ TORRES FERNANDES. **O FMI e o sistema monetário e financeiro internacional: A interferência do Poder Estrutural americano**. 2015. Tese de Doutorado. Tese de Mestrado, Instituto de Economia-Universidade Federal do Rio de Janeiro]. <https://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/component/content/article>.

ROLFE, Sidney E. et al. **O sistema monetário mundial: uma reinterpretação**. 1975.

SILVA, Richard Rodrigues de Souza (org.). **Relatório 2024.1. 2024**. Elaborado pelo Laboratório de Economia Política Internacional. Disponível em: <https://oepe.com.br/relatorio-2024-1/>. Acesso em: 05 jul. 2025.

SOUZA, Jéssica Regina Guerra de et al. **Desdolarização sob a ótica do BRICS: Um debate sobre a hegemonia do dólar no Sistema Monetário Internacional**. 2024.

STIGLITZ, Joseph E.; GREENWALD, Bruce. **Rumo a um novo paradigma em economia monetária**. Francis, 2004.

STRANGE, Susan. **Dinheiro Insano: Quando as Regras do Jogo Financeiro são Defeituosas**. Tradução de Sérgio Bath. Rio de Janeiro: Record, 1998.

STUENKEL, Oliver. **BRICS e o futuro da ordem global**. Editora Paz e Terra, 2024.

TAYLOR, Monique. Challenging Dollar Dominance?: The Geopolitical Dimensions of Renminbi (RMB) Internationalisation. **Journal of Current Chinese affairs**, v. 54, n. 3, p. 430-447, 2025.

TEIXEIRA, Fernando Amorim. Investidores soberanos e o sistema monetário internacional: Um ensaio sobre a contribuição “voluntária” dos Estados na consolidação do poder estrutural do dólar e na hierarquia de moedas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL, 2016, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro:Consequência, 2016. p. 50-71.

TRADEMAP. List of products Exported by Brazil. 2026. Disponível em:

https://www.trademap.org/Product_SelCountry_TS.aspx?nvpm=1%7c076%7c%7c%7c%7cT%7c%7c%7c%7c2%7c1%7c1%7c2%7c2%7c1%7c1%7c1%7c1%7c1. Acesso em: 02 fev. 2026.

TRADEMAP. List of products imported by Brazil. 2026. Disponível em:

https://www.trademap.org/Product_SelCountry_TS.aspx?nvpm=1%7c076%7c%7c%7c%7cT%7c%7c%7c%7c2%7c1%7c1%7c1%7c2%7c1%7c1%7c1%7c1%7c1. Acesso em: 02 fev. 2026.

TRADEMAP. List of products exported by China. 2026. Disponível em:

https://www.trademap.org/Product_SelCountry_TS.aspx?nvpm=1%7c156%7c%7c%7c%7cT%7c%7c%7c%7c2%7c1%7c1%7c2%7c2%7c1%7c1%7c1%7c1%7c1. Acesso em: 02 fev. 2026.

TRADEMAP. List of products imported by China. 2026. Disponível em:

https://www.trademap.org/Product_SelCountry_TS.aspx?nvpm=1%7c156%7c%7c%7c%7cT%7c%7c%7c%7c2%7c1%7c1%7c1%7c2%7c1%7c1%7c1%7c1%7c1. Acesso em: 02 fev. 2026.

TRADEMAP. List of products exported by India. 2026. Disponível em:

https://www.trademap.org/Product_SelCountry_TS.aspx?nvpm=1%7c699%7c%7c%7c%7cT%7c%7c%7c%7c2%7c1%7c1%7c2%7c2%7c1%7c1%7c1%7c1%7c1. Acesso em: 02 fev. 2026.

TRADEMAP. List of products imported by India. 2026. Disponível em:

https://www.trademap.org/Product_SelCountry_TS.aspx?nvpm=1%7c699%7c%7c%7c%7cT%7c%7c%7c%7c2%7c1%7c1%7c1%7c2%7c1%7c1%7c1%7c1%7c1. Acesso em: 02 fev. 2026.

TRADEMAP. List of products exported by Russian Federation. 2026. Disponível em:

https://www.trademap.org/Product_SelCountry_TS.aspx?nvpm=1%7c643%7c%7c%7c%7cT%7c%7c%7c%7c2%7c1%7c1%7c2%7c2%7c1%7c1%7c1%7c1%7c1. Acesso em: 02 fev. 2026.

TRADEMAP. List of products Imported by Russian Federation. 2026. Disponível em:

https://www.trademap.org/Product_SelCountry_TS.aspx?nvpm=1%7c643%7c%7c%7c%7cT%7c%7c%7c%7c2%7c1%7c1%7c1%7c2%7c1%7c1%7c1%7c1%7c1. Acesso em: 02 fev. 2026.

TRADEMAP. List of products exported by South Africa. 2026. Disponível em:

https://www.trademap.org/Product_SelCountry_TS.aspx?nvpm=1%7c710%7c%7c%7c%7cT%7c%7c%7c%7c2%7c1%7c1%7c2%7c2%7c1%7c1%7c1%7c1%7c1. Acesso em: 02 fev. 2026.

TRADEMAP. List of products imported by South Africa. 2026. Disponível em:

https://www.trademap.org/Product_SelCountry_TS.aspx?nvpm=1%7c710%7c%7c%7c%7cT%7c%7c%7c%7c2%7c1%7c1%7c1%7c2%7c1%7c1%7c1%7c1%7c1. Acesso em: 02 fev. 2026.

UNGARETTI, Carlos. Brics e a ordem global. **Isape Debate**, n. 28, p. 47-p. 54, 2024.

VIEIRA, Fabricio de Assis Campos. **Determinantes da dolarização financeira em economias emergentes e desenvolvidas**. 2012.

VIEIRA, Fabrício AC; RESENDE, Marco Flávio Cunha. Dolarização financeira e liquidez internacional na abordagem pós-keynesiana. **Economia e Sociedade**, v. 25, n. 02, p. 315-339, 2016.

VILLARREAL, René; JUNGSMANN, Ruy; PAULA, Sergio Goes de. **A contra-revolução monetarista**, 1984.

VOIGTEL, Rafael; ROSENDO, Roberto Cezar; NEY, Vanuza Pereira. A CHINA E O BRICS+ NO SISTEMA MONETÁRIO E FINANCEIRO INTERNACIONAL: PERSPECTIVAS SOBRE MOEDAS E A CONSTRUÇÃO DE UMA ORDEM MULTIPOLAR. **Revista Geopolítica Transfronteiriça**, v. 9, n. 1, p. 01-28, 2025.

WALLERSTEIN, Immanuel; AGUIAR, Renato. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Contraponto Editora, 2001.

ZEIN, Samer Ajour El; CLEMENTE-ALMENDROS, José Antonio; BOLDEANU, Florin Teodor. Understanding De-dollarization Among BRICS Nations: Systematic Review of the Factors and Fallout. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 29, n. 2, p. e240197, 2025.

APÊNDICE - QUADRO 2

Abaixo encontra-se o link de acesso para o banco de dados referente aos resultados identificados no quadro 2 do presente trabalho, disponibilizado em formato de excel com livre acesso:

https://docs.google.com/spreadsheets/d/1smtMkzKuxyNec4xb-7lVk_V9ureS1sGjp6OXfumuGM/edit?usp=sharing